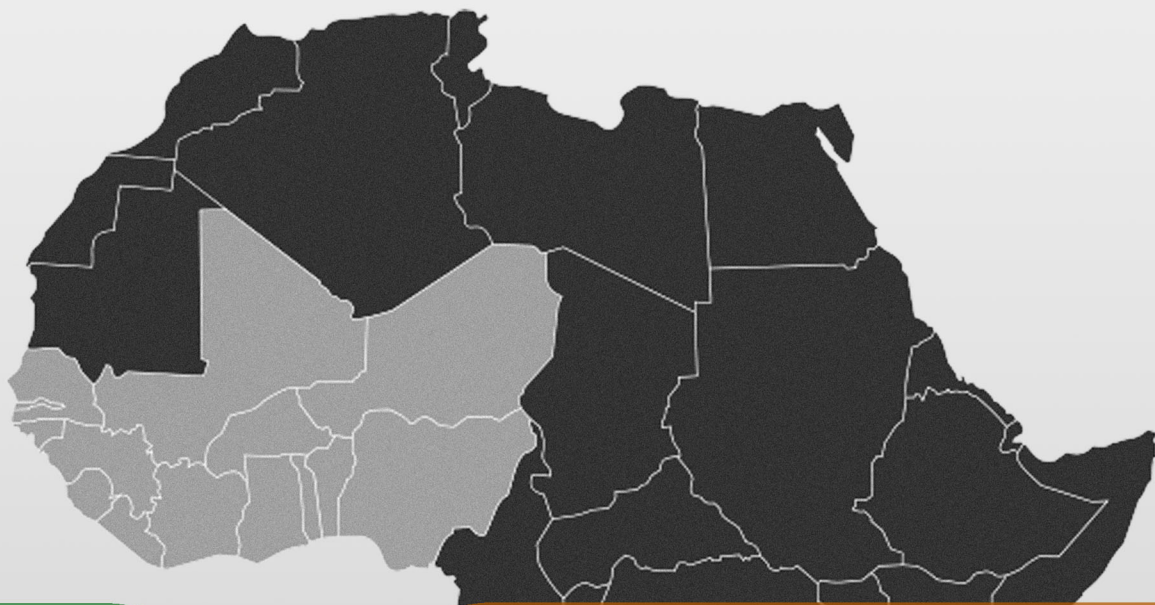




EDIÇÕES
ELECTRÓNICAS
CEAUP

A INSERÇÃO DE CABO VERDE NA CEDEAO O COMÉRCIO E AS MIGRAÇÕES

Joaquim Gomes



**A INSERÇÃO DE
CABO VERDE NA CEDEAO
O COMÉRCIO
E AS MIGRAÇÕES**

**A INSERÇÃO DE
CABO VERDE NA CEDEAO
O COMÉRCIO
E AS MIGRAÇÕES**

Joaquim Gomes



A INSERÇÃO DE CABO VERDE NA CEDEAO

O COMÉRCIO E AS MIGRAÇÕES

Autor: Joaquim Gomes

Editor: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

Colecção: e-books

Edição: 1.^a (Janeiro/2009)

ISBN: 978-989-8156-14-3

Localização: <http://www.africanos.eu>

Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

<http://www.africanos.eu>

Preço: gratuito na edição electrónica, acesso por download.

Solicitação ao leitor: Transmita-nos (ceaup@letras.up.pt) a sua opinião sobre este trabalho.

©: É permitida a cópia de partes deste documento, sem qualquer modificação, para utilização individual. A reprodução de partes do seu conteúdo é permitida exclusivamente em documentos científicos, com indicação expressa da fonte.

Não é permitida qualquer utilização comercial. Não é permitida a sua disponibilização através de rede electrónica ou qualquer forma de partilha electrónica.

Em caso de dúvida ou pedido de autorização, contactar directamente o CEAUP (ceaup@letras.up.pt).

ÍNDICE

<i>Índice de Quadros</i>	11
<i>Índice de Gráficos, mapas e imagens</i>	13
<i>Abreviaturas</i>	14
<i>Agradecimentos</i>	17
<i>Prefácio</i>	19
INTRODUÇÃO	25
1.0 CONTEXTUALIZAÇÃO	29
1.1 Aspectos demográficos	31
1.2 Aspectos físicos	32
1.3 Antecedentes históricos	33
1.4 Génese da CEDEAO	37
1.5 A participação dos Estados membros	42
2.0 CABO VERDE /CEDEAO	44
2.1 Os indicadores socio-económicos de Cabo Verde	45
2.2 No plano social	49
2.3 Evolução socio-económica da Comunidade	54
2.4 Os níveis socio-económicos da CEDEAO	62
3.0 A INTEGRAÇÃO REGIONAL	70
3.1 Os agrupamentos regionais	72
3.2 América do sul	74
3.3 África e Ásia	75
3.4 Tipos e níveis de integração	75
3.4.1 Integração Económica	76

3.4.2 Integração dos mercados	77
3.4.3 Integração da produção	79
3.5 Cooperação Sul-Sul	80
3.6 Cooperação regional (CEDEAO)	83
3.7 O problema da integração africana	84
3.8 A economia de renda	87
3.9 A inserção de Cabo Verde na Comunidade	91
3.10 Convenção de Lomé/Acordo de Cotonou	95
4.0 GLOBALIZAÇÃO, ÁFRICA E CEDEAO	98
4.1 O papel do Estado no processo de globalização	105
4.2 África/globalização	112
4.3 O problema económico da África	113
4.4 A Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD)	120
4.4.1 Os principais objectivos da NEPAD	122
4.5 O desempenho socio-económico da África	126
4.6 As mudanças efectuadas na CEDEAO	129
4.7 Ajuda pública ao desenvolvimento	130
4.7.1 A ajuda ligada	134
4.7.2 Ajuda orçamental	135
4.8 Os ajustamentos estruturais do FMI e BM	136
4.8.1 Aplicação do modelo do FMI	141
4.8.2 A condicionalidade do FMI	143
4.8.3 A política de estabilização	144
4.8.4 Medidas de estabilização e seus efeitos	145
5.0 AS MIGRAÇÕES	148
5.1 Algumas definições e conceitos	149
5.2 A emigração legal e clandestina	151
5.3 Movimento internacional de mão-de-obra	152
5.4 A emigração cabo-verdiana	153
5.5 As migrações na CEDEAO	154
5.6 Os imigrantes da CEDEAO em Cabo Verde	155
5.6.1 Motivo da imigração	160
5.6.2 A inserção social dos imigrantes	161

6.0 O COMÉRCIO	163
6.1 O comércio internacional	164
6.2 O comércio na antiguidade	165
6.3 O comércio a partir do século XVI	165
6.4 O comércio na actualidade	168
6.5 O comércio em África	169
6.6 As desigualdades no comércio internacional	171
6.7 Os fluxos comerciais da CEDEAO	174
7.0 CONCLUSÃO	179
8.0 BIBLIOGRAFIA	182
9.0 ANEXOS	185

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1	População refugiada por país de asilo na CEDEAO, 1993 – 2003	57
Quadro 2	População refugiada por país de origem na CEDEAO, 1993 – 2003	58
Quadro 3	Evolução dos principais indicadores macroeconómicos da Africa do Oeste, 1990 – 1999	59
Quadro 4	Repartição dos países segundo o crescimento do PIB real 1996-2003	60
Quadro 5	Evolução da esperança de vida à nascença, nos países da CEDEAO, 1990 – 2005	63
Quadro 6	Evolução da taxa de mortalidade infantil (‰ nados vivos), nos países da CEDEAO 1990 – 2005	64
Quadro 7	População com acesso a uma fonte de água melhorada, nos países da CEDEAO, 1990 - 2005	65
Quadro 8	Evolução da taxa de alfabetização de adultos (%) 15 anos e mais nos países da CEDEAO, 1990 – 2005	66
Quadro 9	Evolução da taxa de escolarização bruta combinada do primário/ secundário/superior, nos países da CEDEAO, 1990 – 2005	66
Quadro 10	Evolução da taxa de população urbana (%) nos países da CEDEAO, 1990 – 2005	67
Quadro 11	Evolução da taxa de crescimento anual da população nos países da CEDEAO, 1990 – 2005	68
Quadro 12	Evolução demográfica nos países da CEDEAO, 1990 - 2005	68
Quadro 13	Evolução do PIB Per-capita nos países da CEDEAO, 1990 – 2005 (dólares EUA)	69

Quadro 14	Golpes Militares na CEDEAO, face ao Continente, 1975 – 1999	86
Quadro 15	A dimensão da economia subterrânea nos países da CEDEAO, 1999 – 2003	111
Quadro 16	Corrupção e crescimento económico na África Sub-sahariana e Leste Asiático, 1980 – 2000	117
Quadro 17	Evolução do PIB no Continente Africano e as seis regiões respectivas 2002 – 2004	127
Quadro 18	Ajuda pública ao desenvolvimento em milhões de dólares e per-capita nos países da CEDEAO, 1995 – 2005	132
Quadro 19	Imigrantes da CEDEAO residentes em Cabo Verde, 2005	156
Quadro 20	Nível de Instrução dos Imigrantes da CEDEAO residentes em Cabo Verde, 2000	159
Quadro 21	Comércio (importação) em milhões de ECV com os países da CEDEAO, 1990 – 2005	174
Quadro 22	Comércio (exportação), para os países da CEDEAO em milhões de ECV, 1990 – 2005	175
Quadro 23	Participação da CEDEAO no comércio externo de Cabo Verde, (%) 1990 – 2005	176
Quadro 24	Participação dos países da CEDEAO no comércio externo de Cabo Verde, (%) 1990 – 2005	176

ÍNDICE DE GRÁFICOS, MAPAS E IMAGENS

Mapa 1	Continente africano	33
Gráfico 1	Crescimento Real da Economia em Cabo Verde, 1999 – 2006	48
Gráfico 2	Evolução da Taxa de inflação em Cabo Verde, 1999 – 2006	49
Gráfico 3	Evolução da taxa de desemprego em Cabo Verde, 1940 – 2006	50
Imagem 1	Foto de um grupo de clandestinos interceptados pelas autoridades cabo-verdianas em 2006	157

ABREVIATURAS

ACP-EU – Estados da África Caraíbas e Pacífico – União Europeia
ALALC – Associação Latino-Americano do Comércio Livre
ALADI – Associação Latino-Americano de Integração
APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento
APR – African Peer review
ASEAN – Associação das Nações do Sueste Asiático
BCV – Banco de Cabo Verde
BM – Banco Mundial
BCEAO – Banco Central dos Estados da África do Oeste
CARICOM – Comunidade das Caraíbas
CAEM – Conselho de Assistência e Ajuda Mútua
CCPM – Comissão Consultiva Permanente do Magreb
CE – Conselho de Entente
CEA – Comunidade Económica africana
CEAO – Comunidade Económica da África do Oeste
CECA – Comunidade Económica do Carvão e do Aço
CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEEA – Comunidade Europeia de Energia Atómica
CEEAC – Comunidade Económica dos Estados da África Central
CEPAL – Comissão Económica para a América Latina
CILSS – Comité Inter-Estado da Luta Contra a Seca no Sahel
COMESA – Mercado Comum da África Oriental e Austral
ECA – Comissão Económica das Nações Unidas para a África
ECOWAS – Economic Community of West African States
FAIMO – Frente de Alta Intensidade de Mão-de-Obra
FMI – Fundo Monetário Internacional
GATT – Acordo Geral sobre Tarifa e Comércio

GRAO – Grupo Regional da África Ocidental
GCC – Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDRF – Inquérito as Despesas e Receitas das Famílias
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional
IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado
MCCA – Mercado Comum Centro-Americano
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MRU – União do Rio Mano
NAFTA – Acordo de Livre Comércio Norte-Americano
NEPAD – Nova parceria para o Desenvolvimento de África
OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMVS – Organização para a Valorização do Rio Senegal
OMC – Organização Mundial do Comércio
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
Pc – Per-capita
PGR – Produtos Geradores de Renda
PMA – Países menos Avançados
PIB – Produto Interno Bruto
PIIP – Programa Plurianual de Investimento Público
PTA – Zona de Comércio Preferencial
SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SELA – Sistema Económico Latino-Americano
SACU – União Aduaneira Sul Africana
TEC – Tarifa Externa Comum
TNC – Empresas Transnacionais
UDAO – União Aduaneira da África do Oeste
UDEAC – União Aduaneira e Económica da África Central
UDEAO – União Aduaneira dos Estados da África do Oeste
UE – União Europeia
UEMOA – União Económica e Monetária da África ocidental
UMA – União Árabe do Magreb
UMOA – União Monetária da África do Oeste
- Sem dados estatísticos

AGRADECIMENTOS

Ao longo destes dois anos e meio que dediquei a este trabalho, muitas foram as pessoas envolvidas, umas directas, outras indirectamente.

No entanto, gostaria de enaltecer a participação activa do meu orientador, Prof. Doutor, Carlos Pimenta, que esteve sempre atento às minhas preocupações e aos meus pedidos, fornecendo a documentação necessária para a consecução do trabalho. Não posso esquecer a minha família, em particular a minha esposa Orlanda Gomes, que sempre está presente apoiando naquilo que for pedido com vista a consecução dos objectivos. Estas palavras vão também para a Dr.^a Elvira Mea, coordenadora desta edição do curso, que sempre esteve atenta aos problemas que afectaram os estudantes do Primeiro Mestrado em Estudos Africanos em Cabo Verde. Não poderia nunca esquecer o Dr. Baltazar Neves, pessoa que esteve sempre ligada aos mestrados e a organização do curso. Uma palavra de apresso vai para a Dr.^a Arminda Brito que dignou fazer a leitura final do trabalho, dando desta forma uma preciosa ajuda, para o Dr. António Duarte pela ajuda prestada, não esquecendo de forma alguma dos meus colegas do primeiro mestrado em Estudos Africanos administrado em Cabo Verde.

PREFÁCIO

Foi com prazer que recebi o amável convite do Dr. Joaquim Gomes para lavrar umas breves linhas em jeito de prefácio à sua dissertação de mestrado que acabou de defender com sucesso no Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (Portugal). Aceitei de imediato o convite pela amizade que nutro pelo Autor, mas também por se tratar de alguém que conheci na Assembleia Nacional como funcionário dedicado e interessado nas questões de desenvolvimento e relações internacionais.

O trabalho do Dr. Joaquim Gomes, intitulado, «A Inserção de Cabo Verde na CEDEAO – O Comércio e as Migrações» versa, sem dúvida nenhuma, sobre um tema de actualidade. Mas, mais do que isso, é uma importante contribuição para o conhecimento da integração regional no âmbito da CEDEAO a partir da consideração de dois aspectos essenciais e tradicionalmente interligados: o comércio e as migrações.

O autor procura nas 165 páginas do texto encontrar respostas para as seguintes perguntas: Qual o nível de integração a que se chegou na CEDEAO? Qual o impacto da livre circulação de pessoas e bens em CV?

Estas questões básicas são relevantes para todos os países da CEDEAO, mas de modo particular para Cabo Verde, de onde o Autor é natural. O arquipélago, na busca de respostas para o desenvolvimento neste mundo globalizado, por um lado, não pode renegar a geografia e história e, por isso, se inscreve no âmbito do regionalismo africano e, por outro, não pode deixar de ambicionar uma cooperação estreita com outros parceiros extra-africanos. É o caso da União Europeia e seus Países membros com os quais Cabo Verde mantém relações tradicionais e interesses de desenvolvimento comuns que se traduzem quer no Acordo multilateral de Cotonou, quer, para além deste, no Acordo bilateral de Parceria Especial com a União Europeia.

A inserção de Cabo Verde no regionalismo africano assenta-se na importância da formação de regiões e da integração regional. A construção regional da CEDEAO, como outras fórmulas de cooperação e integração contemporâneas, é importante, em primeiro lugar, porque pode abrir novas perspectivas para que os cidadãos da comunidade beneficiem de bens imprescindíveis para a sua vida tais como a paz, a segurança, o Estado de Direito, a estabilidade política, o desenvolvimento económico e a inclusão social; em segundo lugar, porque com o desenvolvimento da integração regional poderá haver mais meios e capacidades para a África, em que Cabo Verde se integra, se afirmar como um actor relevante no contexto do mundo globalizado.

Conhecer a realidade da integração de Cabo Verde no âmbito da CEDEAO, os avanços e problemas que ela coloca é importante não só no plano académico, mas sobretudo como questão prática: em *primeiro lugar*, para a estruturação das respostas que as autoridades nacionais devem dar, em defesa dos fins comunitários a que estão vinculados e dos interesses nacionais; em *segundo lugar*, para que os cidadãos, que são actores importantes, e as empresas possam tomar decisões racionais e aproveitar as oportunidades que se abrem para as suas vidas na perspectiva de uma comunidade e de um mercado de mais de 270 milhões de habitantes e que se rege, entre outros, pelo princípio da liberdade de circulação de pessoas e bens.

A investigação de que resultou este trabalho significa mais um acrescento à informação das pessoas e instituições, factor imprescindível para que haja uma apropriação crescente do projecto de integração regional na África Ocidental.

Neste trabalho são fornecidas pelo Autor informações interessantes sobre a teoria da integração, o quadro convencional da CEDEAO e a realidade da relação entre Cabo Verde e os demais países - membros, a problemática da globalização, a importância do factor comércio para as migrações humanas.

Não se pode deixar de concordar com o Autor quando, na busca de resposta às perguntas iniciais, conclui que o nível de integração na CEDEAO é ainda baixo, apesar de todo o progresso que se tem conseguido no plano normativo da construção institucional. Os números que apresenta

relativos ao comércio intra-comunitário são bem elucidativos desta realidade, que tem ainda muito por onde se desenvolver. A circulação de bens entre os países é escassa, quando comparada com o comércio extra-comunitário. Por isso, entre as euforias integracionistas e o cepticismo, talvez o caminho mais prudente seja o de um realismo construtivo que tenha em conta as obrigações dos pactos da Comunidade, mas que não se esqueça em nenhum momento do elementar dever do Estado nacional que é o de velar pela sua própria existência e pela felicidade dos seus cidadãos, conjugando o bem comum nacional com o bem comum regional e universal, lá onde se conjuguem.

Outra conclusão importante é que a participação na vida institucional da comunidade fica muito aquém das necessidades e possibilidades. Basta observar um indicador da participação dos Estados que é o da quota de ratificação dos protocolos e decisões adoptados. Assim, dos 52 protocolos e convenções assinados, de 1978 a 1 de Junho de 2007, nenhum dos Estados membros chegou a ratificar todos eles. A quota de ratificação pelos países vai de 40% (Cabo Verde) a 83% (Ghana) (Cfr. *Nelson O. Magbagbeola / Embaixador Onoja*. In ZEI Regional Integration Observer, Universidade de Bona, Vol.2, nº 1, Abril 2008, p. 3).

Se o comércio com a CEDEAO não é tão expressivo, já, pelo contrário, a imigração de cidadãos comunitários para Cabo Verde, quer legal quer ilegalmente, constitui uma questão que merece ser acompanhada com especial cuidado, por diversas razões: as migrações descontroladas podem constituir um problema de segurança e porem em causa interesses estratégicos de desenvolvimento e segurança nacional sobretudo num contexto em que há muitos Estados com problemas e conflitos graves, altas taxas de desemprego e pobreza, funcionando a emigração como um escape a essas situações de dificuldades humanas. Ora, Cabo Verde é no contexto da CEDEAO um dos países com melhores indicadores económicos e sociais e sobretudo com uma conhecida estabilidade política, tornando-se, por isso, um dos países mais atractivos para a emigração da região na actualidade. É certo que Cabo Verde é procurado quer como destino final da imigração, quer como estação de trânsito para aqueles que querem chegar à Europa.

É neste contexto que o Autor chama, e bem, a atenção para a ne-

cessidade de uma política de imigração à altura, e aqui quer-se dizer formulação, decisão, execução, controlo e avaliação de políticas de imigração. Uma política de imigração à altura deve ser capaz de respeitar os compromissos internacionais do país, mas também de defender os interesses permanentes do povo e Estado de Cabo Verde num contexto de pleno respeito pelos direitos humanos. Por outras palavras, a responsabilidade internacional do país exige que haja um combate à imigração clandestina e descontrolada, sem se pôr em causa a execução das convenções, e que se garantam aos imigrantes todo o leque de direitos humanos de que são titulares, pois não se pode pretender uma regulação dos fluxos de imigração rebaixando-se o nível de protecção universal dos Direitos do Homem.

Analisando a problemática da integração, o Autor apresenta-nos uma visão crítica do processo no âmbito da CEDEAO e põe em relevo alguns factores inibidores da integração na África Ocidental: a existência de estados rentistas, a corrupção política, disparidades entre os países, baixas taxas de crescimento económico, os níveis de pobreza.

Defende, e bem, a necessidade de se estruturar bem a participação de Cabo Verde na CEDEAO para corresponder melhor às exigências da sua pertença à comunidade. Neste contexto Cabo Verde devia ponderar a sua adesão ao Mecanismo Africano de Controlo pelos Pares, o chamado *Peers Review Mechanism*, aperfeiçoar o cumprimento das suas obrigações convencionais, entre as quais as financeiras, aperfeiçoar a intervenção dos seus diplomatas e, em geral, investir na qualificação de quadros, promover uma política de colocação de quadros nacionais nas diversas instituições da CEDEAO, posicionar-se para abrigar alguma instituição da CEDEAO, abrir-se mais à possibilidade de acolher reuniões descentralizadas dos órgãos comunitários, e envolver mais a sociedade civil como fermento necessário para o desenvolvimento de um regionalismo acentuadamente democrático. O momento é importante para uma reflexão sobre estas questões, considerando-se a visão da CEDEAO que é a de se transformar esta instituição de uma organização de Estados, numa organização dos Povos. Para isso, poderá contribuir a eleição directa dos Deputados ao Parlamento da CEDEAO, prevista para o fim da Legislatura actual (2010).

Neste contexto, o trabalho do Dr. Joaquim Gomes é oportuno e merece ser lido pelos cabo-verdianos e, em geral, por todos quantos se interessam pelas questões do nosso tempo.

Cidade da Praia, 07.08.08

Aristides R. Lima

INTRODUÇÃO

A ideia de desenvolver este tema veio na sequência de Cabo Verde pertencer a CEDEAO e tem como objectivo responder as seguintes questões: Qual é o nível de integração existente na sub-região Oeste africana, (CEDEAO)? E Que impacte a livre circulação de pessoas e bens no espaço da CEDEAO terá para Cabo Verde?). Volvidos trinta anos da adesão de Cabo Verde à Organização, persiste a ideia de que a pertença à CEDEAO não trouxe nenhum resultado ao país.

Este trabalho está dividido em seis capítulos e um anexo, cada capítulo trata-se de assuntos inerentes ao desenvolvimento socio-económico da África do Oeste e o anexo refere-se ao protocolo que cria a Comunidade, bem como os protocolos adicionais.

Os temas tratados no trabalho referem-se aos indicadores socio-económicos, a integração regional, a globalização, a África, as mudanças efectuadas na CEDEAO nomeadamente no que se refere a ajuda pública ao desenvolvimento e os ajustamentos estruturais do FMI e o BM, referentes aos efeitos tidos no desenvolvimento da sub-região, bem como as migrações e o comércio internacional.

Para o desenvolvimento dos temas acima citados teve-se a preocupação de situar a organização, quanto a sua génese e criação. É de salientar que a CEDEAO foi criada em 1975, altura em que outros Agrupamentos, já tinham sido criados e com sucesso, como é o caso da CEE, hoje UE. Os objectivos da CEDEAO sempre foram coincidentes com os da CEE, porém, é de salientar que muitos princípios não foram adoptados pela Comunidade subregional africana, nomeadamente a democracia, o respeito pelos direitos humanos, o fim dos conflitos entre países membros, a minimização da exclusão social bem como a luta contra a pobreza na sub-região.

O Acordo que criou a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, (CEDEAO), em 1975, foi graças a um empenho efectivo por parte de Estados como a Nigéria e o Togo. Inicialmente, a criação deste agrupamento teria como objectivo principal a diminuição das barreiras tarifárias e não-tarifárias, a supressão dos direitos e taxas de importação, eliminação das restrições de comércio intracomunitário e colocação progressiva de uma tarifa aduaneira e uma política comercial comum, a supressão dos obstáculos a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais, a harmonização das políticas económicas, industriais, agrícolas, monetárias e as concernentes as infra-estruturas.

Segundo Ellis S., (1995, p.356), o empenho da Nigéria na criação de uma Organização Regional Oeste Africano, em 1975, tinha como objectivo conter a influência francesa na região.

De acordo com dados obtidos, a Comunidade tem sido perdulária e não tem contribuído para a minimização das crises políticas, da pobreza, da exclusão social, na sub-região Oeste africana, que contribuem substancialmente para as deslocações em massa das populações.

Os índices favoráveis em matéria de educação, saúde, infra-estrutura, acesso à água potável, esperança de vida à nascença, taxa de mortalidade infantil, rendimento per-capita e o interesse dos investidores estrangeiros por Cabo Verde, para além da paz e da estabilidade reinantes no país, são condições que faltam aos outros países da sub-região para efectuarem o take-off que todos precisam e muitos almejam.

Após quarenta anos de independência, a maioria dos países da sub-região, vive situações de pobreza extrema. Mais de metade da população dispõe de menos de 1 dólar por dia para se sustentar e as taxas actuais de crescimento são insuficientes para reduzir a pobreza.

O modelo de desenvolvimento iniciado nos anos 60 e revisto no quadro dos programas de ajustamento estrutural, nos princípios dos anos 80, não responderam às expectativas da população. A situação é, hoje em dia, pior do que nos anos 80. É necessário pôr fim aos modelos defeituosos do passado, combater a corrupção e a instabilidade política, melhorar a gestão da coisa pública, reforçar os recursos humanos e melhorar as infra-estruturas, de forma a favorecer a boa governação.

A integração regional pode ser imprescindível ao crescimento e ao desenvolvimento económico dos países membros se contribuir para a

estabilidade interna (política e económica) e se houver uma coordenação à escala regional das políticas macroeconómicas, bem como o melhoramento operacional das instituições da Comunidade.

A integração económica tem desempenhado uma função primordial na integração dos povos e das nações. Essa integração é mais necessária quando os países dispõem de um fraco mercado interno, não disponibilidade de certos factores de produção (força de trabalho, matérias primas ou tecnologia) e fraqueza de um só país sobre o xadrez de negociação internacional. Neste sentido, as políticas locais procuram um complemento nas acções de concertação internacional.

Não poderia esquecer de referir a globalização como sendo, a integração mais estreita dos países e dos povos, que resulta da enorme redução dos custos de transporte e de comunicação e a destruição de barreiras artificiais à circulação transfronteiriça de mercadorias, serviços, capitais, conhecimentos e (em menor escala) pessoas; as empresas multinacionais que fomentam a circulação transfronteiriça não só de capitais e produtos como também de tecnologias” (cf. Stiglitz, J., (2004, p. 46). No entanto, na África do Oeste, ainda hoje, há um défice muito grande de investimento estrangeiro, visto que ainda não há estabilidade política e social que favoreça a entrada desses investimentos. O interesse por parte das organizações internacionais, nomeadamente o FMI e o BM, tem trazido alguma esperança na luta contra a pobreza e a exclusão social, porém, é preciso ter em conta os desastrosos resultados dos programas de ajustamento estrutural, implementados ao longo dos anos, e que de acordo com dados dos sucessivos RDH, a África Sub-sahariana é hoje mais pobre do que há vinte e cinco anos atrás.

Na era da globalização, a África do Oeste deveria agir no sentido de constituir numa união aduaneira de facto, reagrupando todos os países da CEDEAO a fim de criar bases para o investimento estrangeiro no quadro de um mercado regional único, capaz de explorar as economias de escala pelas empresas locais e internacionais. Neste contexto a integração regional constituiria numa estratégia para integrar as economias oeste africanas à economia mundial.

Os conflitos na Costa do Marfim, as tensões nas fronteiras entre a Guiné Conakry, a Libéria e a Serra Leoa, os baixos níveis de educação, saúde e a fraca participação política, são também constrangimentos à redução da pobreza e a inclusão social.

Ao longo do trabalho, vamos ter a oportunidade de comparar os diversos níveis de desenvolvimento dos diversos países membros, as disparidades existentes entre os intervenientes e o grau de integração em matéria económico-social e no que concerne a livre circulação de pessoas bens e capitais.

O comércio e as migrações, sendo factores catalizadores da integração entre povos e nações, poderiam desempenhar uma função primordial entre as diversas nações oeste africano, porém, as estatísticas em termos de troca comercial apontam para uma fraca integração comercial, apenas 11% dos produtos são transaccionados entre os países membros e a imigração é considerada de alto risco, tendo em conta a forma como vem sendo feita e encarada pelos países receptores.

Estes fluxos comerciais são afectados pela natureza rendeira da economia da sub-região, baseada na agricultura de subsistência (sem excedente), exploração de minérios e exploração de petróleo, associadas as ajudas externas. Os investimentos externos são irrisórios, os empregos são inexistentes e quando os há, os salários são baixos.

O Estado rendeiro, de que a África é portadora, constitui um problema para se realizar a integração regional, “na medida em que as estruturas de gestão desses países estão em contradição com as preocupações de integração” (cf. Torres, A., 1999, p.125).

Essas estruturas caracterizam-se por um sistema monetário tributário do exterior, uma estrutura económica dependente, similaridade das economias e não existência de complementaridades de produção indispensáveis ao funcionamento de um mercado regional, e, finalmente, pelo carácter dualista¹ das economias nacionais.

¹ O primeiro sector de exploração de recursos naturais moderno virado para a exportação, onde se praticam os salários mais elevados, onde há mais poder de compra e mais especulação e o segundo sector tradicional autóctone fraco, difuso e fortemente dependente do primeiro, normalmente associado a uma agricultura em crise que não consegue atrair e fixar as populações, principalmente os jovens que procuram permanentemente os empregos no sector moderno mais competitivo.

CONTEXTUALIZAÇÃO 01.

A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), criada pelo Tratado de Lagos, a 28 de Maio de 1975, tinha como objectivo promover a cooperação e a integração económica sub-regional na perspectiva de uma União Económica.

A Comunidade engloba 15 países da África Ocidental: Benin, Burkina-Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gambia, Ghana, Guiné Conakry, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. Possui três sub-regiões: a região saheliana composta por Burkina-Faso, Mali e Níger; a zona extremo ocidental composta por Cabo Verde, Gambia, Guiné Conakry, Guiné-Bissau, Libéria, Senegal e Serra Leoa e por fim, o Golfo da Guiné, reúne os países como o Benin, a Costa do Marfim, o Ghana, a Nigéria e o Togo. Cabo Verde aderiu à Organização em 1976, na sequência da independência do país, em 1975. A Mauritânia retirou-se da Comunidade a 26 de Dezembro de 1999, através de um pedido feito pelo próprio governo da Mauritânia.

A Comunidade preconizou a longo prazo a criação de uma Federação de Estados da África do Oeste, com um Parlamento, uma Corte de Justiça, um Secretariado Executivo e um Conselho Económico e Cultural.

Nesta perspectiva, os Estados membros deverão aceitar a supressão dos direitos e taxas de importação, a eliminação das restrições de comércio intracomunitário e a colocação progressiva de uma tarifa aduaneira e uma política comercial comum, a supressão dos obstáculos à livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais, a harmonização das políticas económicas, industriais, agrícolas, monetárias e as concernentes às infra-estruturas.

O Secretariado Executivo da CEDEAO e o Fundo de Cooperação, de Compensação e Desenvolvimento são as duas principais instituições que se encarregam da execução das políticas de um certo número de programas

e da exploração de projectos de desenvolvimento nos Estados membros. De entre esses projectos, contam a construção de estradas intracomunitárias, as telecomunicações e o desenvolvimento de recursos agrícolas, energéticas e hidrográficas.

Inicialmente a organização inspirara-se no Acordo da Associação Europeia de Livre Comércio, também chamado Acordo de Estocolmo, que entrou em vigor a 04 de Maio de 1960. Os fundadores da CEDEAO ignoraram por completo a existência da Comunidade Económica Europeia criada pelo Tratado de Roma que entrara em vigor em 01 de Janeiro de 1958 (cf. Correia, F., (2001, p.146).

As insuficiências do Tratado de 1975 vieram a ser reconhecidas quando a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO mandou revê-lo por Decisão A/DEC.10/5/90, de 30 de Maio de 1990.

Após uma ampla discussão, o Tratado foi revisto a 24 de Julho de 1993, de forma a acelerar a integração económica e aumentar a cooperação na esfera política, incluindo o estabelecimento de um Parlamento Oeste Africano, um Conselho Económico e Social e um Tribunal, para assegurar a execução das decisões da Comunidade. Este novo Tratado dá formalmente à Comunidade a responsabilidade de evitar e resolver conflitos na região.

Oito países da sub-região (Benin, Burkina-Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo) organizam-se igualmente numa União Económica e Monetária, com a sigla UEMOA, partilhando a mesma moeda, o franco CFA.

A CEDEAO foi criada num momento histórico muito particular dos anos setenta, momento em que as grandes potências disputavam os espaços económicos no continente. Este contexto fez dos Estados africanos grandes parceiros no jogo estratégico internacional, em que o continente desempenhou várias funções entre as quais, o de mercado fornecedor. Abriu-se assim uma nova porta para o imaginário da integração regional, numa altura em que o pan-africanismo² ganhava novo fôlego, época

² Pan-africanismo, nasceu no início do século XIX com a diáspora negra, sob iniciativa de negros originários da América e das Caraíbas (Sylvester William, Burghart Dubois e Marcus Garvey, mais tarde formulado pelo líder negro Jomo Kenyatta do Quênia e Kwamé Nkrumah do Quênia. O principal obstáculo do pan-africanismo era a diversidade cultural do continente. Existiam como ainda existem, muitas “Áfricas” diferentes, impedindo as tentativas de aliança dos países africanos. Essa inexistência de uma “identidade africana” deve-se em grande parte, ao facto de a África ter sido dominada, dividida e explorada por potências que nunca se preocuparam com os traços culturais daquelas populações.

em que a exportação do crude nigeriano aumentava e multiplicava-se significativamente.

A situação reinante no continente africano permitia-lhe uma entrada na cena política e económica internacional. Nestas condições fazia sentido a criação de uma organização, de carácter regional, com vista à melhoria da organização do mercado que permitisse o desenvolvimento dessa região.

1.1 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

A população desta comunidade, incluindo a Mauritânia, é estimada em 224.19 milhões em 2000, ou seja 28% da população de África. Esta população aumentou ao ritmo de 2,7% ao ano, entre 1995 e 2000, taxa superior à média africana 2,4%.

Esta sub-região recebeu influência de três sistemas coloniais: inglês, francês e português.

Após quatro décadas de independência, os dois primeiros sistemas (anglófono e francófono) marcam ainda fortemente as dinâmicas sociais e culturais das ex-colónias. Caracteriza-se igualmente por uma extraordinária diversidade cultural, religiosa e linguística.

Histórica e etnicamente, a região é constituída por povos de raça branca, como sejam, os mouros e tuaregues, basicamente habitantes do deserto, criadores de camelos e de carneiros, que se implantaram na Mauritânia, Norte do Mali e no Níger. Encontramos populações mestiças, caso dos peules que teriam vindo do Nordeste no decurso do primeiro milénio da era Cristã e seus primos os tucolores e saracolés. A população negra é representada principalmente pelos grupos mandinga, songai, voltaico, sudano-guineense e vários outros. Todo este conjunto subdivide-se em algumas centenas de grupos etnolinguísticos com muitas diferenças entre si, mas estabelecidos a maior parte das vezes a cavalo sobre as fronteiras de dois ou mais Estados membros, isto por que tais fronteiras herdadas do colonialismo, foram outrora determinadas arbitrariamente, sem qualquer respeito pelas razões históricas, étnicas, geográficas ou, até, económicas, por interesse dos próprios colonizadores (cf. Correia, F., 2001).

A Libéria é o membro do grupo que mais cedo ascendeu à independência, (1847), porém, os restantes integrantes só se tornaram independentes entre 1957 e 1975: catorze desses países tornaram-se independentes, através de uma árdua luta política, enquanto que a Guiné-Bissau só foi possível através de uma longa luta armada. Esta luta na Guiné-Bissau tinha também como objectivo a independência de Cabo Verde, prova disso é que, o dirigente máximo da luta de libertação foi Amílcar Cabral, filho de pais guineense e cabo-verdiano.

1.2 ASPECTOS FÍSICOS

A região possui uma superfície de 6,145 milhões de Km². É caracterizada por uma diversidade etnolinguística, geográfica e socio-cultural, que vai de Cabo Verde, um arquipélago à 500 km do Senegal, ao Níger, encravado no deserto do Sahara e na savana continental. Três dos Estados membros – Burkina-Faso, Mali e Níger não possuem litoral.

A Comunidade forma um bloco maciço, continental, com limitações no deserto. A Norte está limitada pela Argélia e a Líbia, a Leste pelo Chade e pelos Camarões, a Noroeste pelo Sahara Ocidental, bordado por uma orla marítima curvilínea, pouco acidentada, com algumas ilhas ao longo da costa que corre do Oeste para o Sul, desde o Cabo das Focas, na Mauritânia até ao vértice do golfo da Guiné, entre as baías do Biafra e do Benin, no Sudoeste da Nigéria.

Possui uma extensa continentalidade de 3600 km² entre Dakar e o Lago do Chade, do oeste para leste, e de 2500 km² do sul para norte, desde de Tabou até a fronteira Norte da Mauritânia. Englobava oito países francófonos, cinco anglófonos e dois lusófonos, onde são por demais notórias as marcas culturais deixadas pelas antigas potências coloniais. A continentalidade é constituída por um vasto planalto ondulado de 300 à 400 metros de altitude, cuja monotonia é rompida apenas por falésias situadas ao longo da bacia do rio Níger e formações montanhosas sem muita elevação como o Futa Jalon e Atacora, por exemplo. Uma planície litoral estreita borda toda a costa, excepto o Senegal. Esta costa é coberta de mangues desde a Guiné-Bissau até a Nigéria. Toda a sua extensão é de 6019 Km².

Possui três tipos de clima, em que as chuvas vêm diminuindo de Sul para Norte: equatorial ao Sul; sudaniano, sobre a maior parte do interior; saheliano, a Norte do paralelo 15°. A faixa ocidental conhece um subtipo climático canariano à Norte de Dakar e sub-guineense de Dakar a Conakry.



Mapa 1: Continente africano

1.3 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Após 1870, a Europa partilha entre si a maior parte da África. A colonização directa concretiza-se pela transposição de um aparelho de Estado

metropolitano. Este «pacífica», cria um quadro regulamentar e realiza funções económicas de base. Apoia-se, no entanto, em certas instituições existentes e não pode ser analisado como a simples transposição de um corpo estrangeiro (cf. Hugon, 1999, p.30).

O sistema colonial caracteriza-se por quatro elementos principais. O primeiro consiste na implementação de uma administração. É certo que os sistemas político-administrativos divergiram, de acordo com os colonizadores; o indirect rule britânico distingue da administração directa e da «assimilação» francesa. Foram sobretudo adaptados em função dos sistemas existentes e das resistências: nas regiões sahelianas, o controlo foi assegurado a partir dos fortes militares. A segunda grande questão colonial foi a do regime fundiário. Com efeito, salvo excepção, a terra sob controlo comunitário não era alienável.

O terceiro elemento da colonização foi o domínio do capital mercantil. O imposto de capitação, a monetarização do dote, a obrigação de produzir culturas de exportação constituíram meios importantes de generalizar a economia de mercado e desenvolver a produção agrícola.

O quarto elemento foi a relação privilegiada entre a metrópole e as suas colónias, que reproduziam em parte o antigo pacto colonial. (monopólio da frota naval metropolitana, polarização dos fluxos na metrópole, protecção dos mercados coloniais, preços protegidos na importação e na exportação) (Ibid., 1999, pp. 31-32).

Neste quadro compreende-se que as potências europeias se tenham lançado ao assalto do continente africano que repartiram entre si na Conferência de Berlim³ em (1885). Não se tratou de um cálculo “erróneo”, como se disse com frequência, nem de que a história tenha demonstrado mais tarde o seu absurdo, visto que a África, segundo esta análise, não teria contribuído para criar a riqueza europeia, mas que, pelo contrário, se teria transformado num peso morto para as potências colonizadoras. Para as potências que podiam fazê-lo, tratava-se pura e simplesmente de adquirir um direito preferencial sobre as riquezas naturais do continente.

Uma vez conquistada a África, havia que “valorizá-la”. Neste ponto

³ Conferência de Berlim realizada entre 15 de Novembro de 1884 e 26 de Novembro de 1885, teve como objectivo organizar, na forma de regras, a ocupação de África pelas potências coloniais e resultou numa divisão que não respeitou, nem a história, nem as relações étnicas e mesmo familiares dos povos do continente.

intervêm simultaneamente as lógicas do capitalismo mundial e as da história anterior das sociedades africanas. Este marco compreenderia cada um dos três modelos da colonização: a economia de trato, que incorpora o pequeno camponês no mercado mundial de produtos tropicais e submete-se aos ditames de um mercado de monopólios controlados, que permite reduzir ao mínimo as remunerações do trabalho camponês e esbanjar terras; a economia de reservas de África meridional, que se organizou em volta da extracção mineira, alimentada por mão-de-obra barata a partir da migração forçada, que provêm justamente das “reservas”, insuficientes para permitir que se perpetue a auto-suficiência rural tradicional; a economia de pilhagem, a que se dedicam as empresas concessionárias, ao impor, sem contrapartida, um décimo dos produtos da colheita onde as condições sociais locais não permitiam o “trato”, nem as riquezas justificavam a organização de reservas para o fornecimento abundantes de mão-de-obra, (cf. Amin, S., 2000 p. 239).

Em consequência disso, a maior parte dos chamados “países menos desenvolvidos” está localizada em África. São, em grande parte, países destruídos pela intensidade da sua integração na primeira fase da expansão global do capitalismo. (Amin, S., 2005, p. 570).

Os anos sessenta constituíram “anos do continente africano”, (período que grande parte dos países ascendeu a independência). Nessa altura a consciência dos africanos e em particular os da sub-região Oeste Africana, começou a mudar e a pensar na resolução dos problemas socio-económicos e políticos.

Com a independência dessas nações, era necessário que esses países fizessem parte do concerto das nações, visto que como colónias eram representados pelas metrópoles.

Neste contexto, duas ideias básicas estiveram na origem da integração desses países: KWame Nkrumah fez a proposta da criação dos estados Unidos da África no que foi secundado por Ahmed Sekou Touré, porém, Leopold Senghor defendeu uma estratégia progressiva a partir de círculos concêntricos de integrações subregionais que dariam origem à unidade continental. A tese de Senghor venceu e daí a existência de inúmeras organizações no continente africano em geral e na África do Oeste em particular.

Quatro dessas organizações pretenderam criar na região oeste africana, organizações subregionais de integração económica através do estabelecimento por etapas sucessivas: trocas preferenciais, livre comércio, união aduaneira e união económica.

O Tratado da Comunidade Económica Africana (CEA), de 03.06.1991, divide a África em 5 regiões, onde deve repousar a integração económica continental, cuja prossecução se realizará por etapas como pretendem o plano de Acção e o Acto Final de Lagos de 1980.

Enquanto colónias, os países da África Ocidental já tinham uma certa integração económica imposta pelas potências colonizadoras (cf. Correia, F., (2001, p. 42). Com as independências, a única zona que manteve uma certa integração, apesar de as suas contradições é a que corresponde à antiga África Ocidental francesa.

Da independência a esta parte, surgem inúmeras organizações, nomeadamente: a União Aduaneira da África do Oeste (UDAO) em 9 de Junho de 1959; a União Monetária Oeste Africana (UMOA) em 12 de Maio de 1962, com o seu Banco Central e o seu Banco de Desenvolvimento, da qual a Mauritânia se retirou em 9 de Julho de 1973 e à qual o Mali se juntou em 1 de Junho de 1984; a União Aduaneira dos Estados da África do Oeste (UDEAO) em 3 de Junho de 1996 sucessora da UDAO; a Comunidade Económica da África do Oeste (CEAO)⁴ em 16 de Abril de 1973, dotada de um fundo comunitário de desenvolvimento e de um fundo de solidariedade e desenvolvimento económico, que sucedeu a UDEAO; a União do Rio Mano (MRU), em 3 de Outubro de 1973, inicialmente composta pela Libéria e a Serra Leoa, juntando-se mais tarde a Guiné Conacry em 25 de Outubro de 1980; a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) em 28 de Maio de 1975, abrangendo os 16 países que a resolução CM/RES.464 (XXVI) do Conselho de Ministros da Organização da Unidade Africana (OUA) compõe a África Ocidental. Destas organizações subsistem quatro: a UMOA – hoje transformada em União Económica da África do Oeste, a CEAO, a MRU e a CEDEAO. O Tratado da Comunidade dos Estados da África do Oeste (CEDEAO) revisto em 1993, estipulava que «a CEDEAO seria doravante a única comunidade

⁴Tratado de Abidjan que instituiu a CEAO entrou em vigor a 1 de Janeiro de 1974. Países membros: Benin, Burkina-Faso, Costa do Marfim, Mali, Mauritânia, Níger e o Senegal

económica da sub-região». Mas em 1994, a União Europeia encorajou a criação da União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA) em substituição da CEAO⁵.

1.4 GÉNESE DA CEDEAO

Após a segunda Guerra Mundial, assiste-se a uma onda de conquista às independências pelos Estados africanos. Os líderes independentistas procuram mecanismos para o desenvolvimento da África na sua generalidade e dos próprios Estados em particular.

Assim, verificamos que a ideia da integração económica não é nova na África Ocidental: já em 1945 o Congresso Pan-Africano reunido em Manchester, Reino Unido, tendo tomado nota da exploração sistemática dos recursos económicos da África do Oeste, pelos poderes imperiais, recomendou entre outras, a criação de uma União Económica Oeste – Africana, como remédio contra os males diagnosticados. Por seu turno, a Primeira Conferência dos Partidos Políticos da África realizada em Acra, em Dezembro de 1958, lançou igualmente um apelo a favor não só da eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias, como também da conclusão de acordos multilaterais de pagamentos, como primeira etapa da criação de um Mercado Comum Africano. Alguns meses mais tarde, por iniciativa do Presidente do Ghana, uma reunião teve lugar na Libéria, em 1959, com a pretensão de lançar as bases de uma União da África do Oeste, cujo papel seria simultaneamente político e económico e que englobaria o Ghana, a Guiné Conakry, a Libéria e o Mali.

Em 1959, 6 países falantes do francês, nomeadamente: Benin, Costa do Marfim, Mali, Burkina-Faso, Mauritânia, Níger, e Senegal, formaram a “união Aduaneira da África do Oeste” (UDEAO), (cf. Edi E., 2004, p. 46), porém, os objectivos não foram atingidos. O insucesso da UDEAO fez com que surgisse uma nova organização em substituição, a Comunidade Económica da África do Oeste (CEAO) em 1973, tendo como objectivo melhorar as infra-estruturas, promover e acelerar a industrialização e facilitar o

⁵ Ver contextualização económica a partir do terceiro capítulo, mais precisamente na página 53 e seguintes, referente a integração regional

comércio interno. O nascimento da CEAO foi mais uma oportunidade de a França manter as colónias sob a sua tutela (Ibid., 2004, p. 46).

Novos esforços de alargamento da Comunidade Económica Oeste Africana surgem da iniciativa da Comissão Económica das Nações Unidas para a África (ECA), outras iniciativas partiram dos presidentes W. Tubman da Libéria, Ould Dada da Mauritânia, Eyadema do Togo e Yakubu Gowon da Nigéria. No início dos anos 60, a ECA envia uma missão para a África, concluindo que havia grandes potencialidades para a industrialização e desenvolvimento da África do Oeste, porém, era necessário que houvesse uma estratégia conjunta de desenvolvimento. Uma outra comissão integrada pelo presidente Adededeji, a ECA chegou à mesma conclusão para a África em geral e decidiu, em 1962, ajudar as nações africanas a promover a cooperação regional para realizar a industrialização. A implementação da conclusão da ECA motivou em 1963, a missão para a África do Oeste que realizou uma conferência em Lagos/Nigéria. A conferência reflectiu sobre uma coordenação industrial entre os Estados da África do Oeste e foi seguido pelo encontro em 1966 em Niamey/Níger e a conferência de Acra em 1967, sobre a cooperação económica. A conferência de Acra conduziu à criação da Comunidade Económica, com a assinatura de doze dos catorze Estados oeste africano.

Anos mais tarde, a tentativa de consolidar a cooperação oeste africana foi desencadeada por 2 chefes de Estado militares, GI. Eyadema (Togo) e LT Gowon (Nigéria) uniram esforços para convencerem e motivarem os líderes africanos a cooperar num projecto de integração regional. O primeiro passo foi a assinatura em 1972, de um acordo entre o Togo e a Nigéria, respeitante à Comunidade Económica Oeste Africana. O segundo passo foram os encontros realizados pelo GI Eyadema e LT Gowon para convencer os líderes dos Estados a formar uma União.

A história pós-colonial da integração económica remonta aos primórdios dos anos sessenta. Com efeito, durante a sua primeira reunião realizada em Dezembro de 1962, o Comité Permanente para a Indústria, Recursos Naturais e Transportes da Comissão Económica das Nações Unidas para a África decidiu ajudar os governos africanos a promover a cooperação regional na base da especialização internacional e da harmonização, na medida do possível, dos planos de desenvolvimento industrial.

Durante a primeira reunião da Organização da Unidade Africana, levada a cabo em 1963, em Adis Abeba, a Comissão Económica da ONU para a África, abordou pela primeira vez a ideia da criação sistemática de agrupamentos económicos regionais em África, no que veio a ser apoiada pelo Conselho Económico e Social das Nações Unidas que defende também a mesma ideia à um nível global.

Em Novembro de 1963, a Conferência sobre a Coordenação Industrial na África Ocidental, reunida em Lagos, tentou esboçar um quadro para a auto-suficiência colectiva regional.

Na sequência desses esforços uma zona de Comércio Livre foi encarada pela Costa do Marfim, Guiné Conakry, Libéria e Serra Leoa, durante uma reunião organizada em Monróvia, em 1964. O próprio Tratado, instituindo tal União, chegou a ser assinado mais tarde, a 28 de Maio de 1965. Ainda na mesma senda, adoptou em Nairobi, no Kénia, as resoluções nº 142 (VII) e 145 (VIII), convidando os Estados Membros a estabelecer entre si mecanismos intergovernamentais destinados a promover o desenvolvimento económico e social. Dois anos mais tarde duas outras reuniões tiveram lugar:

A Conferência sobre a Cooperação Económica na África do Oeste, organizada em Niamey/Níger, à qual assistiram 11 Estados membros Oeste-africano, durante a qual foi recomendada a elaboração do acto constitutivo da Comunidade económica da África do Oeste; e

A reunião de acompanhamento das decisões emanadas desta Conferência, de 27 de Abril a 06 de Maio de 1967, onde o dito Acto foi adoptado e assinado, foi também convocado um Conselho de Ministros, provisório, para elaborar um projecto de Tratado sobre a criação da Comunidade visada. O Conselho de Ministros provisório teve a sua primeira reunião em Dakar em Novembro de 1967, durante a qual, propôs a organização de uma reunião inaugural da dita Comunidade a nível dos Chefes de Estado e de Governo.

Durante o mês de Novembro de 1967, os quatro Chefes de Estado e de Governo da Organização dos Estados Ribeirinhos do Rio Senegal encontraram-se em Bamaco/Mali e exprimiram a sua intenção de alargar o horizonte da cooperação a outros países da sub-região. O Presidente da República Islâmica da Mauritânia recebeu mandato de informar e convidar

os outros Chefes de Estado a participar. Como resultado das diligências empreendidas, nove Chefes de Estado se reuniram em Monróvia/Libéria, a 24 de Abril de 1968 e assinaram o Protocolo, estabelecendo o Grupo Regional da Africa Ocidental (GRAO), cujas partes contratantes eram a Guiné Conakry, Mali, Mauritânia, Senegal, Libéria, Alto Volta – hoje Burkina-Faso, Gambia, Gana e Nigéria. O Presidente da Libéria recebeu o mandato de entrar em contacto com os Chefes de Estado e de Governo ausentes, a saber, Costa do Marfim, dahomey – hoje Benin, Togo, Níger, e serra Leoa, a fim de obter a adesão destes. A Guiné e a Nigéria ficaram incumbidas de estudar os domínios da cooperação; o Senegal e a Libéria comprometeram-se a preparar os projectos de Tratado e Protocolos constitutivos da União Aduaneira. O Conselho de Ministro, nunca mais se reuniu para examinar os ditos textos e a ideia, como todas as outras iniciativas anteriores falhou.

A este propósito é útil lembrar o conteúdo da Declaração sobre a Cooperação, o Desenvolvimento e a Independência Política da África, adoptada em Adis Abeba, em Maio de 1973, pela Décima Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Organização da Unidade Africana. Esta declaração recomenda, entre outros aspectos, aos países africanos, a programação da sua cooperação nos domínios monetários e das comunicações, sublinhando a importância da integração económica como uma das opções válidas da estratégia de desenvolvimento regional. Alguns meses antes, em meados de 1972, os Presidentes do Togo e da Nigéria retomavam a ideia da integração económica na base da experiência obtida em Monróvia em 1968. O resultado de uma série de negociações difíceis, mas frutíferas, foi apresentado, às reuniões ministeriais de Lomé em Dezembro de 1973, de Acra em Fevereiro de 1974 e de Monróvia em Janeiro de 1975, para terminar com a assinatura do Tratado da CEDEAO pelos Chefes de Estado e de Governo dos quinze Estados da África Ocidental, então independentes, reunidos em Cimeira a 28 de Maio de 1975, em Lagos, na Nigéria. A 26 de Novembro de 1976, cinco Protocolos foram assinados em Lomé, no Togo, pelas partes contratantes do Tratado da CEDEAO. Estavam assim criadas as condições para a instalação das instituições da Comunidade e para a gestão da integração económica regional a partir de 1 de Janeiro de 1977, tanto mais que as sete ratificações necessárias estavam obtidas desde 23

de Junho de 1975 com a aceitação do Tratado da CEDEAO, segundo as respectivas normas constitucionais, por Costa do Marfim, Gana, Guiné Conakry, Alto Volta, Libéria, Nigéria e o Togo. Cabo Verde aderiu ao Tratado da CEDEAO a 16 de Março de 1977.

A décima sexta Conferência dos Chefes de Estado e de Governo reunida em Cotonou, no Benim, de 22 a 24 de Julho de 1993 adoptou e assinou o Tratado revisto da CEDEAO. O tratado revisto prevê as seguintes instituições:

- A Conferencia de Chefes de Estado e de Governo;
- O Conselho dos Ministros;
- O Parlamento da Comunidade;
- O Conselho Económico e Social da Comunidade;
- O Supremo Tribunal de Justiça da Comunidade;
- O Secretariado Executivo;
- O Fundo de Cooperação, Compensação e Desenvolvimento;
- As Comissões técnicas especializadas;

Na 30ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo, realizada em Abuja/Nigéria, em Junho de 2006, os líderes da CEDEAO aprovaram a transformação do Secretariado Executivo numa Comissão, integrada por nove membros, incluindo um Presidente, um Vice-presidente e sete Comissários.

A Cimeira decidiu confiar a presidência e a vice-presidência ao Ghana e ao Burkina-Faso respectivamente, e os sete cargos de comissário à Costa do Marfim, ao Mali, ao Níger, a Nigéria, ao Senegal, à Serra Leoa e ao Togo.

Segundo o Secretariado Executivo, a transformação desse órgão numa comissão, permitirá aprofundar e acelerar o processo de integração regional⁶.

Assim reestruturada, esta Comunidade pretende criar uma união económica entre Estados Membros, através da integração da produção e da livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais.

⁶ <http://www.panapress.com/freenewspor.asp?code=por032232&dte=15/06/2006>

1.5 A PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS MEMBROS

Após 32 anos, a Comunidade depara-se com grandes constrangimentos, decorrentes da participação ineficiente dos Estados membros.

Entende-se, que o funcionamento das instituições de uma Comunidade será apenas o reflexo da vontade e consciência da pertença a ela, dos seus membros. Se medirmos essas duas componentes pela participação nas actividades da CEDEAO, pelo nível de representação nas suas reuniões e pelo pagamento das contribuições necessárias ao seu funcionamento, pode dizer-se que essa vontade e consciência situam-se a níveis muito baixos (cf. Correia, F., 2001, pp. 147,148). Alguns exemplos citados são casos de reuniões que não se realizam por falta de quórum, as sessões ministeriais são assistidas, há maior parte das vezes por simples técnicos sem nenhuma representatividade, os Estados membros sempre foram reticentes em cumprir os seus deveres e obrigações para com a CEDEAO, estando alguns em atraso há mais de 20 anos.

Os atrasos nas contribuições financeiras dos países membros até 30 de Setembro de 2000, ultrapassam a soma de 35,2 milhões de dólares repartidos pelos seguintes países (cf. S. E. da CEDEAO, 2000).

Libéria, 20 anos de contribuição em atraso, correspondente a 11,5 milhões de dólares;

Gambia, 11 anos de contribuição em atraso, correspondente a 2,9 milhões de dólares;

Serra Leoa, 11 anos de contribuição em atraso, correspondente a 3,7 milhões de dólares;

Cabo Verde, 10 anos de contribuição em atraso, correspondente a 2,5 milhões de dólares;

Guiné-Bissau, 10 anos de contribuição em atraso, correspondente a 2,8 milhões de dólares;

Níger, 6 anos de contribuição em atraso, correspondente a 2,1 milhões de dólares;

Guiné Conakry, 5 anos de contribuição em atraso, correspondente a 2,06 milhões de dólares;

Senegal, 3 anos de contribuição em atraso, correspondente a 1,29 milhões de dólares;

Ghana, 2 anos de contribuição em atraso, correspondente a 1,97 milhões de dólares;

De acordo com os dados do ano 2000, emitidos pelo Secretariado Executivo da CEDEAO, os únicos países que saldaram as suas dívidas até aquele momento, foram Mali, Togo, Benin, Burkina-Faso, Costa do Marfim e Nigéria. No entanto, salienta o Secretariado que o Senegal e o Ghana vêm fazendo um esforço para reduzir as suas dívidas.

Em relação às contribuições de Cabo Verde, existe uma decisão, A/DEC/10/01/03, relativa à entrada em vigor do regime da taxa comunitária, o que implica o depósito directo dos montantes cobrados, na conta da CEDEAO, aberta junto do Banco Central (BCV), pelo serviço das alfândegas, onde pode honrar os seus compromissos com a Comunidade.

Neste caso os montantes cobrados, a partir de 01 de Julho de 2003 e enviados ao Tesouro, devem ser transferidos para a conta da CEDEAO, junto do Banco Central.

As contribuições de Cabo Verde devem ser objecto de uma calendarização de pagamento, tendo como data limite, 31 de Dezembro de 2010⁷.

Esta medida reveste-se de grande importância para a Comunidade e vincula os países membros à Organização. Pode também contribuir para uma participação activa dos países membros, no futuro que se avizinha.

No entanto, de acordo com a Direcção Geral do Tesouro do Ministério das Finanças de Cabo Verde, as contribuições em atraso ultrapassam os 16 milhões de dólares, soma insustentável para um país com poucos recursos.

⁷Memorando do Ministério da Economia Crescimento e Competitividade, 18 de Outubro de 2005.

02. CABO VERDE

CEDEAO

A República de Cabo Verde é um arquipélago de 10 ilhas, nove das quais habitadas e oito ilhéus, todos de origem vulcânica, perfazendo uma superfície terrestre de 4033 km². Situadas na costa ocidental africana, a cerca de 500 quilómetros a oeste do Senegal, as ilhas de Cabo Verde estendem-se entre os paralelos 17° 12,5' e 14° 48' de latitude norte e os meridianos 22° 44' e 25° 22' de longitude oeste de Greenwich.

As ilhas são de origem vulcânica, de tamanho relativamente reduzido, dispersas e numa zona de elevada aridez meteorológica. Três das ilhas habitadas são relativamente planas, sendo as outras montanhosas. A sua linha de costa é relativamente grande, preenchida de praias de mar de areia branca e negra.

A escassez de recursos naturais é a característica marcante. A zona económica exclusiva estende-se por cerca de 700.000 km².

A capital do País é a cidade da Praia, situada no extremo sul da ilha de Santiago, albergando cerca de ¼ da população residente, sendo simultaneamente a capital económica e política.

O escudo cabo-verdiano é a moeda nacional, ancorada ao Euro, moeda relativamente à qual é convertível nos termos de um acordo de cooperação cambial celebrado com Portugal, na segunda metade da década de noventa. O escudo cabo-verdiano tem câmbio fixo em relação ao euro valendo 1 euro 110,265 unidades da moeda nacional.

A economia de Cabo Verde é hoje uma economia de serviços a aferir pela contribuição destes na formação do PIB (75,3% em 2002), como também na geração de emprego (55%)⁸.

País saheliano, Cabo Verde tem um clima tropical seco, com um período de chuvas que se estende de Julho a Outubro frequentemente repartidas de forma irregular.

⁸ O Perfil da Pobreza em Cabo Verde IDRF 2001/2002, INE

Cabo Verde ascendeu à independência em 1975. Com a independência, os sucessivos governos, até 1991, estruturaram a economia do país na base de uma plataforma de economia estatal, em que predominava o controlo e a propriedade do Estado sobre as principais unidades e a actividade económica em geral.

Em 1991, na sequência da abertura política, instituiu-se o pluralismo democrático e a revisão em profundidade dos fundamentos de política económica. A reorientação económica visava transformar a economia de base estatal numa economia de base privada, orientada para o exterior. O objectivo fundamental consistia em inverter a tendência para o abrandamento do crescimento económico ocorrido no início dos anos 90, através de uma viragem da política económica, de acordo com as tendências dominantes no plano internacional de liberalização e privatização da economia.

2.1 OS INDICADORES SOCIO-ECONÓMICOS DE CABO VERDE

No início dos anos noventa, os sinais de abrandamento do crescimento da economia cabo-verdiana eram visíveis. O ritmo de crescimento do PIB desacelerou acentuadamente, fixando-se em 0,7% e 1,4% respectivamente em 1990 e 1991⁹, o que se traduziu num crescimento negativo do PIB real per-capita, tendo em conta que a taxa média de crescimento anual da população foi de 2,4%. A partir de 1992, com o início efectivo da reforma económica, assiste-se à aceleração do crescimento económico, registando-se uma taxa média de crescimento anual de 6,2% no período 1991/95¹⁰. A rápida expansão da actividade económica nesse período deve-se, principalmente ao forte incremento do investimento público, ao crescente dinamismo do sector privado nacional e ao investimento externo, que começa a ser notório nos dois últimos anos do período.

O investimento público que em 1991 representava 13,8% do PIB, sobe para 16,2% em 1994 antes de baixar para 12,8% em 1995, tendência que se acentuou nos anos seguintes. Em contrapartida, o investimento privado aumentou de 15,4% do PIB em 1991 para 25,7% em 1995, mantendo a tendência ascendente nos anos seguintes¹¹. A dinâmica económica ob-

⁹ Cape Verde: Recent Economic developments, July 1999, IMF

¹⁰ Instituto Nacional de Estatística (INE) Cabo Verde

¹¹ Ibid

servada nesse período foi determinada em parte pelo forte crescimento da ajuda externa que, de uma média anual de 54 milhões de dólares, em 90/91, subiu para 84 milhões em 1992 e 1995, e pelo aumento substancial das remessas de emigrantes (18,5% no período 92/95).

O rápido crescimento económico nesse período distribuiu-se de forma relativamente equilibrada pelo conjunto da economia, registando-se, no entanto, o reforço do peso relativo do terciário no período 1991/95: o sector primário representava em 1991, 13,4 %, em 1995 13,6% do PIB, o secundário 21% em 1991 e 19% do PIB em 1995, o terciário 65,3% em 1991 e 67,5% em 1995¹².

O grande esforço de investimento realizado no período 92/95 teve como contrapartida o agravamento acentuado da dívida pública interna. Como consequência do recurso à dívida pública para financiamento do deficit orçamental, (cerca de 30% do investimento público até 1995 foi financiado por essa via), o stock da dívida pública interna aumentou excessivamente, situando em cerca de 18 mil milhões de escudos cabo-verdianos (ECV) em finais de 1997, equivalente a 40% do PIB¹³, o serviço da dívida interna absorveu 13% das despesas correntes em 1997, cerca de 3% do PIB nesse ano. As contas externas sofreram uma forte degradação e as reservas em divisas atingiram níveis muito baixos em finais de 1995, obrigando à imposição temporária de restrições nas importações. No intuito de travar a derrapagem e recuperar os equilíbrios macroeconómicos, foram adoptadas medidas de contenção da procura e das despesas públicas e de redução do stock da dívida interna, com consequente impacto na desaceleração do crescimento em 1996.

O crescimento retomou-se novamente a partir de 1997, estimando-se uma taxa de crescimento de 10.1% no período 1997/99), induzido essencialmente pelo investimento privado, nomeadamente o investimento externo, pela dinâmica do sector de serviços.

Efectivamente, entre 1995 e 1998, intensifica-se a mudança na estrutura do PIB, com o sector terciário a aumentar em termos relativos para 69,1% do PIB (67,5% em 1995).

Essa evolução foi superada principalmente pelo rápido crescimento

¹² Cape Verde: Gross Domestic Product at prices, 1991-2000, IMF, INE

¹³ Cape Verde: Recent Economic developments, July 1999, IMF DG Tesouro

do turismo, que reforçou substancialmente o seu peso no PIB e pelo sector financeiro cujo peso relativo no PIB aumentou de 3,7% em 1995 para 6,0% em 1998¹⁴, sectores recipientes de avultados investimentos externo a partir de 1995. O investimento privado externo foi o principal elemento catalisador, e a retoma ocorreu apesar da diminuição acentuada nas remessas de emigrantes em 1997 (-8,3% em ECV), decorrentes das incertezas em relação à política cambial. As remessas retomaram a sua trajectória ascendente em 1998 (+17% em ECV) e em 1999 (+15% em ECV)¹⁵. A APD diminuiu igualmente em 1996 e 1997 em relação à média do período 1992/95.

A partir de 1995, e em resultado das reformas levadas a cabo, ocorrem outras mudanças estruturais na economia, consubstanciadas na redução do peso do sector público e concomitante aumento da importância relativa do sector privado. As actividades governamentais, até então dominantes (48% do PIB em 1995), diminuem progressivamente, fixando-se em 35% do PIB em 1998. Em contrapartida, o investimento privado eleva-se à 26% do PIB, e ultrapassa largamente o investimento público (12% do PIB em 1998), acentuando a tendência iniciada em 1993/94¹⁶. Esta mudança estrutural resulta da política orçamental mais restritiva, a partir de 1996.

Segundo as contas nacionais, definidas no período 1999-2003, a economia cabo-verdiana teve uma tendência de desaceleração, passando de um crescimento real de 11,9% em 1999, ano em que atingiu o pique de um ciclo de expansão, para 7,3% em 2000, 6,1% em 2001, 5,3% em 2002, 4,7% em 2003, 4,5% em 2004, 6% em 2005 e 5,5% em 2006, tendo uma ligeira retoma em 2005, de acordo com os dados acima citados, (ver gráfico nº1).

O crescimento decrescente efectuado durante alguns anos foi afectado pelos anos de seca registados em Cabo Verde. Embora 2003 tenha sido diferente em relação às precipitações, a agricultura cresceu apenas 1%, pelo facto de os anos anteriores terem sido de seca, com a consequente sobre-exploração dos lençóis freáticos, o que terá afectado a disponibilidade de água, sobretudo para as culturas de regadio em 2003 e 2004.

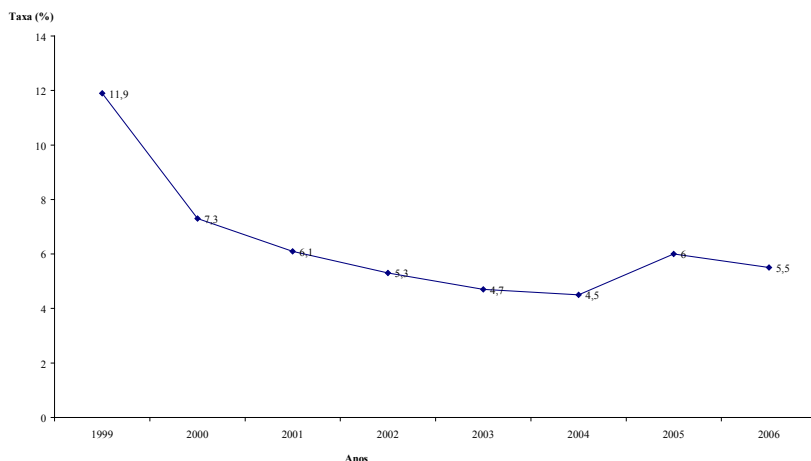
¹⁴ Instituto Nacional de Estatística (INE) Cabo Verde

¹⁵ Banco de Cabo Verde (BCV)

¹⁶ Cape Verde: Recent Economic developments, July 1999, IMF

Gráfico 1: Crescimento Real da Economia em Cabo Verde, 1999 – 2006

Fonte: INE



O comércio e a construção, que em 2002 tiveram altas taxas de crescimento (respectivamente 13,3 e 15,6%), sofreram em 2003 um considerável abrandamento (4,1 e 0,3% respectivamente). Pode dizer-se que a construção teve um crescimento nulo em decorrência da queda no nível de execução do Programa Plurianual de Investimentos Públicos (PPIP) em projectos de construção civil e obras públicas.

A taxa de inflação baixou de forma consistente entre 1990 e 1994, passando de 10% para 3,4% em 1994. Em 1995, a taxa subiu para 8,4, devido à gravidade da seca nesse ano, estabilizando em 4,3% nos dois últimos anos da década¹⁷. O grau de abertura da economia ao exterior confere um peso elevado à inflação importada. Cabo Verde beneficiou, por isso, de taxas moderadas de inflação na zona euro, que constitui o seu principal parceiro comercial. A liberalização das importações e da economia e a intensificação da concorrência actuaram no sentido da moderação da inflação, o mesmo acontecendo com a moderação salarial. A taxa de inflação em Cabo Verde é muito sensível aos imponderáveis da seca, o que explica, em grande parte, o pico de inflação observado em 1995 e 1997, na sequência de anos agrícolas particularmente severos. Em 1999, registou uma taxa de inflação de (3,9%), em 2000 (-2,4%), 2001 (3,7%), 2002 (1,9%), 2003 (1,2%), 2004 (-1,9%), 2005 (0,4%) e em 2006 3%. (Ver gráfico nº2)

¹⁷ Cape Verde: Recent Economic developments, July 1999, IMF; Índice de preços no Consumidor

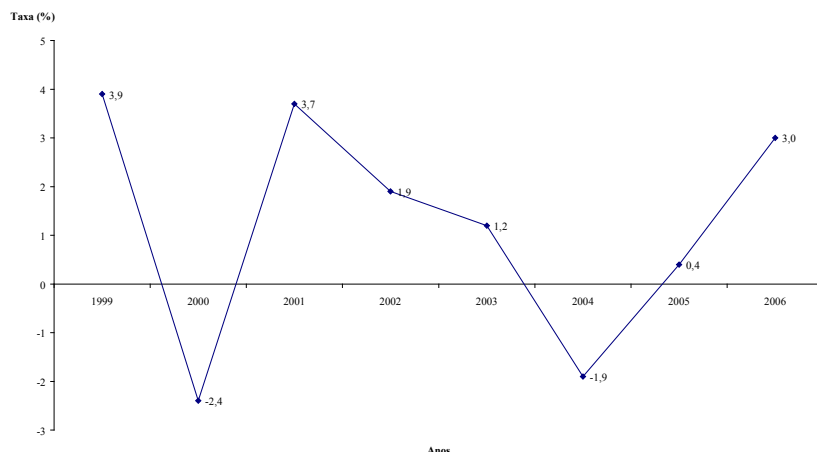


Gráfico 2: Evolução da Taxa de inflação em Cabo Verde, 1999 – 2006

Fonte: INE

A liberalização das importações e da economia e a intensificação da concorrência, bem como a moderação salarial continuaram a influenciar a taxa de inflação a partir de 1999, registando taxas relativamente baixas.

A taxa de 3% no ano de 2006 é devida às altas no preço dos combustíveis a nível internacional e nacional, contribuindo para a alta dos preços de todas as mercadorias e serviços prestados no país.

2.2 NO PLANO SOCIAL

A dinâmica do crescimento económico só muito recentemente, a partir do terceiro trimestre de 1999, começa a repercutir-se com algum significado numa tendência para a redução do desemprego. Durante todo o decénio, a taxa de desemprego manteve-se em cerca de 25-26%, constituindo um dos principais senão o problema social do país.

A situação do emprego em Cabo Verde tem sido negativa ao longo de vários decénios. De acordo com o Anuário Estatístico, a taxa de desemprego foi de 24,2% em 1940, 17,3% em 1950, 38% em 1960, 25,4% em 1970, 25,6% em 1980, 25,2% em 1990¹⁸, 17,3% em 2000¹⁹ e 24,4% em 2005. Vários factores contribuíram para este desempenho negativo. Em

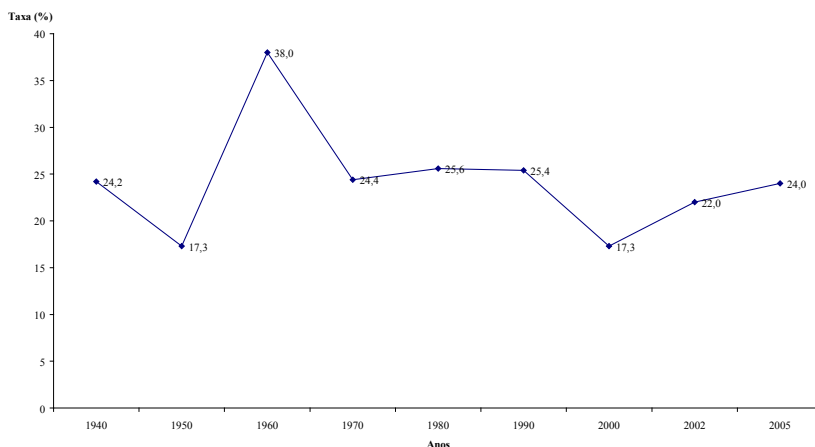
¹⁸ Anuário Estatístico, População, Emprego, Formação Profissional, 1995, MTJPS

¹⁹ Censo 2000, INE

Gráfico 3:

Evolução da taxa de desemprego em Cabo Verde, 1940 - 2006

Fonte: Anuário Estatístico, População Emprego, formação Profissional, MTJPS, Censo 2000, INE 2005 e IIEFP



primeiro lugar, a exiguidade e baixa produtividade do sector agrícola, resultantes fundamentalmente das condições climáticas muito adversas, caracterizadas por secas frequentes e persistentes (o último ciclo de secas teve o seu início nos anos setenta e ainda persiste). Estas circunstâncias concorrem para que a agricultura não satisfaça mais do que 10% das necessidades do país em cereais e seja incapaz de assegurar um elevado nível de emprego. Por outro lado, a fraca base industrial do país, decorrente da dimensão muito reduzida do mercado interno e da ausência de recursos humanos qualificados, impediram, e ainda impedem, que este sector compense as limitações estruturais do sector agrícola.

De acordo com o Observatório de Emprego e Migrações (instrumento oficial do Governo que analisava trimestralmente as tendências do emprego e desemprego nos principais centros urbanos) a taxa de desemprego, em finais do segundo trimestre de 2000, seria de 19,3%, o que traduz numa tendência para a redução da ordem dos 6,5% em relação ao mesmo período de 1999²⁰. A taxa de desemprego varia bastante de ilha para ilha, não se observando grande mobilidade no mercado de trabalho (excepto muito recente em direcção às ilhas do Sal e Boavista, onde o turismo tende a desenvolver-se), o que sugere uma forte segmentação geográfica do mercado de trabalho. Em Santiago a principal ilha, a taxa de desemprego seria de 17,8%, em São Vicente de 20,7%, no Sal de 12,8% e no Fogo de

²⁰ Observatório de Migrações e Emprego, IIEFP

30,9%. Em 2005, continua a mesma variação de ilha para ilha. A ilha mais afectada pelo desemprego é Santo Antão, 33,1% seguido de São Vicente, 32,2%, Praia, 25,5%, Fogo, 20,3%, interior de Santiago, 18,3 e por fim, a ilha do Sal, 18,2%; as restantes ilhas não foram abrangidas pelo estudo. Note-se que as elevadas taxas de crescimento do PIB nos anos noventa não se reflectiram de forma significativa, senão recentemente, na taxa de desemprego, o que pode ser explicado pelo rápido crescimento da população e pela própria natureza do crescimento, eventualmente induzido pelos sectores mais capital intensivos.

Uma outra característica do mercado de trabalho é a prevalência de uma taxa de desemprego de mulheres muito mais elevada ao longo de quase todo o decénio até 1997 (entre 10 e 40%) nas duas ilhas mais importantes). A partir de 1998, a tendência inverteu-se, e no segundo trimestre de 2000, a taxa de desemprego é praticamente idêntica para os dois géneros, situação a que não é alheio o forte crescimento do sector informal, onde a presença da mulher é dominante, e ao crescimento da indústria exportadora, que utiliza uma mão-de-obra predominantemente feminina.

De acordo com o inquérito ao desemprego 2005²¹, o desemprego foi de 24,4%, tendo invertido a lógica anterior de que o desemprego feminino tinha diminuído em relação ao masculino, neste caso o desemprego na camada feminina foi de 27,2%, contra 21,8% masculino, isso pode ser explicado pela diminuição do emprego público nas diferentes ilhas e a fraca precipitação registada nas ilhas agrícolas em particular a ilha de Santo Antão, o fechamento de firmas de têxteis em São Vicente (fechamento e deslocalização), deixando pessoas desempregadas, a falta de energia e água nas ilhas de vocação turística, tem afectado o emprego, é o caso da ilha de Boavista. A baixa taxa de desemprego registada no interior de Santiago, deve-se ao momento do inquérito, à população estar na faina agrícola, motivada pela boa precipitação ocorrida naquela altura.

O desemprego continua a afectar com maior intensidade a faixa etária compreendida entre os 15 e os 24 anos, que regista uma taxa de desemprego de 29,1%. Finalmente, observa-se ao longo do decénio, e de acordo com o Observatório, uma tendência para a alteração na estrutura do desemprego em função da sua duração. A proporção do desemprego de

²¹ Inquérito ao desemprego 2005, IIEP/INE

curta duração, que se situava entre 9 e 14%, em 1995, foi aumentando progressivamente, fixando-se em finais de 1999, em 38% no Fogo, 44,4% em São Vicente, 52,7% em Santiago e 69,8% no Sal.

Em 2005, registou-se na faixa etária de 15 a 24 anos, uma taxa de desemprego de 41,0%, taxa mais elevada de desemprego em relação aos anos anteriores²².

A política de emprego em Cabo Verde pode ser considerada Keynesiana, tendo em conta a natureza da sua criação. Neste caso, são as FAIMO os responsáveis pelo emprego no país, ainda que de forma temporária, as empresas não empregam um número elevado de pessoas e, nos últimos tempos, tem havido deslocalização de empresas de vestuário e calçados para outros países.

A pobreza é outro fenómeno que atinge uma grande parte da população cabo-verdiana, num total de 95.000 agregados familiares, cerca de 27.000 são pobres, o que representa 28% destes. Dos 27.000 agregados familiares pobres, 13.000 são muito pobres, o que representa cerca de 14% dos agregados familiares cabo-verdianos.

Dos cerca de 173.000 mil pobres residentes em Cabo Verde, cerca de 89.000 são mulheres e 84.000 são homens. A população pobre é muito jovem, com um peso considerável de indivíduos dependentes, ou seja, as crianças menores de 15 anos de idade (49%) e de pessoas idosas com 65 anos e mais (6%). Assim, dos 173.000 pobres, cerca de 84.000 têm menos de 15 anos e cerca de 10.000 tem 65 anos ou mais.

Contudo, a pobreza tem maior incidência nos agregados familiares dirigidos por gente mais idosa. À medida que aumenta a idade do chefe do agregado, aumenta a percentagem de pobres, isto é, a taxa de incidência da pobreza cresce de forma regular com a idade do chefe passando de 17% para os agregados cujo chefe tem 15-24 anos, a cerca de 30% para os agregados cujo chefe tem 45 anos ou mais.

Cerca de 23% dos indivíduos com 15 anos ou mais, não sabe ler nem escrever, ou seja, são analfabetos, enquanto que cerca de 30% dos pobres, desse grupo etário, o são.

A pobreza tem maior incidência nas pessoas com menores níveis de instrução.

²² *Inquérito ao desemprego 2005, IEF/INE*

Dos 173.000 pobres, existentes em Cabo Verde, cerca de 155.000 têm idade igual ou superior a 4 anos e, destes, cerca de 37.000 não têm instrução e 94.000 têm apenas o Ensino Básico.

A pobreza condiciona igualmente a frequência escolar. Apesar da universalidade e obrigatoriedade do Ensino Básico, pode constatar-se que, no universo dos indivíduos pobres que não frequentam nenhum estabelecimento de ensino, 13 em cada 100 está ainda em idade escolar, ou seja, tem entre 4 e 14 anos.

Contudo, se considerarmos o nível de instrução dos chefes dos agregados familiares concluímos que o investimento na educação nunca é desperdício, pois contribui de forma segura para a melhoria do nível de vida da população. Dos 95.257 chefes de agregados familiares, residentes no país, 28% não possuem qualquer nível de instrução, ou seja, nunca frequentaram um estabelecimento de ensino²³.

No plano da educação, registaram-se progressos. Os indicadores de escolarização demonstram uma evolução satisfatória, quer no ensino básico quer no secundário, embora de forma menos sensível neste último. O ensino básico obrigatório foi alargado de quatro para seis anos, a partir de 1994/95. O número de alunos inscritos no ensino básico passou de 69.823, em 1990/91, para 90.640, em 2000/01, mantendo-se constante a proporção de alunos do sexo feminino (49%) e 51% para o sexo masculino²⁴. Os indicadores de eficácia evoluíram positivamente, nomeadamente a taxa líquida de escolarização que é de 96% em 2000/2001; a taxa de repetência baixou para 12%; a taxa de abandono fixou-se em 2,4% em 2000/2001.

No ensino secundário, o número de alunos aumentou rapidamente, passando de 9.766 em 1990/91 para 43.717 em 2000/2001, dos quais 51% são do sexo feminino (47% em 1990/91, isto é, uma taxa média de crescimento anual de 18,2% em 2000/2001. A taxa líquida de escolarização é de 54,6%. No aproveitamento escolar, registou-se uma taxa de aprovação de 67%, uma taxa de repetência de 22,0% e uma taxa de abandono escolar de 11,0%. A taxa de analfabetismo passou de 61,3% na população dos 15 e mais anos em 1975, para cerca de 25,2% em 2000, com uma redução

²³ O Perfil da Pobreza em Cabo Verde, IDRF 2001/2002

²⁴ Plano Estratégico para a Educação, PROMEF/MEVRH

para 7,6% na população dos 15 aos 34 anos, considerada nos últimos anos da faixa etária prioritária.

No ensino superior, encontravam-se em 1999 em formação no exterior 2275 bolseiros. O aumento do número de novos ingressos em instituições de ensino superior (atingindo cerca de 2300 estudantes em 2002/2003, não tem sido acompanhado pelo aumento do número de bolsas de estudo. Nos últimos dois anos, verificou-se uma redução significativa do número de bolsas reembolsáveis, destinadas à frequência de cursos no estrangeiro, enquanto que aumentou o número de bolsas para a frequência em instituições nacionais.

O rápido crescimento dos efectivos no ensino básico e secundário obrigou as autoridades a um grande esforço, visando dar resposta imediata à procura, com sacrifício de outras vertentes, nomeadamente no que concerne à qualidade e efectividade do ensino.

No domínio da saúde, os indicadores de mortalidade geral e infantil, evoluíram positivamente no decénio, fixando-se no ano de 1998 em 6,7 e 30,6, respectivamente²⁵. A evolução positiva destes indicadores reflecte normalmente melhorias nas condições gerais de vida das populações e na cobertura da rede pública de saúde. Em 1998 havia 1 médico/2517 habitantes e 1 enfermeiro/1438 habitantes. Observa-se uma relativa equidade na prestação de serviços de saúde básica ao nível nacional. No entanto, a incidência da mortalidade infantil e infanto-juvenil continua relativamente elevada, devido à persistência de factores negativos, como sejam a insuficiência de água potável e do saneamento básico em geral, a realização de um elevado número de partos fora das estruturas de saúde, a redução da cobertura vacinal, entre outros.

2.3 EVOLUÇÃO SOCIO-ECONÓMICA DA COMUNIDADE

Após as independências ocorridas em 1960, a maioria dos países da sub-região, viveu períodos muito difíceis. As dificuldades continuaram. Iniciamos o século XXI sem que melhorias tenham acontecido. Mais de metade da população dispõe de menos de 1 dólar por dia para se sustentar, as

²⁵ Estatísticas de Mortalidade, Ministério da Saúde

taxas actuais de crescimento são insuficientes para reduzir sensivelmente a pobreza (cf. S. E. da CEDEAO 2000).

O modelo de desenvolvimento iniciado nos anos 60 e revisto no quadro dos programas de ajustamento estrutural, no princípio dos anos 80, não respondeu às expectativas da população. A maior parte das estatísticas oficiais apresenta uma visão deformada da realidade económica que escondeu, durante longos anos, a pobreza crescente de uma larga maioria da população.

Ao iniciar o século XXI, a África do Oeste encontra-se face a uma grande crise, embora haja um certo optimismo de que o novo século ofereça uma ocasião que deve ser aproveitada para pôr fim à marginalização da região. As condições estão criadas, tendo em vista as mudanças políticas ocorridas ao longo do último decénio, incluindo as eleições pluralistas nos diversos países.

Há um consenso sobre a necessidade de pôr de lado os modelos económicos defeituosos do passado, há um novo discurso sobre o desenvolvimento, centrado nas reformas económicas, o melhoramento da gestão da coisa pública, o reforço dos recursos humanos e a melhoria das infra-estruturas. Este consenso apoia a integração regional, única forma que pode favorecer o crescimento e o desenvolvimento económico dos países membros.

Não obstante as dificuldades actuais, é possível que o desenvolvimento e a paz, substituam a pobreza e os conflitos. A esperança é que o novo milénio traga o crescimento económico e que a democracia e a integração regional se consolidem.

Um largo consenso está sendo criado sobre um certo número de princípios que nortearão o processo de integração em África do Oeste nos próximos anos: a necessidade de estabilidade interna (política e económica), a coordenação à escala regional das políticas macroeconómicas, bem como o melhoramento operacional das instituições da comunidade.

Durante a criação da CEDEAO, estiveram em análise, numerosas iniciativas em matéria de cooperação e integração nos principais sectores económicos, nos domínios da promoção comercial, a liberalização das trocas, o desenvolvimento das infra-estruturas rodoviárias e de comunicação, o desenvolvimento da agricultura, da indústria e de energia. Todavia, os

resultados não foram satisfatórios, a maior parte das decisões tomadas pelas instâncias políticas não foram aplicadas.

A experiência negativa adquirida ao longo dos anos, fez reunir em Lomé/Togo, em Dezembro de 1999, os chefes de Estado e de Governo dos países membros, que reafirmaram a vontade política de reforçar a CEDEAO e implementar as obras comunitárias, a fim de favorecer o crescimento e o desenvolvimento das economias oeste africana. Com efeito, aprovaram a estratégia de aceleração do processo de integração da CEDEAO, com vista à criação de um mercado regional único em África do Oeste, fundado na liberalização das trocas, estabilização de uma tarifa exterior comum e harmonização das políticas económicas e financeiras.

Para o Secretariado Executivo, a união económica e aduaneira é motivada pela visão política e estratégica, visando uma CEDEAO política e economicamente sólida que seja capaz de engajar as negociações com os outros blocos de países desenvolvidos e definir as bases de cooperação mutuamente benéficas, permitindo à África de Oeste ter acesso aos mercados mais abrangentes. A África do Oeste deverá constituir-se numa união aduaneira, reagrupando todos os países da CEDEAO, a fim de criar bases para o investimento estrangeiro, no quadro de um mercado regional único, capaz de explorar as economias de escala pelas empresas locais e internacionais.

Neste contexto, a integração regional constitui uma estratégia para integrar as economias oeste africanas à economia mundial.

Os novos elementos de estratégia coerente de integração regional não podem ser materializados sem um ambiente de paz, de segurança e de estabilidade na sub-região. Os resultados económicos fictícios e a lentidão nos progressos em matéria de integração regional explicam-se em parte pelos conflitos civis, conflitos sociais e as guerras que afectaram vários países da sub-região.

A situação na sub-região oeste africana é afectada pelos permanentes conflitos, caso da Costa do Marfim, em que inicialmente as eleições deveriam trazer a paz e o progresso, trouxeram no final do processo conflitos sociais, várias mortes e feridos, as tensões nas fronteiras entre a Guiné Conakry, a Libéria e a Serra Leoa, são igualmente a consequência dos conflitos civis na região do “Rio Mano”. Esses conflitos, normalmente provocam instabilidade nos países vizinhos.

Outros constrangimentos são as ambições políticas e pessoais, a pobreza, o desemprego e o subdesenvolvimento, os baixos níveis de educação, bem como a exclusão da população em matéria de participação política e económica. Esses são casos profundos da fractura social e dos conflitos. As guerras civis e as crises políticas nascem quando os governos não respondem às necessidades presentes das populações. Neste sentido, os países da CEDEAO devem sair do ciclo vicioso no qual os conflitos criam a pobreza e a pobreza aumenta a probabilidade de conflito. A este respeito a manutenção da paz, a estabilidade e a segurança passam pela instauração de um ambiente estável, propício a uma boa governação em todos os países membros.

A situação acima descrita é ilustrada pelos quadros seguintes, referentes ao número de refugiados, que deambulam pela Comunidade, tudo isso reflecte uma situação de instabilidade social reinante em todos os países, com excepção de Cabo Verde.

Quadro 1: População refugiada por país de asilo na CEDEAO, 1993 -2003

Países	Refugiados por país ou território de asilo (milhares)										
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Cabo Verde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ghana	113670	83200	35617	22858	14557	13261	12720	11792	33515	43947	42053
Togo	12370	10876	12589	12682	11816	12113	12223	12257	12294	12395	11285
Gambia	2210	6599	6924	7279	10320	17270	12016	8133	12120	7465	7343
Guiné-Conakry	553240	672298	663854	435300	482467	501544	427206	178444	182163	184341	139252
Senegal	72990	66769	65044	57229	60825	21539	20766	20707,0	20711	20726	20804
Nigéria	6030	8118	8486	9071	6780	6941	7270	7200	7355	9171	8395
Benin	70410	23843	5960	2918	2903	3657	4296	4799	5021	5034	4802
Costa do Marfim	360110	297908	327696	208502	151182	138429	120691	126239	44749	75971	72088
Guiné-Bissau	23910	15350	15401	15982	6604	7120,0	7587,0	7332,0	7639	7551	7536
Mali	15800	17916	18234	12552	13598	8302	8412	8439	9095	10009	11256
Burkina-Faso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serra Leoa	15870	4675	13532	13011	9866	6570	6546	10501	63494	61194	65437
Níger	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Libéria	120160	120080	120061	126886	96317	96317	69315	54760	64956	33997	15172

Fonte: WorldDevelopment indicators 2006

Podemos concluir através deste quadro que todos países da Comunidade recebem refugiados naturais do mesmo agrupamento regional, sendo a Guiné Conakry, o país com maior número de asilados, seguido do Senegal.

Países	População refugiada por país de origem (milhares)										
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Cabo Verde	0	0	0	0	0	0	0	0	10	10	-
Ghana	14290	13592	15095	14775	13633	13293	14775	14556	15686	15878	14766
Togo	167870	93155	25593	7187	3506	3692	4016	4354	10448	10613	10819
Gambia	30	160	310	420	570	680	750	730	860	750	-
Guiné-Conakry	110	440	520	650	920	1150	1500	2020	3420	3870	-
Senegal	25620	17592	17631	17163	9716	11606	11088	8559.0	12069	8351	8332
Nigéria	590	1939	4754	3059	3999	4441	5742	6084	24572	24428	23889
Benin	80	50	50	50	60	50	50	60	230	280	-
Costa do Marfim	100	201	268	360	537	562	773	858	23741	33637	23655
Guiné-Bissau	5020	830	856	868	8887	3185.0	886.0	927.0	986	975	1017
Mali	172910	77219	55198	18015	3702	387	364	311	531	461	482
Burkina-Faso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serra Leoa	275300	379492	375104	329327	406077	490061	402807	179113	141475	70579	41800
Níger	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Libéria	797840	744637	784008	493340	365398	294694	266930	244608	275422	353344	335466

Fonte: WorldDevelopment indicators 2006

Quadro 2: População refugiada por país de origem na CEDEAO, 1993 – 2003

Podemos verificar, através dos dados do World Development indicators 2006, que há uma troca de refugiados entre os diferentes países, enquanto que uns recebem, outros repelem a sua população. Os motivos já foram descritos, no entanto queria mais uma vez sublinhar que a região é a das mais pobres do mundo, onde a falta de chuva, água potável, alimentos e os conflitos políticos e sociais são frequentes.

No entanto, a África do Oeste tem uma relação muito estreita com a União Europeia, facilitando desta forma as relações comerciais, com vista à resolução dos problemas que afectam as populações. A título de exemplo desta parceria, a UE exporta aproximadamente 56% e importa 60% dos produtos da sub-região²⁶. Todavia, os países da CEDEAO, membros do grupo de países ACP, não melhoraram o seu desempenho sobre os mercados europeus, não obstante o acesso preferencial garantido pela Convenção de Lomé. Esta Convenção incentivou uma mudança das disposições contratuais entre os dois grupos a partir da reunião de Cotonou em Junho de 2000, propondo o nascimento de uma nova Convenção. Os países ACP colocaram acento ainda sobre o reforço do acesso preferencial ao mercado europeu. A União Europeia aceitou apoiar os esforços de desenvolvimento dos países ACP e as disposições comerciais existentes durante um período transitório até 2008. No término desta transição,

²⁶ Secretariado Executivo da CEDEAO, 1999.

é considerada a assinatura do acordo de parceria económica que deve substituir o regime de preferência comerciais. Todavia, atingido os seus objectivos, os Acordos de parceria económica devem favorecer a unidade e a solidariedade dos países da CEDEAO e não minar os esforços de integração regional²⁷.

Os principais produtos de base de exportação da CEDEAO (café, cacau, algodão, borracha, amendoim) sofreram uma diminuição dos preços mundiais, chegando a níveis mais baixo dos últimos 10 anos. Nesta óptica, é importante que os produtores da CEDEAO se organizem e atraiam com vigor a cooperação em matéria de política para melhor reagrupar os produtores e exportadores a fim de competir na arena internacional.

Os produtos petrolíferos aumentaram a preços insustentáveis, afectando positivamente as receitas orçamentais dos países produtores, caso da Nigéria, porém, prejudica a maior parte dos países da sub-região importadores de petróleo. Em todos os países da CEDEAO, o aumento do preço dos produtos petrolíferos contribui para uma inflação generalizada e afecta consideravelmente as actividades económicas, (ver quadro 1).

Quadro 3: Evolução dos principais indicadores macroeconómicos da África do Oeste, 1990 – 1999

Indicadores	1990	1995	1996	1997	1998	1999
Taxa de crescimento do PIB real (%)	5,0	3,5	4,8	3,7	3,2	2,5
PIB por habitante (dólar)	385	328	364	367	373	377
Inflação	13,3	21,2	12,1	9,3	7,2	7
Saldo orçamentário (% do PIB)	-2,2	-1	-0,9	-2,6	-5,8	-7
Investimento interno bruto (% do PIB)	17,1	16,6	15,7	17,9	20,6	21
Poupança nacional bruto (% do PIB)	16,1	12,6	18,0	17,5	14,7	15
Crescimento das exportações em termo reais (%)	10,3	10,6	12,5	1,3	0,0	6,9
Balança comercial (% do PIB)	9,2	5,3	9,9	7,5	1,2	1
Saldo das operações correntes (% do PIB)	9,3	-4,3	2	-0,7	-6,1	-8
Crescimento dos termos de troca (%)	9,3	4,3	8,4	2,6	-9,4	-10,3
Dívida externa (% do PIB)	98	115,5	100	94,1	93,3	106,3
Serviço da dívida (% das exportações)	21,8	22,4	18,3	15,8	21,3	--

Fonte: Secretariado executivo da CEDEAO e o BAD

O desempenho macroeconómico dos países da CEDEAO em 1999, isto é, 2,5% de crescimento do PIB real está recuando em relação aos números registados em 1996, (4,8%), 1997, (3,7%) e 1998 (3,2%). O PIB regional recuou durante três anos sucessivamente. Diferentes factores,

²⁷ Ver mais informações sobre o acordo de Lomé nas páginas 76, 77.

estruturais e conjunturais desfavoráveis explicam esta situação. Entre os mais importantes, pode citar-se a deterioração contínua dos termos de troca e a instabilidade política da região.

Não obstante a forte retomada dos preços de petróleo que permitiu a Nigéria aumentar as suas receitas de exportação importantes no final de 1999-2000, a África continua a sofrer de uma dupla degradação dos termos de troca, no primeiro caso os preços dos produtos continuam a baixar em detrimento da concorrência da Ásia, para além de registar necessidades frequentes, de alimentação, de electricidade, indispensável as indústrias.

É preciso ter em conta que no passado recente muitos desses países sofreram conflitos armados e instabilidade política com consequência económica negativa. Esses problemas afectaram mesmo os países anteriormente estáveis, como é o caso da Costa do Marfim.

Quadro 4: Repartição dos países segundo o crescimento do PIB real 1996-2003

Fonte: Secretário Executivo da CEDEAO

Tx crescimento	1996	1997	1998
Negativo	Libéria	Libéria	Guiné-Bissau, Serra-serra
0 à 3%	Gambia, Guiné-Bissau, Níger e Serra-Leoa	Guiné-Bissau, Níger e Serra-Leoa	Libéria, Níger e Nigéria
3 à 6%	Burkina-Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Guiné-Conakry, Mali, Mauritânia, Nigéria, Senegal.	Benin, Burkina-Faso, Cabo Verde, Gambia, Ghana, Guiné-Conakry, Mali, Mauritânia, Nigéria, Senegal, Togo	Benin, Cabo Verde, Costa do Marfim, Ghana, Guiné-Conakry, Mauritânia, Senegal, Togo.
Mais de 6%	Benin, Ghana e Togo	Costa de Marfim	Burkina-Faso, Gambia e Mali

Tx crescimento	1999	2003
Negativo	Serra-Leoa	Gambia, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Serra-Leoa, Níger
0 à 3%	Costa do Marfim, Libéria, Níger, Nigéria e Togo	Ghana, Togo, Guiné-Conakry, Senegal, Benin, Mali, Burkina-Faso
3 à 6%	Benin, Burkina-Faso, Gambia, Ghana, Guiné-Conakry, Mauritânia, Senegal	Cabo Verde
Mais de 6%	Guiné-Bissau, Mali, Cabo Verde	

Segundo o Secretariado Executivo da CEDEAO, o crescimento do PIB da Nigéria em 1999 foi de 1,8%, muito abaixo das potencialidades do país. Os maus resultados são essencialmente devido à deficiência dos serviços

públicos, das telecomunicações e do fornecimento da energia eléctrica. Não obstante as boas intenções do governo, o processo de privatização dos seus serviços é ainda lento. Todos os sectores estão negativamente afectados, a produção e os investimentos arrastaram uma fraca utilização das capacidades, sobretudo na indústria manufactureira que se manteve a um nível relativamente baixo, em cerca de 30%. A subida dos preços de petróleo registada durante o segundo semestre de 1999 e a renovação no crescimento nos outros sectores (gaz e serviços), deveriam favorecer o aumento da produção no ano 2000. O esforço actual para combater a corrupção e evitar todos os males subjacentes, que caracterizaram a gestão dos anteriores regimes, é apoiado pela CEDEAO, pela África e pela comunidade internacional.

Na Costa do Marfim, com a combinação da baixa dos preços do café e do cacau e a suspensão da ajuda internacional, o crescimento do PIB foi muito fraco, isto é, 1,4% em 1999, a partir do primeiro trimestre de 1999. Certos organismos doadores como a União Europeia congelaram as ajudas à Costa do Marfim por causa da má gestão dos assuntos internacionais e o estado de guerra vivido no país desde Dezembro de 1999.

No Ghana, o PIB real cresceu 4,8%, apoiado pela indústria e os outros sectores, após ter saído da crise energética do ano de 1998. A agricultura beneficiou das precipitações favoráveis, mesmo sendo as receitas das exportações deficitárias devido aos baixos preços do cacau. A produção do ouro é intensificada, não obstante a queda dos preços da barra de ouro. É preciso sublinhar que à semelhança das outras economias da sub-região, a economia do Ghana sofre actualmente de sérios problemas ligados à deterioração dos termos de troca.

O Senegal registou uma taxa de crescimento notável de 5,3%, devido à subida dos preços da produção agrícola, seguida das precipitações favoráveis, e os bons resultados nos sectores do turismo, bem como o crescimento nos investimentos públicos.

A Guiné-Bissau conheceu um crescimento excepcional, a mais elevada da sub-região, isto é, 8,7% em 1999, depois de ter registado resultados negativos em 1998. Este resultado explica-se principalmente pela retomada das exportações e do consumo.

No Mali, o crescimento real do PIB foi estável, isto é, 6,4% em 1999, reflecte principalmente os bons resultados macroeconómicos devido à

retomada da produção cerealífera (arroz, sorgo e milho), graças às boas condições meteorológicas.

Em Cabo Verde, o crescimento seguiu a tendência positiva dos anos precedentes, com um crescimento de 6% do PIB real, em 1999. Este país aproveitou de um bom nível de exportação e de investimentos consentidos no sector do turismo.

O Benin e o Burkina-Faso mantiveram o ritmo de crescimento do seu PIB real a 5,5%, não obstante uma baixa notável dos preços dos produtos agrícolas. Estes resultados são devido ao desempenho notável no plano de gestão macroeconómica e o fim da crise energética de 1998.

A Guiné Conakry, a Gâmbia e a Mauritânia, registaram desempenhos económicos médios em 1999, isto é, 3,5% do crescimento real, abaixo do desempenho económico de 1998. Os desequilíbrios macroeconómicos registados, seguidos de uma baixa de preços dos produtos de exportação e o clima moroso dos negócios reduziram a produção para baixos níveis.

O Togo manteve-se a 3% de crescimento do PIB real em 1999, bem como a Libéria que registou a taxa de crescimento do PIB real, o mais elevado durante o fim da guerra civil. Este desempenho é devido, principalmente, ao aumento das exportações. Todavia, a Libéria não atrai ainda os investidores por causa da destruição das infra-estruturas de base e a insegurança que desorganizou a sua economia.

O Níger, com a taxa de crescimento fraco, de 2% em 1999, registou um recuo da produção por causa, principalmente, de um ambiente macroeconómico instável e do esgotamento da ajuda pública ao desenvolvimento. A economia da Serra Leoa registou uma baixa de 8% em 1999, devido à guerra civil que continua a afectar o país²⁸.

2.4 OS NÍVEIS SOCIO-ECONÓMICOS DA CEDEAO

Cabo Verde ocupa, em 2005, o centésimo quinto lugar (105º) no IDH²⁹, tendo perdido dois pontos em relação a 2003, quando ocupava (103º)

²⁸ Ver o desempenho socio-económico da África, a partir da página 102 e seguintes, onde pode ver ainda o quadro sobre a ajuda pública ao desenvolvimento, retirado do Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD.

²⁹ O IDH é um índice composto que combina o nível de vida da população, traduzida no PNB/habitantes, com indicadores de carácter social como a esperança de vida à nascença e a taxa de mortalidade infantil e, por outro lado, a taxa de alfabetização e o nível de escolaridade nos níveis primário, secundário e superior.

lugares. Encontra-se na primeira posição em relação aos restantes países da CEDEAO, seguido do Ghana, Togo, Gambia, Guiné Conakry, Senegal, Nigéria, Benin, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Burkina-Faso, Serra Leoa e Níger. Os dados da Libéria não se encontram disponíveis nos relatórios do PNUD a partir de 1997, isso deve-se ao conflito que se agudizou neste país a partir dessa altura.

Em relação ao índice de desenvolvimento humano, os países da sub-região oeste africana encontram-se na cauda do grupo de países mencionados no referido relatório. Assim sendo, Cabo Verde ocupa 105 lugar, enquanto o Mali, Burkina-Faso, Serra Leoa e Níger, ocupam os últimos lugares, respectivamente.

Quadro 5: Evolução da esperança de vida à nascença, nos países da CEDEAO, 1990 – 2005

Países	Esperança de vida à nascença nos países da CEDEAO, 1990 - 2005													
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2004	2005
Cabo Verde	-	67,0	67,0	67,0	67,3	64,7	64,9	65,3	65,7	68,9	68,9	68,9	70,2	70,2
Ghana	55,0	55,0	55,0	55,0	55,4	56,0	56,2	56,6	57,0	50,0	56,3	56,3	57,9	56,8
Togo	54,0	54,0	54,0	54,0	54,4	55,0	55,2	50,6	50,5	48,8	51,3	51,3	48,2	54,3
Gambia	-	44,0	44,0	44,0	44,4	45,0	45,2	45,6	46,0	47,0	45,4	45,4	54,1	55,7
Guiné-Conakry	43,0	43,5	43,5	43,5	43,9	44,5	44,7	45,1	45,5	46,5	46,5	46,5	49,1	53,7
Senegal	47,0	48,3	48,3	48,3	48,7	49,3	49,5	49,9	50,3	52,3	52,3	52,3	52,9	55,7
Nigéria	51,0	51,5	51,5	51,5	51,9	50,4	50,6	51,0	51,4	50,1	51,3	51,3	51,5	43,4
Benin	47,0	47,0	47,0	47,0	46,1	47,6	47,8	54,2	54,4	53,4	53,5	53,5	50,6	54,0
Costa do Marfim	53,0	53,4	53,4	53,4	51,6	51,0	50,9	52,1	51,8	46,7	47,7	47,7	41,0	45,9
Guiné-Bissau	-	42,5	42,5	42,5	42,9	43,5	43,7	43,2	43,4	45,0	44,1	44,1	45,3	44,7
Mali	45,0	45,0	45,0	45,0	45,4	46,0	46,2	46,6	47,0	53,3	50,9	50,9	48,6	47,9
Burkina-Faso	48,0	48,2	48,2	48,2	47,9	47,4	47,5	46,4	46,3	44,4	45,3	45,3	45,7	47,5
Serra Leoa	42,0	42,0	42,0	42,0	42,4	39,0	39,2	36,6	34,7	37,2	37,3	37,3	34,2	40,8
Níger	45,0	45,5	45,5	45,5	45,9	46,5	46,7	47,1	47,5	48,5	44,2	44,2	46,2	44,4
Libéria	55,0	54,2	54,2	54,2	54,7	55,4	55,6	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Relatórios do Desenvolvimento Humano 1998 - 2005

De acordo com a evolução, verifica-se no quadro nº3, que Cabo Verde, é o país da CEDEAO que possui melhores indicadores de esperança de vida à nascença, 67 anos em 1991, de seguida aparece o Ghana e a Libéria em que, em 1990, a esperança de vida era de 55 anos, respectivamente.

Cabo Verde continua ao longo desta série com o maior índice, tendo em 2005 uma esperança de vida à nascença de 70,2 anos, a seguir vem o Ghana e a Gâmbia com 56,8 e 55,7 anos, respectivamente. O país com a menor esperança de vida à nascença na Comunidade é Serra Leoa, que decresceu ao longo da década de 90, de uma esperança de vida à nascença

de 42 anos, em 1990, teve sucessivas quebras ao longo da década de 90, terminando 2005 com 40,8 anos.

A taxa de mortalidade infantil na sub-região Oeste africana permite-nos conhecer a realidade sanitária nos diversos países da região, bem como a atenção dispensada em matéria de saúde pelos governos dessa região.

Países	Mortalidade infantil (% nados vivos), nos países da CEDEAO, 1990 - 2005													
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2004	2005
Cabo Verde	-	42	41	44	41	50	49	48	54	54	54	30	29	26
Ghana	89	87	89	84	82	81	80	79	70	67	63	58	57	59
Togo	93	92	90	88	86	85	85	89	78	81	80	80	79	78
Gambia	-	140	138	135	133	132	131	129	78	64	61	92	91	90
Guiné-Conakry	146	142	140	137	135	134	133	131	130	124	115	112	109	104
Senegal	80	85	84	82	81	68	67	66	74	70	68	80	79	78
Nigéria	104	102	101	99	97	84	84	82	114	112	112	110	110	98
Benin	109	89	88	88	88	86	86	87	84	101	99	98	93	91
Costa do Marfim	95	93	92	93	91	92	91	89	90	90	102	102	102	117
Guiné-Bissau	-	148	146	143	141	140	139	138	132	130	128	142	130	123
Mali	168	166	164	162	160	159	158	156	134	144	143	132	122	122
Burkina-Faso	137	135	133	120	118	130	129	101	82	109	106	105	107	117
Serra Leoa	153	151	149	146	144	166	165	200	164	166	182	180	165	166
Níger	134	132	130	127	125	124	123	121	191	182	162	159	156	154
Libéria	86	137	134	131	127	126	124	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Relatórios do Desenvolvimento Humano, 1998 - 2005

Quadro 6: Evolução da taxa de mortalidade infantil (% nados vivos), nos países da CEDEAO 1990 - 2005

A evolução de Cabo Verde neste domínio é bem patente nos indicadores referidos no quadro nº 4. Em 1991, tinha uma taxa de mortalidade infantil de 42 ‰, tendo oscilado ao longo da década, atingindo os 54 ‰ em 2000, para atingir em 2005 a taxa mais baixa, 26 ‰. De seguida aparece o Ghana, com uma evolução positiva de 89 ‰ em 1990, termina o ano de 2005 com uma taxa de 59 ‰. No entanto, não devemos esquecer que a taxa de mortalidade infantil da Libéria, em 1990, era de 86 ‰, a taxa mais baixa da comunidade naquela altura. Os dados de Cabo Verde referentes a 1990, não constam do relatório.

Os restantes países, nomeadamente a Serra Leoa, o Níger, o Burkina-Faso, o Mali e a Guiné Bissau, possuem os níveis mais elevados da sub-região.

O acesso a uma fonte de água melhorada em Cabo Verde tem evoluído positivamente ao longo dos anos, registando o acesso a 69% e 80% da população em 1991 e 2005, respectivamente.

O Senegal regista níveis equilibrados de acesso a uma fonte de água melhorada, de 54% em 1991 e de 72% em 2005, de seguida surge a Costa

do Marfim com o acesso a 18% em 1991, para terminar 2005, com a maior taxa da sub-região 84%.

O Burkina-Faso, a Serra Leoa e o Níger, são os países da Comunidade com menor taxa de acesso a uma fonte de água melhorada. Muitos desses países pertencem ao Sahel, zona semidesértica, que separa o sahara das regiões mais tropicais de África, o que tem sido atingida pela pior seca da história moderna, desde a década de 70, o que dificulta o acesso a água a muitas populações da sub-região.

Quadro 7: População com acesso a uma fonte de água melhorada, nos países da CEDEAO, 1990 - 2005

Países	População com acesso a uma fonte de água melhorada na CEDEAO (%), 1990 - 2005														
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2004	2005	
Cabo Verde	-	69	71	74	72	-	-	-	-	65	74	74	74	80	
Ghana	35	57	57	56	54	52	56	65	65	81	64	64	73,0	79	
Togo	16	71	71	71	59	60	63	63	55	55	54	54	54	51	
Gambia	-	75	77	77	77	-	48	-	-	69	62	62	62	82	
Guiné-Conakry	14	32	32	33	64	55	55	55	46	46	48	48	48	51	
Senegal	-	54	54	53	47	48	52	52	63	81	78	78	78	72	
Nigéria	-	48	48	46	50	36	40	-	-	49	57	57	62	60	
Benin	34	35	54	50	54	51	50	50	50	56	63	63	63	68	
Costa do Marfim	-	18	18	83	70	76	72	-	-	42	77	77	81	84	
Guiné-Bissau	-	21	25	25	39	41	53	59	59	43	49	49	56	59	
Mali	-	38	38	49	41	41	37	-	-	66	65	65	65	48	
Burkina-Faso	25	67	69	67	21	56	78	78	22	42	-	-	42	51	
Serra Leoa	-	42	42	43	50	37	34	34	34	44	28	28	59	57	
Niger	27	-	-	59	55	59	54	-	-	69	51	59	57	46	
Libéria	-	58	55	50	54	50	46	-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: Relatórios do Desenvolvimento Humano, 1998 - 2005

A taxa de alfabetização de adultos de 15 anos e mais nos países da Comunidade, está aquém do desejado, excepto, Cabo Verde que possui uma taxa elevada, em relação aos outros países, de 50% em 1991 e 75,7 em 2005, seguido do Ghana, com uma taxa de 54% em 1991, atinge o ponto mais alto em 2004, para terminar o ano de 2005 com 54,1%

O Níger é o país da Comunidade com a menor taxa de alfabetização, 14% em 1990 e 14,4 em 2005. Burkina-Faso também tem degradado em matéria de alfabetização de adultos, em 1990 tinha uma taxa de 14%, termina 2005 com 12,8%.

A taxa de escolarização bruta combinada, primário, secundário e superior, é outro indicador importante, onde podemos analisar os níveis de investimento na educação. Neste caso, verificamos que Cabo Verde

Países	Escolarização bruta combinada do primário/secundário/superior na CEDEAO, 1990 - 2005														
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2004	2005	
Cabo Verde	-	70	77	77	-	-	-	-	64	78	77	77	73	73	
Ghana	58	57	57	58	-	-	-	-	44	43	42	42	46	46	
Togo	66	64	64	64	-	-	-	-	60	62	62	62	67	66	
Gambia	-	42	42	42	-	-	-	-	39	41	45	45	45	48	
Guiné-Conakry	20	20	22	24	-	-	-	-	25	29	28	28	29	41	
Senegal	39	38	38	38	-	-	-	-	33	36	36	36	38	40	
Nigéria	66	47	48	49	-	-	-	-	49	43	45	45	45	64	
Benin	43	42	43	37	-	-	-	-	38	43	45	45	52	55	
Costa do Marfim	48	-	50	-	-	-	-	-	38	41	38	38	42	42	
Guiné-Bissau	-	35	38	38	-	-	-	-	29	34	37	37	37	37	
Mali	15	15	16	16	-	-	-	-	18	26	28	28	26	32	
Burkina-Faso	20	19	21	21	-	-	-	-	19	22	23	23	22	24	
Serra Leoa	39	37	37	34	-	-	-	-	30	24	27	27	45	45	
Niger	17	19	17	18	-	-	-	-	15	15	16	16	19	21	
Libéria	31	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: relatórios do Desenvolvimento humano, 1998 - 2005

Quadro 8: Evolução da taxa de alfabetização de adultos (%) 15 anos e mais nos países da CEDEAO, 1990 - 2005

Quadro 9: Evolução da taxa de escolarização bruta combinada do primário/ secundário/ superior, nos países da CEDEAO, 1990 - 2005

continua à frente com uma taxa de escolarização nos três níveis de 70% em 1991, tendo evoluído ao longo da década de 90, porém, verificou-se uma ligeira quebra em 2004 e 2005, tendo terminado esses dois anos com 73%. Seguidamente, vem o Togo com uma taxa de 66% em 1990, e 66% em 2005. O Níger é o país com menor índice de escolarização nos três níveis, 17% em 1990 e 21% em 2005. Em 1990, o Mali possuía o pior índice 15%, tendo evoluído para 32% em 2005.

O quadro nº 10 mostra que o país da sub-região com maior índice de população urbana, é Cabo Verde, tendo evoluído ao longo da década de

Países	Alfabetização de adultos (%) 15 anos e mais nos países da CEDEAO 1990 - 2005														
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2004	2005	
Cabo Verde	-	50,0	-	-	-	-	-	-	71,6	72,9	73,6	73,8	75,7	75,7	
Ghana	54,0	53,0	60,0	-	-	-	-	-	64,5	69,1	70,3	71,5	73,8	54,1	
Togo	41,0	38,0	43,0	-	-	-	-	-	51,7	55,2	56,3	57,1	59,6	53,0	
Gambia	-	20,0	27,0	-	-	-	-	-	38,6	34,6	35,7	36,6	37,8	37,8	
Guiné-Conakry	29,0	17,0	24,0	-	-	-	-	-	35,9	36,0	35,0	41,0	41,0	41,0	
Senegal	28,0	32,0	38,0	-	-	-	-	-	33,1	35,5	36,4	37,3	39,3	39,3	
Nigéria	43,0	43,0	51,0	-	-	-	-	-	57,1	61,1	62,6	63,9	66,8	66,8	
Benin	27,0	19,0	23,0	-	-	-	-	-	37,0	37,7	39,0	37,4	39,8	33,6	
Costa do Marfim	42,0	49,0	54,0	-	-	-	-	-	40,1	44,5	45,7	46,8	49,7	48,1	
Guiné-Bissau	-	30,0	37,0	-	-	-	-	-	54,9	36,7	37,7	38,5	39,6	39,6	
Mali	17,0	23,0	32,0	-	-	-	-	-	31,0	38,2	39,8	41,5	19,0	19,0	
Burkina-Faso	14,0	15,0	18,0	-	-	-	-	-	19,2	22,2	23,0	23,9	12,8	12,8	
Serra Leoa	30,0	13,0	21,0	-	-	-	-	-	31,4	31,0	32,0	36,0	36,0	29,6	
Níger	14,0	22,0	28,0	-	-	-	-	-	13,6	14,7	15,3	15,9	17,1	14,4	
Libéria	35,0	32,0	40,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: relatórios do Desenvolvimento humano, 1998 - 2005

90 de 36% em 1991 para 54 % em 2005. Seguidamente, vem o Senegal com 44% em 1990, evoluindo para 49,6% em 2005. No entanto, convém realçar que a Libéria, nos primeiros anos de da década de 90, tinha os maiores índices de urbanização da sub-região.

O Burkina-Faso é o país da Comunidade com o menor índice de população urbana, 12% em 1990 e 17,8 em 2005.

Quadro 10: Evolução da taxa de população urbana (%) nos países da CEDEAO, 1990 – 2005

Países	Taxa de população urbana nos países da CEDEAO, 1990 - 2005														
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2004	2005	
Cabo Verde	-	36,0	36,0	36,0	38,0	63,0	63,0	63,0	54,0	59,3	60,4	62,2	55,1	55,9	
Ghana	38,0	38,0	38,0	38,0	38,0	39,0	39,0	39,0	36,0	37,3	37,9	36,1	45,0	45,4	
Togo	33,0	33,0	33,0	33,0	33,0	34,0	34,0	34,0	31,0	32,2	32,7	33,4	34,5	35,2	
Gambia	-	30,0	30,0	30,0	30,0	29,0	29,0	29,0	29,0	31,1	31,8	30,7	26,1	26,2	
Guiné-Conakry	33,0	33,0	33,0	33,0	33,0	34,0	34,0	34,0	29,0	31,3	32,0	27,5	34,2	34,9	
Senegal	44,0	45,0	45,0	45,0	43,0	45,0	45,0	45,0	44,0	45,7	46,7	47,4	48,9	49,6	
Nigéria	43,0	43,0	43,0	43,0	45,0	43,0	43,0	43,0	40,0	42,2	43,1	44,1	45,9	46,6	
Benin	53,0	45,0	45,0	45,0	45,0	34,0	34,0	34,0	38,0	40,7	41,5	42,3	43,8	44,6	
Costa do Marfim	55,0	47,0	47,0	47,0	47,0	47,0	47,0	47,0	43,0	45,3	45,7	43,6	44,4	44,9	
Guiné-Bissau	-	25,0	25,0	25,0	25,0	25,0	25,0	25,0	22,0	22,9	23,3	31,5	33,3	34,0	
Mali	23,0	23,0	23,0	23,0	23,0	30,0	30,0	30,0	27,0	28,7	29,4	30,2	31,6	32,3	
Burkina-Faso	12,0	12,0	12,0	12,0	12,0	37,0	38,0	38,0	16,0	17,4	17,9	16,5	17,4	17,8	
Serra Leoa	40,0	40,0	40,0	40,0	40,0	40,0	40,0	40,0	33,0	35,3	35,9	36,6	38,1	38,9	
Níger	27,0	27,0	27,0	27,0	27,0	19,0	19,0	19,0	18,0	19,6	20,1	20,6	21,6	22,2	
Libéria	52,0	57,0	57,0	57,0	58,0	8,0	48,0	-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: Relatórios do Desenvolvimento Humano, 1998 - 2005

O crescimento anual da população na Comunidade é equilibrado em relação aos diversos países, tendo verificado o crescimento mais alto em 1990, 4,1% na Costa do Marfim, e a taxa mais baixa em 2005, 1,7%. Convém salientar que o crescimento dos países da Comunidade varia entre 2% a 2,9%, excepto o Níger, com um índice de crescimento da população de 3% a 3,6%. O Níger é um dos países mais pobres do mundo.

A sub-região oeste africana possui cerca de 250 milhões de habitantes, sendo a Nigéria, o país mais populoso da África e da sub-região em particular, seguido do Ghana e da Costa do Marfim.

Cabo Verde é o país mais pequeno e menos populoso da sub-região, com uma população entre 0,4 e 0,5 milhões de habitantes entre os anos 1991 e 2005. A população da Guiné-Bissau e da Gambia oscila entre 1 milhão e 1,5 milhões de habitantes.

O quadro nº 13 indica a oscilação do PIB per-capita de 1990/2005 nos diferentes países da CEDEAO. A situação de Cabo Verde é a mais

Quadro 11: Evolução da taxa de crescimento anual da população nos países da CEDEAO, 1990 – 2005

estável, tendo registado constante evolução desde 1990 à 2005. Em 1990, o PIB per-capita de Cabo Verde era de 680 dólares, tendo evoluído para 1.698 dólares em 2005. As únicas quebras ligeiras registaram-se em 1997 e 2001.

Países	Crescimento anual da população nos países da CEDEAO (%), 1990 - 2005													
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2004	2005
Cabo Verde	-	3,4	2,1	2,8	2,1	1,9	2,8	2,5	2,1	2,1	1,9	1,9	1,8	2,2
Ghana	2,7	3,2	2,7	2,9	2,7	2,7	3,0	2,8	2,7	2,6	2,1	2,1	1,9	1,9
Togo	2,8	3,2	2,9	3,1	2,9	2,9	3,1	2,8	2,7	2,6	2,5	2,5	2,2	2,5
Gambia	-	2,7	3,0	2,5	3,0	3,3	3,1	2,4	2,1	2,3	2,1	2,1	2,2	2,3
Guiné-Conakry	2,1	3,1	2,0	3,0	2,1	2,1	3,0	1,7	2,5	2,1	2,1	2,2	2,3	2,3
Senegal	2,7	2,9	2,8	2,7	2,8	2,4	2,7	2,7	2,6	2,5	2,4	2,4	2,2	2,2
Nigéria	3,3	3,3	3,2	3,1	2,7	2,8	2,9	2,9	2,7	2,2	2,5	2,5	2,2	2,0
Benin	2,5	3,2	2,5	3,0	2,5	2,5	3,0	2,8	2,9	2,6	2,7	2,7	2,5	2,9
Costa do Marfim	4,1	3,9	3,9	3,5	3,9	3,9	3,3	2,2	2,2	2,0	2,0	2,0	1,5	1,7
Guiné-Bissau	-	2,2	1,9	2,1	2,0	2,0	2,1	2,0	2,0	2,0	2,4	2,4	2,9	3,0
Mali	2,3	3,2	2,5	3,1	2,6	2,6	3,1	3,1	2,9	2,6	2,9	2,9	3,1	2,9
Burkina-Faso	2,3	3,0	2,4	2,7	2,4	2,4	2,6	2,8	2,8	2,8	3,1	3,2	3,0	2,9
Serra Leoa	2,0	2,7	2,1	2,6	2,1	2,0	2,4	2,8	2,4	2,3	3,2	3,2	2,3	2,5
Níger	2,6	3,4	3,2	3,2	3,2	3,2	3,4	3,4	3,2	3,0	3,6	3,6	3,6	3,3
Libéria	3,0	3,3	3,1	3,2	3,1	3,1	3,3	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Relatórios do Desenvolvimento Humano, 1998 - 2005

Países	Evolução demográfica (milhões de habitantes) nos países da CEDEAO 1990 - 2005													
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	2000	2001	2002	2004	2005
Cabo Verde	-	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5
Ghana	14,0	15,0	15,0	15,5	16,0	16,0	16,4	16,9	17,3	19,2	18,9	19,3	20,5	21,2
Togo	3,3	3,5	3,5	3,6	3,8	3,8	3,9	4,0	4,1	4,4	4,4	4,5	4,8	5,8
Gambia	-	0,9	0,9	0,9	0,9	1,0	1,0	1,1	1,1	1,2	1,6	1,3	1,4	1,4
Guiné-Conakry	6,6	5,8	5,8	5,9	6,1	6,1	6,3	7,1	7,3	7,3	8,0	8,2	8,4	9,0
Senegal	7,0	7,3	7,3	7,5	7,8	7,7	7,9	8,1	8,3	9,0	9,2	9,4	9,9	11,1
Nigéria	106,0	108,5	108,5	112,1	115,9	102,1	105,3	108,5	111,7	106,4	110,8	113,9	120,9	125,9
Benin	4,5	4,6	4,6	4,8	4,9	4,9	5,1	5,3	5,4	5,8	6,2	6,3	6,6	7,9
Costa do Marfim	12,0	12,0	12,0	12,4	12,9	12,9	13,3	13,3	13,7	14,3	16	16,0	16,4	17,6
Guiné-Bissau	-	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,1	1,2	1,2	1,2	1,4	1,5
Mali	8,9	9,2	9,2	9,5	9,8	9,8	10,1	10,5	10,8	10,7	11	11,4	12,6	12,7
Burkina-Faso	8,6	9,0	9,0	9,2	9,5	9,5	4,5	10,2	10,5	11,3	11,2	11,5	12,6	12,4
Serra Leoa	4,0	4,2	4,2	4,3	4,4	4,2	4,3	4,1	4,2	4,6	4,3	4,4	4,8	5,1
Níger	6,7	7,7	7,7	8,0	8,3	8,3	8,6	8,8	9,2	10,1	10,5	10,8	11,5	13,1
Libéria	2,4	2,6	2,6	2,7	2,8	2,8	2,8	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Relatórios do Desenvolvimento Humano, 1998 - 2005

Quadro 12: Evolução demográfica nos países da CEDEAO, 1990 - 2005

Os restantes 14 países da CEDEAO registaram estagnação em termos do PIB per-capita com quebras ligeiras em todos os países da sub-região oeste africana.

A Guiné-Bissau registou em 1990, o PIB per-capita mais baixo da sub-região, 180 dólares americanos, seguido da Serra Leoa, 250 dólares americanos. O PIB per-capita mais elevado daquela altura registou-se na Costa do Marfim, 750 dólares, seguido do Senegal e Cabo Verde, 710 e 680 dólares americanos, respectivamente.

A Serra Leoa registou em 2005, o PIB per-capita mais baixo da sub-região, 149 dólares americanos, seguido da Guiné-Bissau com 160 dólares americanos. O PIB per-capita mais elevado em 2005, registou-se em Cabo Verde, 1.698 dólares americanos.

Quadro 13: Evolução do PIB Per-capita nos países da CEDEAO, 1990 – 2005 (\$ EUA)

Países	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1997	1998	2001	2004	2005
Cabo Verde	680	750	840	920	930	960	856	1354	1317	1.345	1.698
Ghana	390	420	460	430	410	420	437	399	269	304	369
Togo	410	220	400	340	320	327	363	333	270	291	362
Gambia	340	360	370	350	330	274	256	353	291	257	279
Guiné-Conackry	440	500	490	500	520	404	447	394	394	415	459
Senegal	710	730	780	750	600	661	674	581	476	503	634
Nigéria	290	350	330	300	280	355	315	256	319	328	428
Benin	360	380	410	430	370	--	371	394	368	411	517
Costa do Marfim	750	680	680	630	610	732	899	823	634	707	816
Guiné-Bissau	180	180	220	240	240	214	234	173	162	141	160
Mali	280	270	310	270	250	256	271	267	239	296	371
Burkina-Faso	330	290	310	300	300	258	290	259	215	264	345
Serra Leoa	250	200	160	150	160	171	--	150	146	150	149
Níger	310	310	290	270	230	275	269	215	175	190	232
Libéria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano 1990/2005

03. A INTEGRAÇÃO REGIONAL

Durante o período que se seguiu à segunda guerra mundial, a integração regional foi, no mundo inteiro, um elemento importante das relações comerciais internacionais. Inicialmente, houve duas vagas de integração regional. A primeira começa com o estabelecimento, em 1957, da Comunidade Económica Europeia e no mundo em vias de desenvolvimento, a adopção na América latina da integração regional como meio de realizar um crescimento interno com vista a substituição das importações. Esta estratégia foi encorajada pela CEPAL (Comissão Económica para a América Latina).

O crescimento, durante os anos 60 e 70 do multilateralismo, visando a diminuição das barreiras tarifárias sob os auspícios do GATT (General Agreement on Tariffs and Trade), contribuiu para o declínio da importância do regionalismo. No entanto, uma segunda vaga de integração regional começou no final dos anos 80.

O continente africano conheceu a experiência da integração nos anos 60. O fraco crescimento e desenvolvimento económico, responsável pela miséria humana existente nos diversos países do continente, o ambiente externo hostil, fizeram com que cada vez mais as pessoas tomassem consciência das políticas económicas erradas implementadas na maior parte dos países africanos. A emergência da integração regional tinha como objectivo minimizar os problemas existentes e desempenhar um papel de primeiro plano na inversão do processo de marginalização das economias africanas (cf. Ellis, S., e Fauré 1995, pp. 347,348,349).

Com a integração dos países africanos, estes terão possibilidade de tirar maior partido das suas complementaridades e de melhor se armar para enfrentar desafios comuns, visto que num processo de integração, integram-se os povos, os territórios, as políticas, os mercados, a produção, os factores de produção, etc.

A integração regional e a democracia têm sido consideradas como duas das questões condicionantes da ajuda internacional dos países africanos, embora a segunda tenha gerado controvérsia por certos governos africanos por considerarem ingerência nos assuntos internos dos seus países (cf. Torres, A., 1999, p.123)

As agências internacionais de ajuda ao desenvolvimento têm posto o acento tónico na integração regional. Pelas razões que têm a ver com a implosão do bloco de leste e a integração europeia e por favorecerem, pelo menos em princípio a eclosão da “democracia” (Ibid., 1999, p. 123)³⁰.

Sendo um conjunto de medidas de política económica, a integração económica tem desempenhado uma função primordial na integração dos povos e das nações. Essa integração é mais necessária quando os países dispõem de um fraco mercado interno, não disponibilidade de certos factores de produção (força de trabalho, matérias primas ou tecnologia) e fraqueza de um só país sobre o xadrez de negociação internacional. Neste sentido, as políticas locais procuram um complemento nas acções de concertação internacional.

Historicamente, no mundo ocidental, as primeiras reflexões sobre os problemas da integração foram feitas por politólogos que trabalhavam no domínio das relações internacionais. A integração era perseguida, não como uma estratégia de paz, mas como uma estratégia de abordagem política federalista e uma abordagem económica funcionalista.

A justificação política da integração está sobretudo presente nos trabalhos de Karl Deutch (New York, 1954), que situa a integração política numa perspectiva federalista (caso dos Estados Unidos da América, União Soviética, da Suíça...) com a instalação de uma autoridade supranacional, perspectivando a ideia de Estado Nação. A integração é recomendada a partir dos Estados Nações plenamente soberanos. Procura, através dessa integração, garantir entre os Estados uma densa rede de comunicação, a fim de acalmar os focos de tensão, (conflitos), criando assim as comunidades de segurança, com o único objectivo de promover a paz internacional (cf. Diouf, M., (1984, p.17).

A abordagem económica funcionalista é desenvolvida por David Mi-trany (London, 1943), que destaca os factores de produção da ordem

³⁰ Apud John O. Igue (Igue 1991)

económica privilegiados para explicar a necessidade de integração: é a economia, a tecnologia sobretudo, que tem a função de reaproximar os povos, por que a política tal como é cria as divisões artificiais e os reforça; as forças produtivas económicas no seu desenvolvimento não estão em harmonia com as relações políticas que as regulam, por outras palavras, a política está atrasada em relação à economia. É desta contradição que nascem os conflitos internacionais que, bem entendidos, não poderão ser resolvidos através da cooperação internacional (Ibid., 1984, p. 18).

O melhor exemplo para apoiar a tese de integração vem da Europa: a França, a Alemanha, a Bélgica, o Luxemburgo e a Holanda em 1950, criaram a Comunidade Europeia do carvão e do aço (CECA), antes da Comunidade Económica Europeia (CEE) com os argumentos de que o aço tinha servido para despoletar a guerra e que serviria naquele momento para ajudar a consolidar a paz.

Esta reflexão serve de exemplo para os Estados africanos abdicarem-se dos conflitos inter-africanos e organizarem-se internamente para construírem uma sociedade de paz social e estabilidade económica para o continente.

3.1 OS AGRUPAMENTOS REGIONAIS

A formação de agrupamentos regionais de cooperação e de integração económica internacional começa a ter grande significado a seguir à segunda Guerra Mundial, devido ao enorme interesse que passou a existir pelos assuntos da integração económica internacional, com a publicação de Jacob Viner (1950), sobre Uniões Aduaneiras, considerado o pioneiro e referência histórica básica. (cf. Silva A. E Rego L.1984, p.21).

É a partir de 1950 que a expressão integração económica começa a ter um âmbito mais preciso, significando o processo voluntário de crescente interdependência de economias separadas e a sua fusão em regimes mais largas que as correspondentes às fronteiras nacionais dos países cujas economias se integram. (Ibid., 1984, p. 21).

As formas de integração que conhecemos, inspiradas no modelo de Viner, foram elaboradas tendo em conta o contexto dos países industriali-

zados e encontram a sua manifestação mais concreta na Europa Ocidental, com a formação da União Aduaneira e, mais tarde, a União Económica dos países de Benelux, a CECA³¹, a CEEA e a CEE³², que prosseguiram tantos interesses políticos como económicos e actualmente a UE³³, anteriormente designado por Comunidade Económica Europeia, uma organização internacional constituída actualmente por 27 membros, estabelecido com este nome pelo Tratado da União Europeia (normalmente conhecida por Tratado de Maastricht em 1992), se bem que muitos aspectos desta união já existia desde a década de 1950.

Em África, a integração económica não é um fenómeno novo, tendo as primeiras manifestações sido a constituição da OMVS³⁴ (1952) e a criação da CE³⁵ (1959). Actualmente, coexiste em África mais de uma quinzena de comunidades económicas. Uma situação única no mundo e que constitui um problema sério ao sucesso da integração económica. A Europa, no seu conjunto, conta com uma só comunidade económica, a União Europeia.

Podemos citar como exemplo, alguns agrupamentos de cooperação e integração económica, sendo as principais organizações regionais³⁶, (UMA, ECOWAS, CEEAC, SADC e PTA/COMESA, UDEAC, SACU, sub-regionais (CEAO, UDEAC, CE, MRU, OMVS,) e sectorial ou temático (CILSS).

No entanto, a primeira experiência de integração no pensamento Pan-africano surge dos percursores da libertação de África. Da gestação da sua visão, emergiu a Organização da Unidade Africana (OUA)³⁷, com a sua agenda de libertação e independência do continente.

³¹ Comunidade Económica do Carvão e do Aço (CECA, Tratado de Paris 1951): Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo, Países Baixos

³² Comunidade Económica da Energia Atómica e Comunidade Económica Europeia (CEEA e CEE, Tratado de Roma 1957): Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo, Países Baixos; 1º alargamento, Tratado de Adesão de Bruxelas, 1972): Reino Unido, Dinamarca e a Irlanda; (2º Alargamento, Tratado de Adesão de Atenas, 1979): Grécia; (3º Alargamento, Tratado de Adesão de Lisboa e Madrid, 1985): Portugal e Espanha.

³³ União Europeia (EU, Tratado de Maastricht, 1992); (4º Alargamento, Tratado de Adesão de Bruxelas, 1995) Áustria, Finlândia e Suécia; (5º Alargamento, 1º de Maio de 2004): república Checa, Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta e Polónia.

³⁴ Organização para a valorização do Rio Senegal (OMVS) (1952): Senegal, Mauritânia e Mali

³⁵ Conselho de Entente (CE) (1959): Burkina-Faso, Níger e Togo

³⁶ Le Courier, nº 134, Juillet-Août 1992, p.84 e, - UNCTAD/ECDC/ 228 (1992), Regional and Sub-regional Economic Integration and Cooperation among Developing Countries: Adjusting to Changing realities – the African case, p.3

³⁷ OUA, criado a 25 de Maio de 1963 em Adis-Abeba/Etiópia

Com a criação da OUA, o continente africano passa a ser um actor importante no sistema das Relações Internacionais. Assim, vários países unidos, juntam-se numa única voz, e passam a coordenar e a tomar decisões concertadas sobre o processo de libertação política do continente.

A União africana veio substituir a OUA, o Acto Constitutivo aconteceu nos dias 10-12 de Julho de 2000 em Lomé/Togo, na Trigesima Sexta sessão ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo dos 53 Estados da África.

Outra Organização criada em 2000 -2001, com o objectivo de levar a África a atingir um dos objectivos de desenvolvimento do milénio das Nações Unidas, como seja, – reduzir a metade, até 2015, o número de pobres, é a Nova parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD)³⁸.

3.2 AMÉRICA DO SUL

Nos anos sessenta, várias organizações regionais e sub-regionais emergiram. A América Latina e as Caraíbas abriram o caminho, criando um conjunto de instituições sub-regionais e regionais, destinadas a alargar as suas oportunidades de desenvolvimento. Em 1960, a Argentina, Brasil, México, Paraguai, Peru e Uruguai fundaram a Associação Latino-Americano de comércio livre (ALALC), a que juntaram mais tarde, o Equador, a Colômbia, a Venezuela e a Bolívia; em 1981, a ALALC deu lugar a ALADI. As organizações sub-regionais incluíam o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), a Associação de Comércio Livre das Caraíbas (que deu lugar à Comunidade das Caraíbas (CARICOM), o grupo Andino e o Mercado Comum das Caraíbas Orientais e, mais tarde, o MERCOSUL, englobando países como o Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai (cf. o Relatório da Comissão Sul, 1990, p.148).

³⁸ Ver as informações sobre a Nova Parceria para o Desenvolvimento (NEPAD), a partir da página 97 a 102.

3.3 ÁFRICA E ÁSIA

Em África, a Comunidade Económica da África Oriental, a Comissão Consultiva Permanente do Magreb (CCPM) e a União Aduaneira e Económica da África Central (UDEAC), foram criadas durante os anos 60. Ao mesmo tempo, eram dados os primeiros passos para a constituição da Associação das nações do Sueste Asiático (ASEAN. A liga dos Estados Árabes, um fórum político que exprimia a vontade desses Estados em se unirem e se libertarem da dominação exterior, dava os passos preliminares no sentido de desenvolver programas económicos. As suas iniciativas levaram ao desenvolvimento e estabelecimento de várias instituições para a cooperação social e económica na região.

Nos anos setenta, deu-se continuidade às iniciativas visando expandir a cooperação sul-sul. Em África, durante esse período, foram estabelecidas quatro novas importantes organizações sub-regionais: a Comunidade Económica da África Ocidental (CEAO), a União do Rio Mano, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC). Na Ásia, o acordo de Bangkok de 1975 criou uma área de livre preferência que abrange um número considerável de países. Na América Latina, a formação de Sistema Económico Latino-Americano (SELA). Na região árabe, foram estabelecidos acordos para a criação do Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do golfo (GCC).

Tudo isso demonstra que os anos sessenta e setenta do século passado, foram de iniciativas regionais de cooperação sul-sul, visando o desenvolvimento da economia dessas regiões (Ibid., pp. 149,150).

3.4 TIPOS E NÍVEIS DE INTEGRAÇÃO

Assim como a análise macroeconómica distingue a abordagem para a oferta, da abordagem para a procura, a integração económica pode ser concebida a dois níveis diferentes: integração dos mercados (demanda) e integração da produção (oferta).

3.4.1 Integração Económica

Para se alcançar a integração económica, como o crescimento económico ou a estabilidade institucional, é preciso que sejam construídas, e só se alcançam onde se tenha colocado o firme empenho em tal propósito, confrontando e superando forças contrárias que, inevitavelmente, procuram defender interesses sectoriais colocados em xeque pelo processo, no seu todo (cf. Casela, P. B., (1994, p.92).

A extensão dos benefícios para o todo social, na sua acepção mais ampla, seria a justificação conceptual do processo de integração, a correspondente economia de escala e maximização dos resultados para o maior número possível de agentes.

A integração económica é um processo progressivo e por etapas, e para ser eficaz requer um certo grau de interdependência e vontade política, que promovam a mobilização dos estados-membros para acções conjuntas e a arbitragem na resolução de diferendos entre interesses nacionais e os da região e, também, vontade colectiva. Assim, os Estados membros centrarão os seus esforços nas áreas essenciais e prioritárias, tais como: políticas coerentes e eficazes a favor da produção das infra-estruturas físicas, comerciais e das exportações, para a eliminação da pobreza e relançamento económico, buscando convergência de pontos de vista e consenso na discussão com eficiência e eficácia dos problemas que os afectam.

Como mostra o esforço de construção da Comunidade Europeia – exige o firme compromisso de toda uma geração, ressaltando a importância dos elos culturais, não necessária ou meramente jurídicos e económicos, impulsionados pela visão política de seus líderes ou gestores, no sentido de superar diferenças menores, em busca de algo mais amplo e mais completo, em termos de sistema político e institucional, como ilustraria o modelo de um “mercado comum”, nos moldes europeus.

A adopção da fórmula “integração económica em mercado comum” – não é mágica, e exige muitos esforços. A teoria da integração económica conhece e desenvolve outros modelos, com gradações, indo desde a zona de livre comércio à união aduaneira, desta, ao mercado comum, passando a união económica e monetária e podendo chegar a um grau maior ou menor de união política

A adopção do “mercado comum” significa criar graus de intimidade entre os parceiros da integração, suficiente para que se possa assegurar não somente a supressão das barreiras internas, quer tarifárias ou não – tarifárias, também chamadas de “medidas de efeito equivalentes”, a unificação de tarifas externas, mas também a implementação das liberdades de circulação dos factores de produção económica, a saber, mercadorias, pessoas, serviços e capitais, assegurando senão a uniformidade, ao menos a ausência de choques conceituais, em sectores vitais da economia e do direito, tais como as normas reguladoras da concorrência, abuso do poder económico, dumping e subsídios estatais (Ibid., pp. 92, 93).

É preciso criar espaço homogéneo onde a actividade económica pode ser exercida sem entraves entre os parceiros envolvidos. Isso é um “mercado comum”.

3.4.2 Integração dos mercados

O objectivo final, numa estratégia de integração dos mercados, é de criar um grande mercado único, sub-regional, a partir dos mercados nacionais dos países membros que, até ali, eram mercados fechados, na medida em que cada país fica dono do seu aparelho de produção. Esta situação conduz a uma viva concorrência para a conquista do mercado.

O surgimento do mercado único passa pela eliminação de todos os tipos de entraves que contribuem para o fechamento do mercado. Estes obstáculos podem ser as barreiras tarifárias e não tarifárias que penalizam a livre circulação das mercadorias; podem também se situar ao nível das políticas económicas: legislação sobre a circulação de mão-de-obra e de capitais, política monetária, política fiscal etc.

Numa comunidade económica, a integração dos mercados pode ser feita de forma gradual, seguindo um certo número de etapas: zona de preferência alfandegária, zona de livre circulação, união aduaneira, mercado comum, união económica.

A zona de preferências aduaneiras é certamente o primeiro nível e o mais elementar, de integração dos mercados: os países membros, nas suas trocas comerciais, aceitam acordar as reduções tarifárias muito mais

importantes do que aquelas que podem acordar com os países terceiros (países não membros). Trata-se dos direitos de circulação: direitos aduaneiros e diversas taxas de importação. Assim, nas zonas de preferências aduaneiras, os direitos aduaneiros são reduzidos, mas não podem ser suprimidos entre os países membros.

Todavia, para lá chegar, os Estados preparam o terreno, começam a tomar medida no que concerne à consolidação dos direitos de circulação, os países não devem criar direito novo e não devem aumentar as taxas dos direitos preexistentes.

Na zona de livre troca, todos os direitos de circulação são suprimidos, mas cada país membro conserva toda a autonomia na sua política comercial exterior com os países terceiros.

A zona de livre comércio pode ser uma fórmula adoptada de forma definitiva para um grupo de países que não procuram ir mais longe na integração dos mercados: casos da Associação Europeia de Livre Comércio (Suíça, Áustria, Finlândia, Suécia) pelos seus produtos industriais, do acordo de livre comércio Norte-americano Estados Unidos, Canada e México (NAFTA).

A zona de livre comércio pode também ser considerada como segunda etapa, para aceder aos níveis mais elevados numa integração de mercado.

A união aduaneira conserva as práticas da zona de livre comércio, trata-se do desarmamento total entre países membros, com uma medida suplementar: uma tarifa exterior comum em comparação com os países terceiros. Por outras palavras, um país membro de uma união aduaneira renuncia toda a soberania em matéria de política aduaneira em proveito da organização.

Mas os entraves à livre circulação de mercadorias podem existir, mesmo depois da eliminação de todos os direitos de circulação. Esses entraves são eliminados no quadro do mercado comum.

Às práticas da união aduaneira, há o mercado comum que acrescenta uma disposição nova: harmonização das políticas económicas. O objectivo visado é duplo: permitir a livre circulação dos factores de produção (capital, mão-de-obra, licenças de fabricação ...), e eliminar todas as medidas susceptíveis de falsear a concorrência, tais como as políticas monetárias

ou políticas fiscais discriminatórias. No domínio da fiscalidade, os mesmos sistemas de impostos são adoptados, como as taxas ao valor acrescentado (IVA) mas com as taxas diferentes de acordo com os países.

A união económica constitui a etapa final da integração dos mercados. A união económica é um mercado comum em harmonia com a união monetária. Há união monetária quando os países utilizam a mesma moeda, com a centralização comum de suas divisas e outros haveres exteriores. Numa união económica as políticas económicas comuns o plano monetário deve estar de acordo com o plano fiscal: as taxas do IVA devem ser as mesmas.

Certos países da África de Oeste e do Centro, que pertencem à união monetária no quadro da zona do franco CFA³⁹, estão longe da união económica nas suas estratégias de integração dos mercados.

3.4.3 Integração da produção

A integração económica pode ser feita ao nível da produção entre países membros, segundo duas modalidades: a especialização e a co-produção.

A especialização é uma forma de divisão do trabalho. Ela pode ser empresa sobre uma base intersectorial (certos países especializados na agricultura, outros na indústria), ou sobre uma base intra-sectorial (os diferentes ramos de indústria são repartidos entre os países membros, e deve ser o mesmo na agricultura).

A especialização pode ser feito, sobre uma base de concertação, segundo um plano preestabelecido, como foi o caso, no quadro do modelo de integração dos países socialistas da Europa do Leste, (Conselho de Assistência e Ajuda Mútua) ou CAEM.

A especialização pode também prevalecer num espaço concorrencial, induzido progressivamente pelos mecanismos do mercado. É o caso da CEE, onde a maior parte das trocas comerciais assentam nos produtos manufacturados.

³⁹ UEMOA, integra os seguintes países da CEDEAO: Benin, Burkina-Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo, partilham a mesma moeda o franco CFA

3.5 COOPERAÇÃO SUL-SUL

A cooperação económica regional continuará a ter uma dimensão essencial e um bloco de grande importância na edificação da cooperação Sul-Sul.

Qualquer programa de acção para o sul, nos próximos anos, deve ter como objectivo principal a revitalização das organizações e mecanismos regionais existentes. Isto deve começar com uma avaliação, por parte desses mesmos organismos, dos seus problemas e perspectivas. Cada associação ou esquema de cooperação económica deve analisar a sua agenda de acção e avaliar criticamente as suas opções, à luz das circunstâncias e tendências actuais, e estabelecer as prioridades e metas imediatas, bem como, os objectivos a longo prazo do seu trabalho (cf. O Relatório da Comissão Sul, 1990, pp.196,107).

Uma insuficiência básica, com que se têm debatido as organizações regionais, reside no apoio inadequado recebido dos respectivos países membros, os quais parecem atribuir uma baixa prioridade à cooperação Sul-Sul.

Segundo o citado Relatório, os governos dos países, nomeadamente da CEDEAO, deverão desenvolver esforços decididos no sentido de apoiar os esquemas existentes e adoptar políticas económicas nacionais tendentes a torná-los mais eficazes.

Estas organizações regionais e sub-regionais terão como objectivo desmantelar toda a gama de barreiras não-tarifárias e as outras restrições de comércio que, actualmente, inibem a sua expansão, no interior dos vários agrupamentos de países.

Em segundo lugar, os governos em causa deverão diligenciar no sentido de corrigir os desequilíbrios estruturais que comprometem o funcionamento dos esquemas. Quando o conjunto dos membros de um grupo integra economias com diferentes níveis de desenvolvimento, tais desequilíbrios são, provavelmente, inevitáveis. Concentrar-se meramente nas questões do crédito e financiamento do comércio não levará à remoção desses desequilíbrios estruturais. Para o conseguir, é essencial conceber programas nacionais de investimento com vista a expandir a capacidade de exportação dos países que se debatem com tais desequilíbrios comerciais. Assim, os conjuntos de integração, precisam de entrar em acordos que

proporcionem oportunidades de mercado mais vastas nos outros países membros. É o caso da Associação Latina Americana de Integração (ALADI) e da Comunidade das Caraíbas (CARICOM), facultaram concessões especiais a Estados-membros menos avançados para terem uma influência positiva no comércio regional e, hoje, são exemplos que se recomendam (Ibid., pp. 197,198).

O Relatório cita ainda na (P.198), que a expansão do comércio só pode ser sustentada se se fizer acompanhar de uma programação do investimento em áreas seleccionadas. Paralelamente as instituições de integração têm de fazer esforços com vista a identificar possibilidades de uma substituição de importações eficiente, dentro dos seus agrupamentos.

Com a recessão global, os países são obrigados a reduzir as suas importações, e normalmente, o comércio inter-regional é sempre prejudicado. É neste sentido que os agrupamentos regionais deverão examinar a forma como os seus dispositivos podem, em tais circunstâncias, ser utilizados para promover o comércio intra-grupo, funcionando como instrumento contracíclico para compensar a redução da capacidade de importar.

O Relatório alerta os países, para terem programas de avaliação e planeamento porque a maior parte dos agrupamentos não tem dispositivos de coordenação e avaliação das políticas macroeconómicas dos seus membros, (políticas fiscais, de inflação, de emprego e cambial), nem para avaliar a forma como os planos de desenvolvimento nacionais se relacionam como progresso de integração económica. A boa organização de um agrupamento será possível se houver discussões regulares entre os funcionários relevantes e intercâmbio de documentação poderá contribuir para preencher parcialmente esta lacuna.

De acordo com o Relatório, tentativas têm sido feitas no sentido de pôr em prática a harmonização de políticas e a coordenação de planos, são casos da União Árabe do Magreb, a Ecowas, o GCC e a UDEAC. Um acordo que visasse o lançamento dos planos plurianuais de desenvolvimento nacionais dos países na mesma altura poderia servir de prelúdio útil a tentativas de coordenação do planeamento. Instituições de investigação económica dos países-membros poderiam apoiar esses esforços, elaborando modelos macroeconómicos regionais ou aperfeiçoando os

já existentes; esses modelos poderão proporcionar uma base para a avaliação dos planos, para a integração do comércio e para a harmonização da produção.

O objectivo último deverá ser um certo grau de harmonização dos planos para assegurar que as políticas nacionais não entrem em conflito e que as capacidades de produção se reforcem mutuamente, tendo em vista o fortalecimento da economia da região no seu todo.

É preciso que haja ligações mais estreitas entre os diversos esquemas cooperativos, dentro da mesma região e numa base inter-regional, que constituam uma necessidade imperativa. Dispositivos que possibilitem e fomentem as consultas regulares, a interação, a permuta de experiências e a assistência técnica mútua entre todos os envolvidos em esquemas de cooperação e integração (governos, secretariados, empresas, bancos, etc.), serão certamente benéficos para todos. Dentro de cada agrupamento ou esquema deverá ser estabelecido um gabinete especial que assegure os contactos e as relações com as outras organizações intervenientes na cooperação Sul-Sul, que acompanhe as actividades relevantes regionalmente e à escala mundial e que detecte oportunidades de incremento das ligações e da cooperação (Ibid., p. 199).

De acordo com o Relatório, a concretização de um grau de coerência entre as políticas económicas de um agrupamento regional depende principalmente do comportamento dos países membros maiores e mais avançados. O seu empenho na cooperação regional e numa distribuição justa dos seus frutos, em que seja dada particular atenção às necessidades dos países membros menos desenvolvidos, é crucial para o sucesso da cooperação. Uma abertura gradual dos seus mercados aos países associados acarretará resultados significativos para o comércio regional. A sua vontade de assumir um certo grau de responsabilidade no funcionamento dos países membros mais pequenos e menos desenvolvidos proporcionará um estímulo acrescido à cooperação regional. Actuando desta maneira, os países em vias de desenvolvimento estariam a pôr em prática alguns comportamentos que têm vindo a reclamar dos países do Norte.

3.6 COOPERAÇÃO REGIONAL (CEDEAO)

A cooperação sul-sul, e em particular da CEDEAO, só teria sucesso se os governos abdicassem dos conflitos que afectam o desempenho económico, político e social. Esses conflitos têm depredado as diversas nações e são causados na maioria das vezes por uma grande exclusão social que exacerba os ressentimentos políticos, étnicos e religiosos, ao ponto de os transformar em verdadeiros furacões de ódio.

Para que a África se transforme e desenvolva, é preciso que os africanos lutem contra a exclusão social e, consequentemente contra os conflitos regionais, porque afinal de contas os dividendos da paz são o próprio desenvolvimento e a liberdade que dela decorre.

A prevenção, gestão e resolução de conflitos é em si um bom princípio a que, de uma forma genérica, Cabo Verde não pode estar contra, tanto mais que um novo espírito parece mover a ideia da constituição de mecanismos com esses nobres objectivos. A ideia de integração regional e sub-regional só será possível se e só se houver uma capacidade real de prevenir, gerir e resolver os potenciais conflitos na região africana. A própria CEDEAO reconhece o custo elevado dos conflitos dos pontos de vista humano, material e financeiro, daí, o seu impacto negativo no desenvolvimento dos Estados (cf. Pereira, D., 2002, p.225).

Não podemos deixar de salientar que a região da CEDEAO, é por natureza conturbada, se tivermos em conta alguns conflitos regionais, como é o caso do conflito da região da Casa Mansa, Serra Leoa e Libéria. Esses conflitos têm evidentes repercussões na Guiné-Bissau, na Guiné Conakry, no Senegal, na Gambia e na Costa do Marfim. Cabo Verde, apesar da ausência de fronteiras terrestres com os seus vizinhos, não estará salvo de determinados conflitos mesmo de forma indirecta, visto que com o eclodir destes, os refugiados buscam lugar de tranquilidade, e, Cabo Verde constitui numa alternativa. Aconteceu aquando do conflito na Guiné Bissau, na Libéria, na Serra Leoa, em que os próprios emigrantes cabo-verdianos que residem na região ocidental africana, no caso de um conflito, procuram o país de origem (Ibid., p. 225).

Os conflitos regionais, incluindo os conflitos armados, têm-se revelado nocivos para a cooperação Sul-Sul em muitas regiões. Assim, é encorajador

que, um número considerável de casos, de países em vias de desenvolvimento tenham tomado iniciativas com vista a ajudar a resolver os conflitos ocorridos nas suas regiões. A melhoria das relações Leste-Oeste tenderá a diminuir a intervenção das super-potências nos conflitos do Terceiro Mundo. Os países em vias de desenvolvimento deverão aproveitar este clima mais auspicioso e novo para se esforçar mais vigorosamente para resolver os seus conflitos e preservar a paz dentro das suas regiões.

As organizações regionais e sub-regionais de cooperação económica dificilmente poderão constituir instrumentos adequados para dirimir e lidar com conflitos, mas poderão constituir um enquadramento para consultas tendentes a atenuar tensões e até a funcionar como canal para que membros não intervenientes numa disputa possam desenvolver os seus bons ofícios.

3.7 O PROBLEMA DA INTEGRAÇÃO AFRICANA

O “novo regionalismo” trazido pela mundialização não poupou nenhum continente nos anos noventa. A integração europeia reforça-se em extensão, passando de (seis à nove membros, depois a quinze e, recentemente, à vinte e sete membros), evoluindo de integração comercial a integração monetária. Os Estados Unidos, durante muito tempo, hostil aos blocos regionais formam com o Canadá e o México a Acordo Norte Americana de Livre Comércio (NAFTA). Na América do Sul, o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), cuja criação é impulsionada pelo Fórum Económico Mundial, vem em substituição de experiências anteriores abortadas. Na Região do Pacífico é criado a APEC (Cooperação Económica da Ásia Pacífico).

A África é particularmente diferente, porque a estratégia de integração africana nunca foi pensado do interior pelos próprios africanos, ela foi primeiramente imposta pelas autoridades coloniais para de seguida, ser confiada aos cidadãos de antigas metrópoles. Esta extroversão é acentuada com a mundialização. Por conseguinte todos os projectos de integração económica são durante dezenas de anos inspirados no contexto da mundialização e no liberalismo (cf. Diouf M., Août, 2002).

A integração regional abre, pela sua amplitude e importância, uma perspectiva nova e única porque coloca acima das soberanias nacionais das sociedades políticas fechadas, algumas vezes hostis entre si, uma sociedade internacional aberta que põe de lado os nacionalismos e sectarismos. Os cidadãos tornam-se sujeitos de direitos, de relações jurídicas internacionais sem exclusão e discriminação, os órgãos e super estruturas estatais associam-se, subordinando-se a uma autoridade supranacional. Esta subordinação acarreta limitações à soberania como contrapartida do acesso dos Estados membros ao progresso técnico, ao desenvolvimento económico, a repartição equitativa dos recursos e das vantagens da integração, visa também, o estabelecimento entre estes Estados de relações de direito semelhantes às relações jurídicas que teriam nos seus próprios Estados. Apesar da existência de agrupamentos regionais no continente africano, e na CEDEAO em particular, na prática, a integração não vem acontecendo, visto que os países continuam em conflitos armados, uns com os outros. Os dirigentes políticos apoiam os rebeldes de países vizinhos, caso do Presidente da Libéria que apoiou a guerra civil na Serra Leoa, dirigentes marfinenses impedidos do seu direito de participação sob pretexto de serem originários de países vizinhos, espoletando no seio da nação uma brutal guerra civil, emigrantes expulsos dos países que no passado assinaram acordos de livre circulação de pessoas, direito de residência e estabelecimento, a proliferação de agrupamentos regionais, a maior parte dos Estados africanos pertence a dois ou mais blocos regionais. Com efeito, dos 54 países africanos, 27 são membros de duas comunidades económicas regionais e 18 pertencem a três comunidades. No extremo estão 7 países que pertencem a uma organização e a RDC que pertence a quatro.

Esta realidade liga-se à vontade dos Estados em acelerarem o processo de integração e de se juntarem aos agrupamentos mais fortes e vantajosos. Por outro lado, dentro de cada bloco, há Estados-membros que avançam mais depressa que outros no aprofundamento da integração (cf. Trindade, P. J. A., 2006, p. 69).

Os sucessivos golpes militares efectuados após a criação da CEDEAO constituem também estrangimentos a integração regional. (ver quadro 14)

Período	África (N)	CEDEAO (n)	%n/N
1975-1979	14	4	28%
1980-1989	20	12	60%
1990-1999	15	9	60%

Fonte: Thomson (2000), Duignan & Jackson (1986), Mwakikagile (2001)

Quadro 14: Golpes Militares na CEDEAO, face ao Continente, 1975 – 1999

Verificamos que a CEDEAO é a região da África com maior número de golpes militares, com 25 golpes militares de 1975 à 1999, tudo isso constitui constrangimentos tanto para a integração como para o desenvolvimento socio-económico.

Os Estados rendeiros são incompatíveis com a integração regional, (Torres, A., 1999, pp.125,126)⁴⁰, na medida em que as estruturas de gestão desses Estados estão em contradição com as preocupações de integração. Esses Estados são caracterizados, por um sistema monetário tributário do exterior, uma estrutura económica dependente, similaridade das economias e ao funcionamento de um mercado regional, e, finalmente, pelo “carácter dualista” das economias nacionais.

Para remediar esta situação, e encontrar para a África caminhos que favoreçam a inserção plena no sistema mundial, é necessário começar por valorizar as forças produtivas africanas ao nível nacional e sub-regional, inclusivamente legalizando e apoiando correntes comerciais de mercados mais ao menos paralelos. Trata-se de aproveitar as capacidades de que as populações dão frequentemente provas à margem dos Estados e, ao mesmo tempo, criar as complementaridades económicas susceptíveis de favorecer integrações regionais mais vastas (Ibid., 1999).

Esse processo passa igualmente pela criação de um sistema monetário único ligado à moeda europeia, conciliando ao mesmo tempo, a possibilidade de uma mais estreita ligação com o mercado europeu e o benefício dos mecanismos de funcionamento de um mercado único.

A integração regional passa pela mudança de natureza dos Estados africanos, que deverão deixar de ser Estados rendeiros onde predomina um sistema de regulação com base na distribuição de riquezas entre os membros do clã governamental, para serem verdadeiros Estados modernos assentes numa estrutura económica de produção de massa respondendo às reais necessidades das populações (Ibid., 1999).

⁴⁰ Apud John O. Igwe (Igwe 1991)

3.8 A ECONOMIA DE RENDA

Durante o Século XIX e até ao pós-segunda Guerra Mundial, «desenvolvimento» era, para os países integrantes do grande bloco do Terceiro Mundo, sinónimo de «industrialização»: o caminho para o desenvolvimento seria trilhado através da industrialização. As independências africanas tiveram lugar em contextos históricos em que predominava esta concepção.

A evolução da economia-mundo capitalista, as novas necessidades sistémicas decorrentes da estruturação do sistema capitalista, agora a nível «mundializado» e «globalizado», determinaram uma relativa desindustrialização do centro através da deslocalização de certas indústrias para as periferias dotadas de uma maior utilidade sistémica, essencialmente, neste caso, a disponibilidade simultânea de uma mão-de-obra com menor custo e maior qualificação – desde que as condições de estabilidade e de outras vantagens estivessem asseguradas. Foi esta circunstância que fez «partir o Terceiro Mundo: as periferias com menor aptidão para responder a este processo, a esta necessidade sistémica, foram dele excluídas, constituindo o Quarto Mundo. A ele pertence a África Sub-saharina.

A parte do Terceiro Mundo com maior «sucesso» neste processo de deslocalização industrial global é constituída hoje pelos «países emergentes». Trata-se como é óbvio de um «desenvolvimento» dependente. O crescimento hegemónico do Centro é, no momento actual, viabilizado pela acção dos mecanismos de polarização mundial, essencialmente “o controlo das tecnologias, das finanças e do acesso aos recursos naturais” (cf. Amin, S., 2000, p.74).

Na África Sub-sahariana, e em particular na sub-região Oeste africana (CEDEAO), o desiderato do desenvolvimento foi substituído pelos conceitos nucleares de sobrevivência e de crescimento rendeiro (Rimmer, D., p.483).

A economia rendeira não pode ser analisada estaticamente, mas sim na múltipla alternância de períodos de euforia (booms) seguidos de crises mais ou menos profundas. Daí o seu carácter cíclico. E cada período de euforia produz sequelas não reversíveis, isto é, inibidoras de uma ulterior moldagem do sistema aos períodos de crise. Daí a vulnerabilidade acrescida (Carneiro, E., 2004, p. 44). Por outro lado, os períodos de crise

induzem uma tal degradação na vida económica, social e política cujas sequelas se tornam, igualmente, praticamente não reversíveis.

A falência do modelo rendeiro, a sua incapacidade de por si, gerar as alterações estruturais necessárias à criação e integração interna dos tecidos económicos nacionais – esses sim, definidores do «desenvolvimento» – reforçam a conclusão de que “o desenvolvimento deverá ser entendido como a capacidade actual e potencial de geração endógena de tais alterações estruturais” (Carneiro, E., 2004, p.127).

Por isso mesmo se intentou identificar o desenvolvimento, na sua dimensão económica e social, com “a capacidade actual de incremento sustentado do rendimento nacional por habitante através de um crescimento de output alicerçado numa especialização económica assente numa base material produtiva, diversificada e compatível com formas de integração pós-rendeira no comércio internacional determinantes de uma estrutura económica em processo de diminuição da sua vulnerabilidade, da sua heterogeneidade estrutural bem como, com o incremento da sua flexibilidade. A que se acrescentam o crescimento do emprego, o desenvolvimento humano, bem como a eliminação quer da pobreza, quer da predominância dos processos e instrumentos rendeiros do rendimento (Ibid., 2004, p.127)⁴¹.

O «desenvolvimento» implica uma profunda transformação que se traduz numa transição do actual sistema e lógica rendeira para a implantação de um sistema e de uma lógica produtiva. Assim, os elementos da «lógica do passado», que se não enquadrem nesta transformação necessária, não poderão deixar de ser objecto da necessária acção correctiva.

Nas sociedades tradicionais africanas, a acumulação era viabilizada através do recurso ao «exterior», uma vez que às mesmas era estranho ao fenómeno de criação e de extracção de excedente⁴², fosse ele a família tradicional ou a etnia. Tratando-se de sociedade pré-capitalista, era-lhes estranho o conceito de repartição do que se apelida hoje de rendimento através da remuneração de factores de produção. Assim, os processos de repartição são essencialmente redistributivos e «extra-económicos».

⁴¹ Pretende-se dizer que a predominância dos processos redistributivo rendeiro é incompatível com o «desenvolvimento».

⁴² Diallo, M. L., 1996, p.15

Esta situação foi agravada no período colonial por um específico tipo de especialização económica em última instância determinante do sistema rendeiro (Carneiro, E., 2004).

As políticas de liberalização económica impostas, pelas instituições do sistema de Brettons Woods, expressam não só um pensamento único como também a lógica de uma necessidade sistémica em que os Estados não dominantes se diluem.

Contudo, em toda a história, as experiências conducentes ao desenvolvimento, o processo de arranque se efectivou numa base, à partida, de reforço do Estado, do seu crescimento auto-centrado, inclusive na aplicação de princípios proteccionistas. (cf. Carneiro, E., 2004, p.132,133). O desenvolvimento extrovertido dos actuais «países emergentes» só se tornou factível porque assente em anteriores bases autárquicas e proteccionistas propiciadoras da criação de tecidos económicos nacionais integrados, bem como da afirmação de um forte mercado interno.

A economia da África Sub-sahariana é caracterizada pela extrema dependência de recursos externos provenientes, quer de uma actividade consubstanciada numa geração directa de rendas, quer na ajuda externa (Ibid., 2004, p.53).

Diallo (1996, p.26,27) caracteriza desta forma uma economia rendeira: os produtos geradores de renda (PGR) constituem uma parte considerável da produção interna bruta, na prática bastante mais de 50%. Em tal economia, a evolução dos indicadores macroeconómicos clássicos, a saber, o crescimento, o emprego, a inflação, o défice das finanças públicas e da conta corrente da balança do pagamento, são determinados pela produção desses PGR.

A concepção do Estado, como «canal único» de recebimento e de afectação das rendas externas, deve ser entendida no contexto da dinâmica de evolução do sistema rendeiro e da sociedade. A economia rendeira induz uma moldagem institucional que torna progressivamente indistinta a consideração «de Estado» e de agentes «privados». Na economia rendeira, o Estado e tais agentes constituem o verso e o anverso de uma mesma, única e indistinta realidade rendeira (cf. Carneiro, E., 2004, p.55)⁴³.

⁴³ Apud., Bayart, p. 1989

O desenvolvimento do sector informal processa-se, entretanto, de forma igualmente subordinada a uma lógica rendeira geral. São absolutamente inviáveis as pretensões de contornar ou alterar a predominância da lógica rendeira e da economia rendeira a partir de um desenvolvimento do sector informal.

A exportação de produtos primários, de commodities, constitui a fonte geradora das rendas externas, a par da «ajuda externa»; de igual modo, a circunstância de o processo de exportação de tais produtos se tornar dominante determina, por sua vez, a moldagem da economia – bem como a natureza do Estado e das instituições.

A estratificação da pirâmide rendeira é concebida a partir da justaposição das classes de Estados caracterizadas pelos distintos sectores dominantes:

A base da pirâmide é constituída pelos Estados rendeiros com predominância quer da exploração agrícola extensiva de exportação, quer da percepção de «ajudas externas». O extracto intermédio é constituído pelos mining states. A cúpula da pirâmide é finalmente constituída pelos petro states, os quais representam o exemplo mais extremo – o paradigma por excelência – do Estado e da sociedade rendeira.

Para Carneiro, E., (2004, p.20), salvo indicação em contrário, a expressão «África Sub-sariana» excluirá (para além da África Sahariana e a norte do deserto do Sara) a África do Sul, bem como os países pertencentes a União aduaneira da África Austral, os quais constituem um conjunto específico por não adequação plena aos conceitos e processos fundamentais aqui referidos. Exclui igualmente a «África insular» a qual numa larga medida, se revela como diferenciada em relação a África continental.

A situação da CEDEAO é ilustrativa da pirâmide rendeira. Muitos países vivem da exploração agrícola, da mineração e da exploração do petróleo, bem como da ajuda externa.

A natureza rendeira desses Estados faz com que o desempenho macroeconómico seja decrescente, o crescimento do PIB real em 1999, foi de 2,5% e está recuando em relação aos números registados em 1996 (4,8%), 1997 (3,7%) e 1998 (3,2%). O PIB regional recuou durante três anos, sucessivamente. Diferentes factores, estruturais e conjunturais des-

favoráveis explicam esta situação. Entre os mais importantes, pode citar a deterioração contínua dos termos de troca.⁴⁴

A ideia veiculada no texto excluindo a África insular, da promiscuidade entre o público e o privado, pode ter algum sentido, se tivermos em conta os níveis de crescimento e investimento que o arquipélago de Cabo Verde tem tido nas últimas décadas, apesar de continuar a usufruir da ajuda externa e possuir uma forte componente de economia informal, determinantes importantes de uma economia rendeira, talvez, o arquipélago, esteja na fase transitória de uma economia tradicional para uma economia moderna.

Numa economia rendeira, o take-off não faz parte dos planos dos governos, no entanto, está sendo propalado pelas lideranças políticas cabo-verdianas e realmente, já se consegue distinguir perfeitamente, o público do privado. Isso é notório, nos investimentos privados no turismo, na banca, na imobiliária e nas infra-estruturas, porém, continuamos dependentes da ajuda externa, à semelhança dos países emergentes, neste caso, é possível sonharmos com o crescimento, dependente dos parceiros internacionais⁴⁵.

A disparidade existente entre os diversos países da Comunidade, o fraco crescimento anual do PIB, a extrema pobreza e a corrupção política, constituem factores inibidores de uma integração regional plena, à semelhança de outros agrupamentos regionais.

3.9 A INSERÇÃO DE CABO VERDE NA COMUNIDADE

O Tratado de Lagos que estabeleceu a CEDEAO, assinado a 28 de Maio de 1975, tinha objectivos bem assentes na promoção da cooperação e integração económica, na liberalização do comércio inter-regional (supressão das barreiras tarifárias e não-tarifárias), na supressão de vistos e na livre circulação de mercadorias.

A adesão de Cabo Verde só veio acontecer em 1976 visto que, na altura da criação da Organização, Cabo Verde não tinha conseguido a sua independência.

⁴⁴Ver quadro nº3 África do Oeste principais indicadores macroeconómicos, página. 41

⁴⁵Ver os indicadores socio-económicos de Cabo Verde pp. 27 a 36

A ideia da criação de uma organização sub-regional Oeste africana, preconizada inicialmente pela Nigéria, não acompanhou as exigências estabelecidas por muitas organizações, nomeadamente, (União Europeia), em relação ao respeito pelos direitos humanos, a paz, a segurança e o grau de desenvolvimento económico de cada integrante do grupo.

Assim sendo, houve retirada da organização, adesão, conflitos entre países pertencentes ao mesmo reagrupamento, repatriamento de emigrantes em diversos países, para além do agravamento da situação socio-económico e política da sub-região.

O pensamento moderno de integração (início dos anos 90) ou (integração progressiva, caso da UE), tem como objectivo um conjunto de medidas de política económica, colocadas de forma concertada entre um grupo de países geograficamente limítrofes, a sua eficácia da política económica doméstica do Estado Nação, tem limites no que toca aos objectivos como: fraco mercado interno, não disponibilidade de certos factores de produção (força de trabalho, matérias primas ou tecnologia), fraqueza de um só país sobre o xadrez de negociação internacional. Neste sentido, as políticas locais procuram um complemento nas acções de concertação internacional.

Os pressupostos de uma integração plena acima referidos, não foram respeitados até esta data pelos intervenientes, visto que, apesar de uma população de 245.200 habitantes, não há um mercado organizado, que facilita a cooperação e o comércio inter-regional, predominando o mercado informal e a economia de renda.

A situação social é precária, constituindo desvantagem, à livre circulação de pessoas e bens, assinado entre os diferentes países⁴⁶. A emigração clandestina efectuada de forma desumana, por indivíduos da costa ocidental da África, proveniente da Mauritânia, do Senegal, da Costa do Marfim, da Guiné-Bissau, entre outros países, em direcção a Cabo Verde e as Canárias, visando num segundo momento a Europa, constitui motivo de discórdia entre diversos países da região. Tudo isso demonstra a pobreza e falta de alternativa dos governos, com vista à fixação das suas populações nos seus respectivos países.

As mudanças efectuadas nos anos noventa trouxeram novas perspectivas em relação à integração regional, tendo proliferado em todos os

⁴⁶ Ver anexo, sobre os diferentes protocolos

continentes, porém, a CEDEAO, continua moribunda, desorganizada e sem interesse por parte de alguns países.

Hoje, em Cabo Verde, discute-se de forma tímida a permanência ou a retirada da organização, com uma certa lógica, apesar da retirada constituir um erro estratégico em relação à África. Muitas são as perguntas colocadas, justificando a retirada, uma delas é: Que vantagem retiramos com a integração na CEDEAO? Porém, ninguém pergunta que vantagem, os outros retiram da nossa presença na CEDEAO?

A participação de Cabo Verde na CEDEAO constituiria motivo de orgulho nacional, se o país cumprisse com as suas obrigações, no entanto, um país que consegue índices de crescimento económico acima dos níveis africanos possui uma organização social, um nível de liberdade em todos os domínios elevados em relação a África e a sub-região em particular, não vem pagando as contribuições exigidas pela Comunidade.

A participação activa de Cabo Verde regista-se apenas no Parlamento da CEDEAO, representado por cinco Deputados indigitados pela Assembleia Nacional.

Uma reorganização económica e social da sub-região traria enormes vantagens a Cabo Verde, se se tiver em conta o fraco mercado interno (470.000 habitantes)⁴⁷ e uma população oeste africana de 245.200 milhões⁴⁸ em 2005, ou seja, 28% da população de África, para além, de muitos países do mundo desenvolvidos, nomeadamente, os Estados Unidos a Europa e a também a China considerarem estratégica a posição de Cabo Verde em relação à África. Para muitos países, a situação geográfica de Cabo Verde constitui uma plataforma de segurança contra o tráfico de droga e a imigração clandestina em direcção à Europa, mas também uma forma de aproveitar as riquezas minerais ainda existentes no continente.

Muitos investimentos estão sendo feitos em Cabo Verde, financiados por instituições, empresas e governos estrangeiros, nos domínios das infra-estruturas, meio ambiente, sistema financeiro, entre outros empreendimentos, visando o mercado africano.

Os investimentos e os resultados obtidos no desenvolvimento humano e social em Cabo Verde, ao longo dos trinta anos de independência, dife-

⁴⁷ Instituto Nacional de Estatísticas, (INE)

⁴⁸ Relatório do Desenvolvimento Humano 2005

rem da maioria dos países da CEDEAO, onde a situação social e política são instáveis.

Outro ganho em termos sociais é a paz reinante em Cabo Verde, diferente dos outros países da sub-região. Nunca teve golpes de estado e nem guerra civil, realizou quatro eleições multipartidárias, desde 1991, realiza eleições autárquicas de quatro em quatro anos, sem nenhum incidente, e está sendo considerado pela ONU, país de desenvolvimento médio.

Apesar de Cabo Verde ser um pequeno país insular e lusófono, poderia desempenhar um papel dinamizador na sub-região Oeste africana, colocando os seus técnicos em diversas instituições internacionais, com sede nos diversos países da CEDEAO. Uma participação activa na organização, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Assembleia Nacional e da Presidência da República, a criação de Departamentos de Assuntos Africanos, tanto na Assembleia Nacional, como no Ministério dos Negócios Estrangeiros, daria confiança e satisfação aos africanos da sub-região, daria visibilidade a Cabo Verde, colocando de forma pragmática as ideias, visando a reorganização da Comunidade.

A Parceria Especial com a União Europeia, aspiração de Cabo Verde, tornar-se-ia mais evidente se o país desse maior atenção à integração na CEDEAO, a Europa veria a intenção de Cabo Verde como forma de ajudar na viabilização dos investimentos sociais na sub-região. Hoje em dia, o mercado e a posição estratégica constituem factores catalizadores em determinadas negociações, porém, tratando-se de um país pequeno com uma população que não ultrapassa os 500 mil habitantes, os interesses em relação a Cabo Verde passam pela posição estratégica em relação à África Ocidental. Neste caso, os protocolos assinados com os países da sub-região poderão constituir motivos facilitadores da referida parceria especial.

De acordo com as intenções do governo, a parceria especial com a União Europeia tem por objectivo principal o campo de aplicação do acordo de Cotonou. E terá em conta:

a consolidação das reformas económicas e sociais, garantia da democracia, o estado de direito democrático, a participação da sociedade civil na vida política do país;

O reforço do diálogo político e da cooperação principalmente em matéria de democracia e dos direitos humanos, negócios estrangeiros

e segurança, cooperação nos domínios de luta contra o terrorismo e os tráficos ilegais;

A gestão eficaz dos fluxos migratórios, incluindo o melhoramento da contribuição da migração para o desenvolvimento de Cabo Verde, a luta contra os fluxos irregulares e o tráfico de seres humanos;

Facilidade na circulação de pessoas no quadro das estruturas existentes, em conformidade com as experiências adquiridas, especialmente examinando as possibilidades de flexibilização das formalidades na obtenção de vistos de curta duração para certas categorias de pessoas;

Facilidades no comércio de bens e de serviços, com base em acordos de livre troca pela via do presente laço regional, que poderá evoluir para a integração económica com a União Europeia;

O desenvolvimento de condições propícias ao investimento directo estrangeiro, ao crescimento e ao desenvolvimento durável, pela adopção das normas da União Europeia;

O melhoramento do ambiente e das condições para o desenvolvimento de empresas competitivas e do espírito empresarial;

O desenvolvimento dos sectores do transporte, das telecomunicações e da energia, baseado na segurança e na garantia, assim como o reforço das infra-estruturas nacionais e regionais;

Promover um diálogo político global, equilibrado e regular entre a União Europeia e Cabo Verde no quadro do artigo 8 do Acordo de Cotonou;

Consolidar as instituições, garantindo a democracia e o Estado de direito democrático.

Estes são dos muitos objectivos que Cabo Verde pretende atingir com a parceria especial com a Europa.

3.10 CONVENÇÃO DE LOMÉ/ACORDO DE COTONOU

A Convenção de Lomé estrutura desde 1975 as relações comerciais e financeiras da UE com os ACP, actualmente em número de setenta. A política de cooperação comunitária, iniciada em 1957, atravessou várias etapas decisivas. Após os primeiros anos em que o objectivo consistia em

associar os países e territórios ultramarinos à Comunidade, as relações de cooperação prosseguiram, no âmbito das convenções de Yaoundé, a partir de 1964, mantendo-se centradas, predominantemente na África negra francófona, até meados dos anos setenta. Na sequência do primeiro alargamento da Comunidade, num contexto económico internacional que sofria uma modificação considerável, a Europa começou a alargar o âmbito geográfico da sua política de cooperação: por um lado, abrindo a primeira convenção de Lomé a outros países ACP; por outro, estabelecendo progressivamente relações de associação e de cooperação com outras regiões do mundo em desenvolvimento.

A convenção de Lomé foi objecto de adaptações sucessivas, a intervalos de cinco anos, o que permitiu ajustar esse dispositivo em função da evolução económica e política, introduzir novos instrumentos de cooperação e definir novas prioridades⁴⁹. Houve quatro convenções, tendo o último caducado em 29 de Fevereiro de 2000⁵⁰.

O Acordo de Cotonou, sucessora da convenção de Lomé, é considerado um acordo vital para o destino da África. Dele depende o futuro político e económico dos países africanos, a sua integração regional, o seu peso nos sistemas multilaterais, bem como as suas relações com os seus principais parceiros comerciais e doadores, como a UE e os EUA. Os objectivos fundamentais do Acordo são: promover e acelerar o desenvolvimento económico, social e cultural dos Estados ACP, contribuir para a paz e a segurança, e ainda promover um ambiente político democrático estável.

Embora o Acordo de Cotonou não especifique se a cooperação deve ser individual ou inserido numa organização regional, no nosso caso à CEDEAO, deixa claro que os países da UE e ACP irão negociar Acordos de Parceria Económica (APE) que podem diferir entre países e regiões ACP, mas serão todos de acordo com as regras da OMC. A partir de 2008, esses acordos comerciais livres serão implementados até 2020. Os APE deverão incluir assistência específica dos países ACP, submetendo a ajustes estruturais de modo a implementá-los. Neste caso, os países ACP podem estabelecer APE com a UE, ou individualmente, de acordo com os próprios esquemas de integração regional.

⁴⁹ Livro verde sobre as relações entre a União Europeia e os países ACP, (1997, p. 6)

⁵⁰

No entanto, é sabido que com a globalização, os países africanos podem desempenhar um papel significativo na arena internacional se estiverem unidos em organizações regionais. É notório que a promoção e fortalecimento de organizações regionais tornou-se importante nas relações ACP-UE. A união definiu Setembro de 2003, como data limite à definição de grupos sub-regionais para a condução das negociações dos APE com a UE⁵¹.

Apesar da cooperação ACP-UE, (Acordo de Cotonou) ser incentivadora da integração regional, visto que a UE sendo uma entidade única busca sempre ter como interlocutor uma entidade única de cada lado, neste caso a UE encoraja os ACP a assinar com ele os acordos de livre comércio, colectivamente através de grupos regionais, porém, deixa em aberto a possibilidade de assinar acordos individualmente. Esta opção abre caminho a Cabo Verde para assinar isoladamente, de acordo com as opções do governo, sem beliscar as relações que existem entre os países da CEDEAO.

⁵¹ <http://fesportal.fes.de/pls/portal30/docs/FOLDER/COTONOU/content/pt/6.html>, 15-09-2006

04. GLOBALIZAÇÃO, ÁFRICA E CEDEAO

“A globalização fundamentalmente, é a integração mais estreita dos países e dos povos que resultou da enorme redução dos custos de transporte e de comunicação e a destruição de barreiras artificiais à circulação transfronteiriça de mercadorias, serviços, capitais, conhecimentos e (em menor escala) pessoas. A globalização foi acompanhada de novas instituições que se juntaram àquelas que já existia para trabalhar além-fronteiras. A globalização é fortemente impulsionada pelas empresas multinacionais, que fomentam a circulação transfronteiriça não só de capitais e produtos como também de tecnologias”. Além disso, a globalização contribuiu para que se prestasse uma atenção renovada às instituições internacionais intergovernamentais de longa data, como as Nações Unidas (ONU), que tentam manter a paz, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada em 1919, cujo programa em todo mundo se rege pela palavra de ordem «trabalho decente», e a Organização Mundial da Saúde (OMS), cuja função essencial são as condições sanitárias no mundo em desenvolvimento (cf. Stiglitz, E, J., (2004, p. 46).

Todas as organizações acima citadas são bem-vindas pelas populações desfavorecidas dos países em desenvolvimento, o que não agrada às populações são os aspectos estritamente económicos da globalização que geram controvérsias, e as instituições internacionais, o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que ditam as regras, que impõe ou fomentam, por exemplo, a liberalização dos mercados de capitais (a eliminação em muitos países em desenvolvimento das regras e dos regulamentos que se destinam a estabilizar os fluxos de entrada e de saída de dinheiro volátil (Ibid., 2004, pp. 46,47).

A globalização é um falso amigo ligado ao neo-liberalismo económico, cujas palavras de ordem são o proveito, o lucro, o benefício e a rentabili-

dade financeira, em consonância com o espírito de mercado (cf. Mbock, G., (2005, p.588)⁵².

Ninguém escapa à extraordinária velocidade do progresso técnico em áreas como a informática, telecomunicações e finanças (cf. Paulo Jr. (1997, pp. 1,2). Essas inovações tecnológicas, associadas à diminuição dos custos de transporte, à desregulamentação de diversos mercados e à remoção de controlos e barreiras, têm facilitado a crescente integração comercial e financeira dos mercados nacionais e a internacionalização dos próprios processos de produção em muitos sectores. Nas últimas décadas, o comércio internacional vem crescendo quase sempre mais do que a produção. Os fluxos internacionais de investimento directo estrangeiro mais do que o comércio. Ainda maior tem sido a expansão dos fluxos financeiros, cujos valores já ultrapassam por larga margem os estoques de liquidez internacionais `a disposição dos bancos centrais e dos governos nacionais (Ibid., 1997, pp. 1,2).

Do ponto de vista histórico, “globalização” remonta, em última análise, à expansão da civilização europeia a partir do final do século XV. Esse antigo processo de internacionalização e de criação de um mercado de alcance mundial foi lançado pela colonização, tendo resultado em ampliação das desigualdades entre os países colonizadores e os demais (Ibid., (1997, p. 4).

A afirmação de (Paulo Jr, 1997) é sustentada por (Hirst &Thompson 1996:9) que diz que, entre 1870 e a Primeira Guerra Mundial, vigorou um sistema económico aberto, apoiado em comunicações eficientes de longa distância (cabos submarinos telegráficos intercontinentais e meios de transporte industrializados (navios a vapor e ferrovias). No entanto, para eles os métodos modernos de comunicação e transporte ampliaram dramaticamente o volume e a complexidade das transacções, mas não se deve perder de vista que a economia internacional dispõe, há mais de cem anos, de meios de informação e transporte capazes de sustentar um sistema genuinamente internacional.

A globalização é uma fase do imperialismo, (cf. Pimenta 2004, pp.31,39) empolando algumas das suas características, continuando outras como anteriormente. A globalização gera novas realidades, mas

⁵²Gabriel Mbock (2005, p.588), II Simpósio Internacional Amílcar Cabral

também permite a continuidade das antigas. Nestas existirá uma grande probabilidade de as formas concretas que assumam sejam diferentes, sejam influenciadas pela globalização, mas também podem não acontecer.

As instituições internacionais, com particular destaque para o BM e o FMI, continuam a brandir a espada do crédito e do pagamento da dívida sobre os países que se possam revelar mais instáveis. No entanto, a internacionalização dos mercados financeiros permitiu o aparecimento ou reforço de mecanismos económico-especulativos de represália e de alteração da correlação de forças, a intervenção política nacional foi parcialmente substituída pela imposição de regras de organização político-social mundiais (Ibid., p. 135).

A mensagem central é que as políticas nacionais têm de se curvar aos imperativos da “nova economia global”. Qualquer desvio em relação aos supostos consensos da “globalização”, é imediatamente taxado como inviável em face do julgamento e das sanções dos mercados internacionais, vistos como todo-poderosos. (cf. Paulo Jr. 1997).

A globalização melhorou as condições para o comércio, mas não para os trabalhadores. Como resultado, enquanto se cria riqueza, a maioria das pessoas pelo mundo fora, não a partilham.

“O capital pode mover-se mais depressa do que há dois séculos atrás, mas os trabalhadores não. Eles são forçados a competir numa corrida pelas piores condições, enquanto os governos, desesperados por investimentos, competem para oferecer mais concessões e benefícios fiscais. Regras desiguais geram benefícios desiguais” (cf. Social Watch 2005).

A globalização pode ter um efeito devastador nos países em desenvolvimento e em especial na população pobre desses países. Acredita também que a globalização – a supressão dos entraves ao comércio livre e uma maior integração das economias nacionais – pode ser uma força benéfica e ter potencialidades para enriquecer toda a população mundial, em particular a pobre (cf. Stiglitz, 2004, p. 23). Para que isso aconteça é preciso que repensem radicalmente a globalização, nomeadamente os acordos comerciais internacionais, que tão importantes têm sido na supressão desses entraves, e as políticas impostas, no âmbito da globalização, aos países em desenvolvimento.

Os governos podem e devem adoptar políticas que ajudem os países a desenvolver-se, mas que os frutos desse desenvolvimento sejam partilhados

com maior equidade. Por exemplo, numa privatização (a venda de monopólios estatais a empresas privadas), mas só se ela ajudar as empresas a serem mais eficientes e a venderem os seus produtos a preços mais baixos aos consumidores (Ibid., 2004, p.25)

Os países desenvolvidos fingem ajudar os países em desenvolvimento, obrigando-os a abrir os seus mercados aos produtos dos países industrializados avançados, cujos mercados se mantêm protegidos. Estas políticas tornam os ricos mais ricos e os pobres cada vez mais pobres e cada vez mais revoltados.

Um fosso cada vez maior entre os que têm e os que não têm, lança para a pobreza mais negra um número crescente de pessoas no Terceiro Mundo, pessoas que vivem com menos de um dólar por dia. Apesar das sucessivas promessas de redução da pobreza, feitas na última década do século XX, o número de pobres aumentou em cerca de 100 milhões. Ao mesmo tempo, o rendimento mundial aumentou em média cerca de 2,5 por cento ao ano (Ibid., 2004, p. 42).

A globalização tem suscitado um prolongado e aceso debate sobre as tendências da distribuição do rendimento global, as suas ligações com a pobreza, e se a integração nos mercados globais está a levar a uma convergência, ou a uma divergência de rendimentos entre países ricos e pobres.

Em relação à maioria dos países mais pobres do mundo, a última década manteve uma tendência desanimadora: não só não conseguiram reduzir a pobreza, como também estão a ficar cada vez mais para trás em relação aos países ricos. Medido nos extremos, o hiato entre o cidadão médio dos países mais ricos e o cidadão médio dos países mais pobres é grande, e alarga-se e está a alargar-se.

Os dados da ONU apontam que a pobreza caiu de 28% em 1990, para 21 % em 2003 – uma redução em valor absoluto de cerca de 130 milhões de pessoas. Isso não quer dizer que vivemos num mundo menos desigual, pelo contrário, o crescimento económico mundial permitiu reduzir a pobreza ao mesmo tempo que aumentou o fosso entre ricos e pobres.

O progresso na redução da pobreza tem sido parcial (cf. RDH, 2005). Uma em cada cinco pessoas no mundo – mais de mil milhões de pessoas – ainda sobrevive com menos de 1 dólar por dia, um nível de pobreza que

ameaça a sobrevivência. Cerca de 1,5 mil milhões de pessoas vive com 1 a 2 dólares por dia. Mais de 40% da população mundial constituem com efeito, uma subclasse global, diariamente confrontada com a realidade ou com a ameaça de pobreza extrema.

Os países onde o índice de pobreza diminuiu consideravelmente são a China, Vietname e Índia, bem como as economias em transição da Europa do Leste. A América Latina e a África não apresentam um panorama optimista em matéria de redução da pobreza.

Em África, as elevadas expectativas criadas, após a independência das colónias, foram largamente frustradas. Pelo contrário, este continente afunda-se cada vez mais na miséria, com a queda do rendimento e o declínio dos níveis de vida. Os progressos registados na esperança de vida, arduamente conquistados nas últimas décadas, começaram a inverter-se. Apesar de a praga da SIDA ser o principal responsável por este retrocesso, a pobreza também mata. Até os países africanos, que abandonaram o socialismo, que conseguiram instalar governos relativamente honestos, que equilibraram os seus orçamentos e que controlaram a inflação, verificam que não conseguem atrair os investidores privados. E sem este tipo de investimento não existe crescimento económico.

Se a globalização não conseguiu reduzir a pobreza, também não conseguiu garantir a estabilidade.

Segundo dados do Banco Mundial, existem 1,3 mil milhões de pobres no mundo. Contudo, o Social watch⁵³ avisa que se as definições nacionais de pobreza fossem usadas em vez da “linha internacional para a pobreza extrema”, pelo menos mais de 500 milhões de pessoas dos países de rendimentos médios e altos seriam adicionados ao número total de pobres no mundo.

Defender a globalização, ao mesmo tempo que se ignora as preocupações de equidade global, é uma abordagem cada vez mais anacrónica dos desafios que a comunidade internacional enfrenta (RDH, 2005).

Os críticos da globalização acusam os países ocidentais de hipocrisia, e têm razão. O Ocidente obrigou os países pobres a eliminar as barreiras comerciais, mas manteve as suas próprias barreiras, impedindo os países

⁵³ Social Watch, uma rede internacional de monitorização com membros em 50 países – representada em Portugal pela oikos

em desenvolvimento de exportar os seus próprios produtos agrícolas e privando-os assim desse rendimento tão necessário (cf. Stiglitz, 2004 p.43).

Ainda que não seja culpado da hipocrisia, verdade é que foi o Ocidente a implementar a globalização, colhendo uma parte desproporcionada dos seus benefícios a custa dos países em desenvolvimento. Os países industrializados mais avançados recusaram abrir os seus mercados aos produtos dos países em desenvolvimento – mantendo por exemplo, as suas quotas num sem número de mercadorias, desde dos têxteis ao açúcar – ao mesmo tempo que insistiam com esses países para que abrissem os seus mercados aos produtos das nações mais ricas. Os países industriais mais avançados continuaram a subsidiar a agricultura, dificultando a concorrência dos países em desenvolvimento, ao mesmo tempo que insistiam para que eles eliminassem os subsídios aos produtos industriais.

Importante é o que a globalização faz à democracia, muitas vezes a globalização parece substituir as antigas ditaduras de elites nacionais por novas ditaduras de finança internacional. Os países são de facto avisados que, se não aceitarem determinadas condições, não poderão contar com empréstimos dos mercados de capitais nem do FMI. São praticamente obrigados a abdicar de uma parte da sua soberania, deixar que os caprichos dos mercados de capitais – nomeadamente dos especuladores cuja única preocupação é o lucro a curto prazo e não o crescimento a longo prazo do país nem a melhoria dos níveis de vida – os «disciplinem», dizendo-lhes o que devem e não devem fazer (Ibid., (2004, pp. 306, 307).

Os países em vias de desenvolvimento têm de assumir a responsabilidade pelo seu próprio bem-estar. Eles podem gerir o seu orçamento, de modo a viver de acordo com as suas possibilidades, por muitas escassas que estas sejam, e eliminar as barreiras proteccionistas que obrigam os consumidores a pagar preços mais altos, ainda que possam render grandes lucros a alguns. Podem criar uma regulamentação forte para se proteger dos especuladores externos ou do comportamento reprovável das empresas nacionais. E, o que é mais importante, os países em desenvolvimento precisam de um poder judicial forte e independente, responsabilidade democrática, abertura, transparência, e isenção da corrupção que sufoca a eficácia do sector público e o crescimento do sector privado (Ibid., 2004, p. 310).

A globalização é contestada e gera descontentamento em todo o mundo, porém, ela pode ser uma força benéfica – a das ideias democráticas e da sociedade civil mudou a maneira de pensar das pessoas, enquanto que os movimentos políticos globais impuseram o perdão das dívidas, ajudou centenas de milhões de pessoas a alcançar melhores níveis de vida, muito superiores aos que elas próprias julgariam. A globalização da economia beneficiou os países que souberam tirar partido dela, procurando novos mercados para as suas exportações e atraindo o investimento estrangeiro. Mesmo assim, os países que beneficiaram mais, foram aqueles que tomaram as rédeas do seu próprio destino e reconheceram o papel que o Estado pode desempenhar no desenvolvimento (Ibid, 2004 p.307).

Mas para milhões de pessoas, a globalização não funcionou. Muitos ficaram pior, quando perderam os seus empregos, a sua vida se tornou mais insegura. Sentem-se cada vez mais impotentes perante forças que escapam ao seu controlo. Assistiram à destruição das suas democracias, a erosão das suas culturas.

O aumento das desigualdades entre os países é uma situação inevitável das características da globalização (cf. Pimenta, C., 2004, p.133)⁵⁴. A importância da componente tecnológica exclui muitas sociedades da dinâmica global. A importância dos conhecimentos e da investigação conduz aos mesmos resultados.

«O conhecimento torna-se um imput primordial: a sua produção e detenção obedecem a lógicas cumulativas que geram desigualdades crescentes entre os indivíduos e os territórios. Em primeiro lugar, a mundialização está longe de corresponder a uma verdadeira integração planetária das economias nas trocas de bens, de capitais e de tecnologia».

Numa economia nacional, os governos que procuram maior equidade nos resultados da distribuição podem utilizar um conjunto de instrumentos de política, tais como: transferências fiscais, despesa pública para aumentar os activos dos pobres e medidas para aumentar as oportunidades de mercado fariam parte desse conjunto (cf. RDH, 2005). O investimento público desempenharia um papel essencial não só na ultrapassagem da desvantagem imediata, mas também no equipamento das pessoas com as capacidades de que precisam para sair da pobreza e aumentar a sua auto-suficiência.

⁵⁴Apud. , MOUHOUD

4.1 O PAPEL DO ESTADO NO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO

O liberalismo é a defesa de toda e qualquer intervenção político-estatal que beneficie o capital internacional dominante e o combate a toda aquela que não se pautar por esses objectivos (cf. Pimenta, C., 2004, P. 137).

A) A desregulamentação social e a hegemonia dos «mercados» têm sido uma decisão política.

«No mercado de bens as manifestações da anarquia da produção estão sempre presentes: territórios com enormes recursos naturais estão dependentes do exterior; dezenas de anos de políticas desenvolvimentistas confrontam-se com a persistência do subdesenvolvimento e a existência de sinais inquietantes de agravamento; o mercado de trabalho persiste com desemprego e este torna-se em marca da civilização ocidental, sempre mais persistente e resistente às políticas; as vendas de produto oscilam entre as tendências inflacionistas do crédito gerador de uma pseudo validação privada geradora de uma pseudo validação privada do trabalho social e as crises de superprodução» (Ibid., 2004).

B) O Estado tem tido um papel importante em diversos países que são partes integrantes do sistema capitalista mundial.

Cita como exemplo as economias industrializadas asiáticas que foram saudadas como demonstrações de que o desenvolvimento económico era possível. A estratégia do Estado era desenvolver as empresas com vista a enfrentar a concorrência da globalização.

C) Esta internacionalização exige pouco défice estatal, desprotecção social e fiscalidade ligeira.

«Os movimentos internacionais de capitais dão-se mal com a inflação.

As instabilidades bolsistas ou cambiais podem ser momentos propícios, mas sob influência do próprio capital. A opção entre mais inflação e emprego ou mais estabilidade cambial ameaça de crise deixa de ter sentido, como deixa a consideração de qualquer preocupação social» (Ibid., 2004).

O conflito capital-trabalho, também apresentado paradoxalmente como conflito socio-económico, exige uma intervenção do Estado.

É o Estado que garante a manutenção da ordem pública, mesmo quando as políticas económicas geram o descontentamento e as revoltas

populares, é o Estado que fornece o enquadramento jurídico que permite a própria política liberalizante, é o Estado que continua a enquadrar o poder judiciário, é ainda o Estado que permite, incentiva e colabora na produção ideológica de defesa do liberalismo e da globalização (Ibid, 2004, p.142).

O caso de Cabo Verde, embora com pouca expressão a nível internacional, ilustra a participação do Estado no processo de globalização, visto que a partir dos anos 90, muitas medidas foram tomadas para fazer fase as mudanças ocorridas no mundo. As reformas económicas levadas a cabo são talvez o traço distintivo desse período. As principais orientações e medidas de política adoptadas, no âmbito dessas reformas, podem ser sintetizadas como sendo:

A) Reforma do sector financeiro e monetário, incluindo fundamentalmente (a) reforço do sistema de supervisão e da actividade reguladora, que se concretizou, por um lado, pela autonomização das actividades da banca comercial (criação de um novo banco público, posteriormente privado) até então exercidas pelo Banco de Cabo Verde em regime de monobanco, e sua efectiva consagração como Banco Central, entidade de supervisão bancária e de execução da política monetária; por outro lado, pela adequação das regras de prudência à nova realidade do sector, e pela instituição de uma nova entidade reguladora das actividades de seguro e resseguro; (b) autonomização da política monetária e adopção de instrumentos de regulação indirecta em substituição dos mecanismos administrativos até então prevaletentes (c) criação dos títulos de dívida pública para dar satisfação às necessidades de financiamento decorrentes da execução do orçamento do Estado (d) abertura do sector à iniciativa privada e à concorrência, com o licenciamento de novos bancos comerciais e companhias de seguros (e) modernização do sistema de pagamentos (f) liberalização das taxas de juro activas e passivas (g) privatização das instituições financeiras de capital público (h) liberalização dos movimentos cambiais.

B) Reforma do sistema fiscal e da administração financeira do Estado, incluindo fundamentalmente (a) separação da política fiscal da monetária (b) reforma da fiscalidade, que se traduziu no alargamento da base tributária (ex: os funcionários públicos que eram isentos do pagamento de impostos, passaram a ser tributados), melhoria da eficiência do sis-

tema de cobrança, introdução do Imposto Único sobre o Rendimento das pessoas singulares e das pessoas colectivas, em substituição de diversos impostos cedulares existentes na altura, criação do imposto único sobre o património, em substituição de diversos impostos municipais sobre o património (c) reforma do sistema de administração financeira através do desenvolvimento do sistema de informação relativo a execução da política fiscal e orçamental, da bancarização completa das operações do Tesouro e desenvolvimento do mercado de capitais; da integração dos vários componentes da gestão financeira pública e desenvolvimento institucional dos departamentos responsáveis pela execução da melhoria da acção fiscalizadora e inspectiva do Estado.

C) Eliminação do controle de preços, mantendo-se apenas o regime flexível de preços máximos fixados pelo Estado em domínios como os combustíveis e cereais básicos. Remoção das restrições quantitativas e simplificação do sistema de tarifas no regime das importações. Liberalização das importações, particularmente através da eliminação de “plafons” e de autorizações prévias do monopólio estatal sobre a importação de produtos alimentares básicos.

D) Promoção do investimento externo e das exportações. Foi criada uma Agência especializada na promoção do investimento estrangeiro, o PROMEX, e adoptado um conjunto de incentivos fiscais e de outra natureza, destinados a atrair o investimento externo. Flexibilização do mercado de trabalho, através da reforma da legislação de trabalho, que passou a adoptar o regime de contrato de trabalho como regime principal de relações contratuais entre o empregador e o empregado.

E) Reestruturação do sector empresarial do Estado e a sua privatização.

F) Eliminação das restrições à intervenção da iniciativa privada em sectores tidos por estratégicos, tais como telecomunicações, energia e água entre outros.

As medidas de reforma acima mencionadas foram implementadas ao longo dos anos 1991/99, mas com ritmo e alcance diferentes, podendo identificar-se com clareza dois períodos distintos; o primeiro, que abarca os anos 1991/96 e, uma segunda fase, que abrange os 1997/99. Neste segundo período, as reformas foram aceleradas e aprofundadas, já no

âmbito de acordos formais com instituições financeiras internacionais, nomeadamente o FMI o BM e outras organizações como a União Europeia. Assim, no concernente às medidas de liberalização do comércio externo, a primeira fase das reformas eliminou o sistema de plafons e a maior parte das restrições quantitativas atribuiu mais espaço de intervenção ao sector privado. No segundo período, as restrições quantitativas foram completamente removidas, sendo substituídas por um novo regime tarifário, ao mesmo tempo que se eliminava o monopólio do Estado na importação de cereais e o controle de preços.

G) Um dos traços mais característicos do segundo período de reformas foi a aceleração e o alargamento do processo das privatizações. O novo ciclo iniciado em 1997, incluindo quase todas as empresas públicas de grande impacto económico, mesmo os monopólios estatais em sectores básicos, nomeadamente nos sectores financeiros, da energia, da água, os combustíveis, o comércio, os portos e transportes aéreos. (Os dois últimos casos ficaram por privatizar devido à mudança de governo). As privatizações do segundo período têm ainda um outro aspecto diferenciador importante, no respeitante ao seu impacto no quadro das reformas económicas. Nos termos do acordo com o Banco Mundial, o Governo de Cabo Verde deveria contribuir com uma soma de US\$80 milhões para um Trust Fund⁵⁵ criado com o objectivo de eliminar a dívida interna. O Trust Fund é, pois, um veículo fundamental de integração das reformas macroeconómicas (privatizações) na regulação macroeconómica, particularmente no domínio crítico da política fiscal.

H) No plano macroeconómico, verificaram-se alterações fundamentais na segunda fase. No essencial, essas alterações foram motivadas pela necessidade de corrigir a derrapagem fiscal ocorrida no primeiro período, derivada de um deficit orçamental insustentável. As medidas visando o aumento dos rendimentos fiscais foram aceleradas neste período. No entanto, foi no quadro dos objectivos macroeconómicos acordados entre o governo e os parceiros externos, nomeadamente o FMI, a União Europeia e Portugal, que se introduziram alterações importantes na condução da política macroeconómica. Os Acordos Standby com o FMI, e a Convertibilidade do escudo cabo-verdiano firmado com Portugal,

⁵⁵ International Support for Cabo Verde Stabilization,

fixaram metas estritas no plano fiscal e monetário, que tiveram grande impacto na correcção do curso da política fiscal. É neste novo quadro que o governo decretou a liberalização dos movimentos cambiais relativos as contas correntes e de capital, uma medida de grande alcance para a transparência da política cambial e para o reforço da confiança dos investidores na economia cabo-verdiana.

Os anos noventa foram também propícios à economia subterrânea em Cabo Verde. As riquezas individuais aumentaram-se, muitos por tráfico e venda de droga, proliferaram cambistas, mercadores ambulantes, taxistas clandestinos e evasão fiscal, fazendo com que houvesse denúncias de corrupção nas Alfandegas, para além dos imigrantes clandestinos nas obras públicas, trabalhando horas excessivas, sem nenhuma condição de segurança e higiene.

O sector informal é prova da proliferação de actividades subterrâneas em Cabo Verde, um inquérito sobre a economia informal, realizado pelo IIEFP em 1999, veio mostrar a quantidade de empresas já existentes. No entanto, de acordo com Marzia Grassi (2003, pp. 154,155) o inquérito da IIEFP tem o mérito de ter em conta a realidade informal e de tentar medi-la. Por outro lado, as suas limitações, quanto ao método de recolha, obedecem mais a critérios políticos do que à incapacidade técnica.

Várias razões estão na origem do crescimento do sector informal. Uma das mais importantes prende-se com as migrações campo/cidade devido às secas e à consequente degradação das estruturas agrícolas. As migrações internas têm aumentado o número de pessoas no sector informal por causa da dificuldade em encontrar emprego no sector formal urbano. O processo de concentração urbana acelerada, após a independência, tem provocado um considerável aumento da população urbana que não tem sido acompanhado pelo ritmo de produção de emprego no sector formal da economia.

Uma outra razão da procura da economia informal é porque conseguem os rendimentos superiores aos que conseguiriam no sector formal. Outro aspecto positivo é a reprodução social e cultural que permite a manutenção de valores tradicionais e a sua adaptação aos novos contextos propostos pelas políticas de desenvolvimento centrais, o que o sector formal não proporciona (Ibid., 2003, p. 155).

Com a imigração chinesa e africana, este sector vem crescendo a um ritmo acelerado, com pessoas oriundas desses países espalhadas por todos os cantos do país, como vendedores ambulantes.

A Economia Subterrânea, é sinónimo de Economia Informal, Economia Illegal ou Economia Paralela. Um fenómeno que não é exclusivo apenas dos países subdesenvolvidos, seu crescimento no mundo actual leva a tentativas mais precisas de definição, uma delas sendo “a produção de bens e serviços, legais ou ilegais, que se baseia na economia de mercado, mas que escapa da detecção das estimativas oficiais do PIB” (F.Schneider e D.Enste, *Shadow economies around the world*, IMF WP 26, 2000). Acredita-se que o crescimento dessa economia se deva ao aumento da carga tributária e de impostos, e do sistema de seguridade social nos Estados nacionais. Estudos realizados na Alemanha e na Áustria mostram que $\frac{2}{3}$ do valor agregado produzido na economia subterrânea não seria produzido na economia oficial caso a economia subterrânea não existisse. A economia subterrânea tem sido classificada em dois grandes grupos: legais e ilegais, ambas subdivididas em transacções monetárias (comércio de bens roubados; indústria e tráfico de drogas; jogo, contrabando, fraude; evasão) e transacções não-monetárias (escambo⁵⁶ de bens, serviços legais; trabalho de tipo auto-ajuda; ajuda comunitária). Além do vínculo com a corrupção, existem efeitos socio-económicos (competição com os produtores e trabalhadores ‘oficiais’; erosão da base de impostos e da segurança social; decréscimo da receita em impostos com efeitos sobre o défice orçamentário) e políticos (indicadores erróneos na elaboração de políticas públicas, geralmente baseadas em indicadores ‘oficiais’ como desemprego, renda, consumo, levando a medidas questionáveis e questionadas). Por outro lado: a) calcula-se que pelo menos $\frac{2}{3}$ da renda auferida na economia subterrânea é imediatamente gasta na economia oficial; b) reduz o custo de reprodução da mão-de-obra; c) dissipa os efeitos políticos e sociais da redução da oferta de emprego na economia formal⁵⁷

⁵⁶ Escambo (ou troca directa) consiste na troca de bens por outros bens consoante a necessidade dos proprietários dos bens, especialmente quando não existe a moeda. Inicialmente o homem produzia tudo de que necessitasse em sua terra, o que excedia ele trocava com aqueles que produziam o que ele não tinha, entendido como início do comércio

⁵⁷ Schneider, Friedrich. 2006. *Shadow Economies and Corruption All Over the World: What Do You Really Know?* IZA – Discussion Paper (2315)

Alguns sectores de actividade pertencem, em grande percentagem, a economia subterrânea (cf. Pimenta, C., 2004, p. 248). São casos da droga (produção agrícola, transformação industrial, armazenamento e transporte, comercialização) e das actividades de guerra (produção, armazenamento, transporte e comercialização de armamentos; prestação de serviços de assessoria militar e actividades de mercenários). São as tradicionais actividades de contrabando de todo e qualquer bem que dessa forma contorna os impedimentos legais e foge ao pagamento de taxas e impostos diversos. São igualmente os movimentos clandestinos de mão-de-obra. São o roubo, armazenamento, transporte e comercialização de órgãos humanos. São as burlas informáticas e de telecomunicações, etc.

À semelhança de Cabo Verde, e as vezes com contornos alarmantes, a economia subterrânea nos países africanos, e em particular nos países da CEDEAO, vem aumentando de ano para ano, uma média de 43,3% em 1999/2000, 44,7% em 2001/2002 e 45,6% em 2002/2003, um aumento de 2,3% num período de quatro anos. O maior aumento da economia subterrânea durante esse período aconteceu no Benin e na Nigéria (com 49,1% e 59,4% respectivamente). (Ver quadro nº12)

Quadro 15: A dimensão da economia subterrânea nos países da CEDEAO, 1999 - 2003

Países	Economia subterrânea % do PIB		
	1999/2000	2001/2002	2002/2003
Benin	47,3	48,2	49,1
Burkina-Faso	41,2	42,6	43,3
Costa do Marfim	43,2	44,3	45,2
Ghana	41,9	42,7	43,6
Guiné Conakry	39,6	40,8	41,3
Mali	42,3	43,9	44,7
Níger	41,9	42,6	43,8
Nigéria	57,9	58,6	59,4
Senegal	45,1	46,8	47,5
Serra Leoa	41,7	42,8	43,9
Togo	35,1	39,2	40,4
Média	43,3	44,7	45,6

Fonte: Schneider, Friedrich. 2006. Shadow Economies and All Over the World: Corruption All Over de World: IZA – Discussion Paper (2315)

Os países que não foram contemplados no estudo, foram Cabo Verde, Guiné-Bissau, Gambia e Libéria, este último não aparece em nenhum estudo efectuado sobre a África.

4.2 ÁFRICA/GLOBALIZAÇÃO

A África foi integrada no sistema global desde o início da construção desse sistema, na fase do mercantilismo do princípio do capitalismo (os séculos XVI, XVII e XVIII) (cf. Amin S., 2005 p. 569). A principal periferia nesses tempos era formada pelas Américas coloniais, onde foi estabelecida uma economia virada para a exportação, dominada pelos interesses mercantis capitalistas do Atlântico Europeu. Por sua vez, essa economia de exportação, concentrada no açúcar e no algodão, baseava-se no trabalho escravo. Por conseguinte, através do comércio de escravos, uma grande parte da África ao sul do sahará foi integrada neste sistema global desta maneira altamente destrutiva. Uma grande parte do “atraso” posterior do continente deve-se a esta forma de “integração”, que conduziu à diminuição da população, a tal ponto que só agora a África recuperou a proporção da população global do mundo que tinha por volta de 1500 DC. Isso conduziu também ao desmantelamento das maiores organizações estatais anteriormente existentes, que foram substituídas por sistemas militares brutais, em guerra permanente.

A segunda onda de integração da África no sistema global foi no período colonial, sensivelmente entre 1880 e 1960. Uma vez conquistada era preciso “desenvolver” a África. Nessa conjuntura, surgiram tanto as ideias do capitalismo mundial, sobre os recursos naturais que possuíam as diversas regiões, assim como as da história anterior das sociedades africanas (Ibid., 2005).

Quase todo o continente africano foi integrado na esfera do capital internacional, passaram a envolver-se na globalização devido a intervenção da Organização Mundial do Comércio (OMC), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM) (cf. Pimenta C., (2004 p.140). Essas organizações têm como função servir de intermediários entre as necessidades financeiras dos Estados e os consórcios bancários

das economias centrais, impor determinadas taxas de juro nos créditos internacionais, negociar condições de financiamento interno das economias e de comportamento político dos Estados, impor políticas educativas, culturais económicas e sociais aos Estados que deles dependem e não têm força política para se imporem, são interferências permanentes e abusivas destas instituições.

4.3 O PROBLEMA ECONÓMICO DA ÁFRICA

Os ricos exploram e empobrecem os pobres, impedem o seu desenvolvimento económico, e também os mantêm interna e externamente desunidos (Kenneth N. Waltz, 2002, p. 53)⁵⁸. A relação imperialista entre ricos e pobres é a principal explicação para o bem-estar dos poucos e o sofrimento dos muitos. Esta constatação pode estar relacionada com o continente africano que, durante dezenas de anos, se manteve desunido e empobrecido, devido à clivagem criada pela partilha de África pelos imperialistas europeus nomeadamente França, Inglaterra, Portugal, Alemanha, Bélgica, etc.

Após 1870, a Europa partilha entre si a maior parte da África. A colonização directa concretiza-se pela transposição de um aparelho de Estado metropolitano. Este «pacífica», cria um quadro regulamentar e realiza funções económicas de base. Apoia-se, no entanto, em certas instituições existentes e não pode ser analisado como a simples transposição de um corpo estrangeiro (Hugon, 1999, p. 30),

O esforço de balcanização secular da África atingiu claramente o seu objectivo: sob a capa de construir Estados, logrou multiplicar administrações públicas frágeis, facilmente controláveis, impediu teimosamente a eclosão de uma África dos povos (cf. Mbock, G., 2005, p.593). Porque uma regionalização dos povos de África anularia as fronteiras artificiais e permitiria, sem dúvida, a partilha de múltiplos recursos, em proveito do continente.

O balanço de desenvolvimento, ao fim de quatro décadas, mostra contrastes surgindo a tentação de renunciar à expressão comum de Ter-

⁵⁸ Apud, Galtung

ceiro Mundo para designar o conjunto de países nos quais se aplicaram a referida política (cf. Amin, S., 2000, p. 229). Hoje contrapõe-se, com certa razão, um Terceiro Mundo de recente industrialização, competitiva, ao Quarto Mundo marginalizado a que pertence a África no seu conjunto. Faz-se notar, não sem argumentos, que o primeiro grupo de países não passa pelas aflições da crise geral do capitalismo contemporâneo, e que regista altas taxas de crescimento, sobretudo na Ásia oriental, enquanto o segundo grupo, golpeado pela crise, parece incapaz de responder aos desafios que enfrenta.

Embora houvesse diferença nos discursos ideológicos, o objectivo das políticas de desenvolvimento foi o mesmo na Ásia, África e América Latina durante o pós-guerra, a partir de 1948-1950, ou de 1960 para a África sub-sahariana (nesta altura tiveram a independência a maioria dos Estados que a integram), trata-se de um projecto nacionalista, em que se propunha acelerar a modernização e enriquecer a sociedade mediante a industrialização, (Ibid., 2000, P. 229)

Para (Amin, 2000) todos os movimentos de libertação, tanto na América Latina, na África, no Oriente islâmico, na Índia no Sudeste asiático, para lá da sua diversidade, (todos os movimentos de libertação nacional) tinham os mesmos objectivos: a independência política, a modernização do Estado e a industrialização.

A industrialização implicava construir um mercado interno e protegê-lo de uma concorrência devastadora, que podia impedir a sua formação. Para isso partia-se de constatações de senso comum: encontravam-se disponíveis matérias-primas, de origem agrícola (algodão, produtos alimentícios, madeira, etc. ou mineira, recursos naturais já conhecidos e explorados ou pouco conhecidos, que deviam permitir a produção de energia, materiais de construção, aço, produtos químicos essenciais, e havia um mercado interno que se abastecia de importações de produtos manufacturados de consumo corrente (têxteis, mobiliário, utensílios e aparelhos, etc.). não havia razão para não potenciar estas capacidades, nem para que não se voltasse a fazer o que os ocidentais tinham feito no seu tempo: uma revolução industrial. As fórmulas podiam variar segundo as circunstâncias – as dimensões do mercado interno, ou recursos disponíveis, ou inclusivo, segundo as teses mais ou menos teóricas, ou ideológicas, que davam

prioridade à produção rápida de indústrias ligeiras de consumo, ou à de bens que deviam permitir mais tarde acelerar a primeira (de acordo com o que propunha a tese das “indústrias industrializantes” racionalizada pelo modelo soviético). Em todo o caso o objectivo final era o mesmo.

O senso comum daquela época defendia que a tecnologia necessária para a industrialização só podia ser importada, mas para isso não era necessário que a propriedade das instalações por construir fosse de capital estrangeiro. Tudo dependia do poder de negociação dos intervenientes nesse processo. Devia convidar-se o capital financeiro a investir no país ou a atribuir empréstimos. A propriedade privada estrangeira, financiamento público assegurado pelo próprio país ou a ajuda externa em doações e crédito – ajudaria a estimativa dos meios e dos custos (Ibid., 2000, pp.230-231).

Estes planos de aceleração do crescimento económico, mediante a industrialização, só seriam possíveis com as exportações tradicionais à mão, fosse elas de produtos agrícolas ou minerais. Nenhuma estratégia de desenvolvimento conhecida se orientou à partida para exportação. Nenhuma dessas estratégias foi direccionada para o mercado mundial para assegurar supostas vantagens comparativas. Em todos os casos, a prioridade era o mercado interno, e as exportações constituíam um meio necessário para financiar as importações.

A construção do mercado interno, eixo de todas as políticas de desenvolvimento, não equivale a uma estratégia de industrialização por substituição de importações, à qual se oporia uma estratégia orientada para a exportação, existente naquela altura. Procurava-se que a industrialização abrisse o seu próprio mercado enquanto se substituíam as importações anteriores.

A estratégia de industrialização por substituição de importações, excessiva, consagrou quase a totalidade dos recursos disponíveis a um sector secundário mal dimensionado, instalado nos centros urbanos, originando hipertrofia e estrangulamentos, causando profundas rupturas no sector primário dos bens alimentares com o empobrecimento dos camponeses, o êxodo rural, o abandono da agricultura e a diminuição das produções agrícolas. É uma das razões que leva os (PED) africanos a recorrer a importações de produtos alimentares, factor que contribuiu para o agravamento da dívida externa (cf. Torres. A., (1999), p. 136).

A urbanização, os trabalhos de infra-estrutura, transportes e comunicações, a educação e os serviços sociais tinham sem dúvida por objectivo, pelo menos em parte, servir a industrialização com meios e mão-de-obra bem qualificada. Estes objectivos tinham fim próprio, construir um Estado nacional e modernizar os comportamentos, como se depreende do discurso nacionalista e trans-étnico da época (Ibid., 1999).

Logo após a independência, o Estado passou a controlar a maioria dos investimentos, regulava a economia através de um sistema de preços administrados e punha em prática instrumentos de política macroeconómica Keynesianos (cf. Hugon, 1999, pp. 38,39).

Este modelo pós colonial foi-se esgotando progressivamente; neste sentido, a economia de endividamento da década de setenta adiou a crise, agravando-a a prazo. Os dirigentes africanos influenciados pelos banqueiros e negociantes do Norte iniciaram a execução de projectos inadequados chamados «elefantes brancos» e uma nacionalização de empresas estrangeiras, largamente financiadas pelo endividamento externo.

Este período é caracterizado por uma fraca competitividade externa. As exportações agrícolas cresceram menos do que as importações.

A África permanece confrontada com vários problemas que existem desde a independência (subordinação quase exclusiva face às exportações de produtos de base, ausência de tecido industrial, fracas taxas de poupança e de investimento, rentabilidade limitada do capital detido, dada a situação de risco, cobertura limitada das necessidades de saúde e educação...), devendo ainda gerir o passivo da dívida e responder aos desafios demográficos (Ibid., p. 40).

Naquela altura via-se na intervenção do Estado, um elemento essencial para a construção do mercado e a modernização. A esquerda radical de inspiração socialista, de acordo com a sua própria leitura ideológica – identificava a expansão deste estatismo com a supressão gradual da propriedade privada. A direita nacionalista, embora não tivesse este objectivo, também era intervencionista e estatista: a construção de interesses privados que propunha, exigia, segundo ela, um vigoroso estatismo (cf. Amin S., 2000 p.232).

Durante os anos 80 e 90, os governos ocidentais impuseram políticas orçamentais draconianas em África (cf. Sachs, J., 2006, pp. 284,285).

O FMI e o Banco Mundial foram virtualmente os gestores das políticas económicas do continente afogado em dívidas, recomendando regimes de aperto de cinto orçamental, conhecidos tecnicamente como programas de ajustamento estrutural. Esses programas contribuíram ainda mais para o empobrecimento da África. No início do século XXI, a África estava mais pobre do que nos anos 60, aquando da chegada do FMI e do Banco Mundial ao continente, com as doenças, o crescimento da população e a degradação ambiental a saírem fora do controlo.

A ideia defendida por muitos de que a corrupção e a má governação são os responsáveis pelos insucessos socio-económicos pode não ser o suficiente, visto que, desde cerca de 1500, aos inícios do século XIX, seguiu-se um século de brutal domínio colonial. Longe de elevar economicamente a África, a era colonial deixou o continente privado de cidadãos e líderes com educação, de infra-estruturas básicas e de infra-estruturas de saúde pública. As fronteiras dos novos Estados independentes seguiram as linhas arbitrárias dos anteriores impérios, dividindo grupos étnicos, ecossistemas, bacias geográficas e reservatórios de recursos de forma arbitrária (Ibid., 2006). O exemplo comparativo entre o crescimento económico e a corrupção na Ásia e na África, é elucidativo (ver quadro nº 13).

		Índice da percepção da corrupção	Crescimento médio anual do PIB per-capita 1980-2000
África subariana	Ghana	70	0.3
	Senegal	76	0.5
	Mali	78	-0.5
	Malawi	83	0.2
Leste asiático	Índia	83	3.5
	Paquistão	92	2.4
	Indonésia	122	3.5
	Bangladesh	133	2

Fonte: Transparency International, Global Corruption report (Londres, Pluto Press 2004).

Quadro 16: Corrupção e crescimento económico na África Sub-sahariana e Leste Asiático, 1980 - 2000

A inserção da África no capitalismo mundial teria de resultar catástrofica. Com efeito a valorização colonial é responsável pelas imensas debilidades que pesam ainda hoje sobre o destino do continente (cf. Amin, S., (2000 pp.239,240). Primeiro atrasou – de um século qualquer esboço

de revolução agrícola. Aqui podia extrair-se um excedente do trabalho dos camponeses e da riqueza que a natureza oferecia, sem investir na modernização (nem máquinas, nem fertilizantes), sem pagar verdadeiramente o trabalho (que se reproduzia no quadro da auto-suficiência tradicional), e sem garantir sequer a manutenção das condições naturais de reprodução da riqueza (saque dos solos agrários e das florestas). As regressões ocasionadas por este modo de “valorização” chegaram a graus extremos nas regiões onde operou a economia de saque. Contudo, podemos afirmar que, no Congo Belga, compensou-se de forma parcial este efeito destrutivo mediante a criação de embrião industrial, precoce em comparação com outros. Aqui, está-se a referir às indústrias de substituição de importações que se instalaram em Kinshasa (nessa época Leopoldville), depois da segunda Guerra Mundial, o que se explica pela abertura da Bélgica à concorrência estrangeira, num momento em que a França e a Inglaterra se protegiam desta. Contudo, a história posterior haveria de demonstrar que se tratava apenas de um embrião frágil, nem sequer o esboço de uma revolução industrial.

Simultaneamente, este modo de valorização das riquezas naturais, que se exploraram no quadro da divisão mundial do trabalho desigual da época, inibiu a formação de qualquer burguesia local. Pelo contrário, cada vez que esta começava a formar-se, as autoridades coloniais apressavam-se a liquidá-las.

As “críticas” da África independente, das suas classes médias políticas corruptas, da falta de orientação económico, da tenacidade das estruturas comunitárias rurais, esquecem que estas características da África contemporâneas foram forjadas entre 1880 e 1960 (cf. Amin 2005, p. 571).

As debilidades das equipas políticas que se encarregaram da África independente eram as do capitalismo periférico, tal como se tinha forjado. Isto não tira que a responsabilidade das metrópoles continue a ser de monta: quando o movimento de libertação nacional, apesar das debilidades da sociedade colonial, criou elites potencialmente capazes de ir mais longe, uniram-se todos os esforços para afundar as oportunidades que a África tinha para sair do fosso em que se encontrava.

Samir Amin vai mais longe e critica a forma como foram implementados os Acordos de Lomé que vincularam e continuam a vincular – a

África subsahariana à Europa da CEE (hoje UE). Estes acordos com efeito perpetuaram a antiga divisão do trabalho, e relegaram a África independente às funções de produtora de matérias primas, justamente no momento em que – na época de Bandung (de 1955 a 1975) – o Terceiro Mundo se comprometeria noutras latitudes com a revolução industrial. Fizeram a África perder cerca de trinta anos, num momento decisivo de mudança histórica. Aqui as classes dirigentes africanas têm a sua parte de responsabilidade, principalmente quando se juntaram aos partidários do neocolonialismo contra as aspirações do seu próprio povo. O conluio entre as classes dirigentes africanas e as estratégias globais do imperialismo é por conseguinte a causa última do fracasso.

Enquanto que um certo número de países da Ásia e da América Latina se envolveram, durante as “décadas de desenvolvimento” da segunda metade do século XX, num processo de industrialização que, em certos casos, se tornou competitivo nos mercados mundiais, o “desenvolvimento com sucesso” (na verdade, crescimento sem desenvolvimento) permaneceu em África dentro, velha divisão do trabalho, isto é, o fornecimento de matérias-primas.

Nos anos 80, a África foi submetida ao “programa de ajustamento estrutural”, aplicados forçosamente. Esses programados na realidade não são estruturais, mas sim conjunturais (Amin 2000), visto que o seu objectivo real e exclusivo é a subordinação das economias da África ao constrangimento de reparar a elevada dívida externa, que por sua vez, é, em grande medida, produto da estagnação que começa a aparecer nos PMA, juntamente com a crescente crise do sistema global.

A crise global é caracterizada por uma crescente desigualdade na distribuição da riqueza, altas taxas de lucros e, por conseguinte, um grande excedente de capital que não pode encontrar uma saída na expansão dos sistemas de produção.

O peso da dívida externa atingiu níveis insustentáveis. Como pode um país pobre africano reservar metade ou mais da sua exportação para pagar os juros dessa dívida, ao mesmo tempo que se lhe exige que seja “mais eficiente” e “ajustado”.

Os resultados desastrosos destas são conhecidos: retrocesso económico, desastre social, crescente instabilidade e, mesmo desmembramento

total de sociedades (como no Ruanda, na Somália, Libéria, Serra Leoa) (cf. Amin, S., 2005, p.574). Durante toda a época de 90, a taxa de crescimento do PIB da África foi negativa (-2), sendo a África única nesse caso. Consequentemente, a participação da África no comércio global diminuiu. Esse facto está sendo classificado de marginalização ou má integração no sistema global.

Os países africanos e os governos devem desenvolver contra-estratégias para fazer face às estratégias adoptadas pelos países desenvolvidos, através das TNC, semelhante às que os países asiáticos estão a tentar desenvolver (Ibid., 2005).

Os investimentos directos estrangeiros são insignificantes e exclusivamente concentrados nos recursos minerais existentes no continente.

Mudanças urgentes, a vários níveis nacionais, são necessárias, nomeadamente a boa governação e “democracia política multipartidária”, assim como a nível regional e global. Um outro padrão de globalização emergiria então, gradualmente, a partir dessas mudanças, tornando possível a correcção da má integração da África no sistema global.

Para atingir os Objectivos do Milénio e integrar-se no mundo globalizado, os governos ocidentais devem primeiramente cancelar as dívidas dos países africanos, visando investimentos na educação e na saúde, segundo, os países ricos deveriam ter realizado doações aos países pobres em vez de empréstimos, para que estes não tivessem sequer chegado a endividar-se (cf. Sachs, J., 2006, pp. 410,411). Um Plano Marshall para a reconstrução da África, à semelhança do que aconteceu com os EUA, após a segunda Guerra Mundial em relação a reconstrução europeia, seria uma opção para atingir os objectivos de desenvolvimento preconizados pelas Nações Unidas.

4.4 A NOVA PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO AFRICANO (NEPAD)

A NEPAD é a consequência de três iniciativas anteriores, todas tomadas entre 2000 e 2001. A primeira foi o Millennium partnership for África's Recovery Programa (MAP), inspirado pelo Presidente Mbeki da África do

Sul. Sob os auspícios da OUA, Mbeki investigou, juntamente com os Presidentes Obasanjo (Nigéria) e Bouteflika (Argélia), a melhor forma para o continente africano superar a sua situação económica. A Visão de Bouteflika de um «Renascimento Africano», expressa no documento, realça não só o desenvolvimento, mas também questões culturais, sociais e políticas.

A segunda foi o Plano OMEGA, apresentado pelo novo Presidente do Senegal, Abdoulaye Wade. O documento concebido nos inícios de 2001, enfatiza a necessidade de uma abordagem regional para projectos infraestruturais e educacionais. Recebeu um forte apoio dos países francófonos. A terceira foi o «Compact for África Recovery», preparado pelo Secretariado Executivo da Comissão Económica das Nações Unidas para a África, K Y Amoako, em resposta a um apelo feito pelos ministros africanos das finanças nos finais de 2000.

O documento da NEPAD é revelador das suas origens, uma vez que reflecte os compromissos necessários para juntar às três correntes. O MAP centrava-se muito em novas formas de trabalhar. O Plano OMEGA foi inicialmente uma estratégia para o investimento em infra-estruturas. O Compacto da CEA, de longe a mais substantiva das iniciativas, carecia do apoio dos mais importantes intervenientes, e suas ideias foram, por conseguinte, minorizadas no documento da NEPAD. No entanto, a sua ênfase na “parceria reforçada” (*enhanced partnership*), na responsabilização mútua, e num compromisso em relação aos resultados do desenvolvimento e em relação a um processo de *peer review*, ou seja, exame pelos pares, surgiram como principais pilares da NEPAD.

Na conferência conjunta dos ministros africanos de finanças e planeamento económico, decorrida em Argel, em Maio de 2001, foi tomada a decisão de amalgamar estas propostas sob a denominação de “New African Initiative”. A Cimeira da OUA de Julho de 2001, em Lusaka, então, delegou a responsabilidade de gestão deste projecto a um Comité de Implementação, formado pelos quinze chefes de Estado. Finalmente, em Outubro de 2001, o Comité alterou a designação para “New Partnership for Africa’s Development (NEPAD)”, tendo um Secretariado na África do Sul.

4.4.1 Os principais objectivos da NEPAD

A principal ambição económica da NEPAD é alcançar os 7% de crescimento anual, necessários para atingir um dos objectivos da Declaração do Milénio das Nações Unidas – reduzir para metade, até 2015, o número de pobres. Para preencher este requisito, a África deverá crescer mais do que o dobro da actual taxa – que entre 1991-2000 foi de 2,1%, consideravelmente abaixo dos 2,8% da taxa de crescimento da população. A África tem um défice financeiro anual de cerca de 10 biliões de dólares. Superar este défice, exigirá um aumento sem precedentes da poupança nacional, da taxa actual de 19% para cerca de 33% – para toda a África, e ainda mais para a África Sub-sahariana – bem como aumentos no alívio da dívida, no investimento directo estrangeiro e na ajuda pública externa. Tendo em conta a presente situação económica do continente, e os ainda incalculáveis custos dos conflitos e da pandemia da SIDA, torna-se difícil acreditar que estes alvos possam ser atingidos.

Para atingir os objectivos do Milénio, é preciso que os países desenvolvidos cumpram as promessas feitas no âmbito da erradicação da pobreza mundial. Será talvez uma forma de recordar ao Ocidente que a NEPAD é efectivamente uma parceria e que, sem o aumento do investimento e da ajuda ao desenvolvimento, os países africanos não conseguirão atingir tal objectivo. No entanto, os países desenvolvidos, por sua vez, deverão lembrar aos países africanos o seu compromisso de atingir os 7%, alvo que apenas alguns países (Botswana e Maurícias) parecem poder alcançar.

Talvez o aspecto mais significativo da NEPAD seja o reconhecimento de que o progresso exige boa governação (democrática). Sem eficácia institucional e responsabilização política, o investimento directo estrangeiro e a ajuda pública terão pouco efeito. Na verdade, esta perspectiva é uma revolução na forma de pensar dos líderes africanos que, até há bem pouco tempo, pediam mais ajuda, sem mencionarem a importância da boa governação. É evidente que tal compromisso foi tomado com vista a garantir o apoio da OCDE e do G8, mas o simples facto do documento postular claramente que o desenvolvimento sustentável é impossível sem boa governação, compromete o continente com uma importante agenda de reforma política. Todavia, o problema é que é muito difícil imaginar os che-

fes de Estado africanos a subscrever critérios de integridade e eficácia que possam pôr em causa a sua permanência no poder. E é ainda mais difícil imaginar como a NEPAD implementará uma mudança política tão radical. A NEPAD identifica três dimensões de governação: governação económica e empresarial; governação política; a paz e segurança. A NEPAD desenhou um “mecanismo de exame pelos pares”, (*African Peer Review (APR)*), cujo objectivo é fazer com que os próprios africanos policiem o cumprimento da boa governação. A APR é um mecanismo bastante semelhante ao da OCDE, o qual é considerado como um meio propício para identificar e promover as melhores performances. A ideia por detrás do APR é a de que África deve libertar-se das condicionalidades impostas pelos doadores, amplamente consideradas ineficazes e onerosas, para optar por uma responsabilização mútua dos parceiros de desenvolvimento em termos de resultados almejados, especialmente a redução da pobreza. Isto favorecerá um mecanismo de avaliação baseado nos resultados concretos e não em procedimentos normativos. Neste momento, a NEPAD centra a sua atenção na governação económica e empresarial. O objectivo aqui é adoptar padrões suficientemente elevados para que os países doadores sejam incentivados a dar o suporte financeiro com base em acordos por objectivos. A eficácia do APR será testada por um grupo de países, servindo de modelo para os demais. O Comité de Implementação da NEPAD concordou que o APR, exame pelos pares, deveria ser conduzida por um “mecanismo” independente, todavia os pormenores decisivos relativos ao seu funcionamento ainda não foram estabelecidos. Assim, a credibilidade do compromisso da NEPAD com a boa governação dependerá da credibilidade da APR. Encara-se, assim, a possibilidade de premiar, com ajuda adicional, os países pioneiros que forem elegíveis, por via da APR, para a “parceria reforçada”. Para já não se está a falar do reverso da medalha, isto é, de cortes no apoio a países que falham o crivo da APR.

Dada a dificuldade de definir critérios apropriados, de instituir a APR e de estabelecer um mecanismo no qual os governos nacionais podem submeter-se a um exame externo independente, a transição para a “parceria reforçada” não será nem rápida nem suave. E a implementação da boa governação levanta potencialmente problemas ainda mais complexos.

Estabelecer um mecanismo de exame pelos pares nesta área será muito absorvente, visto que requer um acordo sobre os critérios usados para medir as práticas “democráticas” e a responsabilização política. A Carta da UA estipula que só os governos que chegam ao poder de forma constitucional devem ser admitidos como membros, o que eleva a realização de eleições democráticas ao estatuto de requisito mínimo para a entrada na organização. Contudo, até esta condição relativamente simples é difícil de avaliar, como tem sido amplamente demonstrado por recentes acontecimentos em África. Mesmo quando existem observadores internacionais nas eleições, há frequentemente desacordo quanto à liberdade e justiça do escrutínio. O caso do Zimbabué mostra claramente a relutância dos chefes de Estado africanos em fazer juízos sobre os seus pares.

Ainda assim, a boa governação é necessariamente mais que a realização regular de eleições multipartidárias, uma vez que estas não garantem, por si só, um governo eficaz. Atingir os objectivos acordados com os doadores requer dos governos a capacidade de implementar programas que contribuam para o crescimento económico sustentado. Objectivo que apenas se pode alcançar com boa governação nos quadros das instituições, das infra-estruturas e do sistema judicial e bancário. Portanto, a realização de eleições “democráticas” terá de se traduzir numa governação mais eficaz se se quiser alcançar os objectivos da NEPAD. Aqui também é difícil de encarar uma situação na qual a APR acabe por identificar abertamente as falhas de determinados governos africanos e, por conseguinte, considerar esses países como não merecedores do estatuto de “parceria reforçada”. E este é certamente o ponto principal do problema: o apelo à boa governação, tal como está concebido, é simplesmente impossível de implementar.

Quanto ao objectivo da paz e segurança, o apelo é teoricamente admirável mas a prática é ainda mais nebulosa. Existem actualmente várias estruturas e mecanismos em África que se ocupam desses temas, desde o Órgão Central e o Centro de Gestão de Conflitos da antiga OUA até organizações sub-regionais como a CEDEAO. Existe uma proposta para a criação de um Conselho Africano para a Paz e Segurança, que reúna todas as iniciativas regionais e as outras, evitando a dispersão de esforços. Todavia, até à data, há poucos indícios de que a NEPAD tenha identificado o caminho para a coordenação das suas actividades em prol da paz e da

segurança com as da recém criada UA. E tendo em conta o proveito material que um vasto leque de actores políticos, militares e criminosos têm tirado dos conflitos, é, na verdade, difícil de acreditar no funcionamento eficaz dos mecanismos para a paz e segurança nesse continente.

Os conflitos e a instabilidade que deles decorre, a corrupção, a má governação política e corporativa constituem empecilhos a transpor para se criar o ambiente propício ao sucesso da NEPAD. O triunfo da visão da NEPAD passa pela capacidade que a organização tem de mobilizar recursos internos, por um maior envolvimento da sociedade e bem assim pelo fenómeno de uma parceria sólida e salutar entre o sector público e o privado (cf. Chissano, J., 2005, pp.581,582).

A adesão de um número cada vez maior de países africanos ao Mecanismo de Revisão de Pares é uma demonstração clara da determinação dos países africanos em promover a democracia, a boa governação e o respeito pelos direitos humanos (Ibid., 2005 p. 582)⁵⁹.

Os onze objectivos específicos⁶⁰ a prosseguir pela NEPAD, em parceria com a comunidade internacional são:

Promoção da paz, da segurança, da democracia, dos direitos humanos e da boa governação;

Promoção da integração regional e continental africanas, em matéria de prestação de serviços públicos regionais, como a energia, os transportes, a água, a erradicação das doenças, a protecção do meio ambiente, e os investimentos;

Combater o défice de infra-estruturas através da constituição de eixos rodoviários e de auto-estradas trans-regionais e a consequente captação de financiamentos estrangeiros.

Promover a educação e trabalhar com os doadores para se atingir o objectivo internacional do ensino primário universal em África no ano de 2015. Reformar os programas do ensino e formação profissional, promover a criação do ensino especializado superior e a investigação. Para tal, é necessário proceder à avaliação das necessidades regionais e avaliar os índices de dependência e de despesas públicas consagrados à educação;

⁵⁹ Chissano J., (2005, pp.581,582) II Simpósio Internacional Amílcar Cabral

⁶⁰ EYENE MBA, Jean-Rodrigue-Elisée, L'Afrique sur le Chemin de la Croissance et de l'Evolucion. Les Défis du NEPAD, Paris, L'Harmattan, 2003, pp.205-207.

Criar uma resposta rápida e eficaz aos problemas de saúde: acesso à água potável; garantir condições de higiene; luta contra a SIDA e políticas de educação e de prevenção de doenças transmissíveis;

Implementar a revolução agrária, segundo o desenvolvimento sustentado;

Incentivar a revolução informática e das telecomunicações e duplicar a rede telefónica até 2005;

Desenvolver o sector energético e pesquisar novas fontes de energia com capacidade de exploração, racionalizar a distribuição geográfica dos recursos energéticos e desenvolver a energia solar;

Aplicar um programa diversificado e exaustivo de produção, promoção das exportações e melhoria do acesso aos mercados de países industrializados;

Promover uma cultura ambiental;

Criar políticas que promovam o emprego, estimulem a captação de capitais privados, encorajam novas iniciativas para a resolução da dívida do continente e reforma da ajuda ao desenvolvimento.

4.5 O DESEMPENHO SOCIO-ECONÓMICO DA ÁFRICA

Segundo as Nações Unidas, o crescimento económico é uma das condições óbvias para a redução acelerada da privação de rendimento e para o desenvolvimento humano sustentado.

Na década de 1990, o crescimento médio do rendimento per-capita nos países em desenvolvimento foi de 1,5%, quase três vezes a taxa da década de 80. Desde de 2000, o crescimento do rendimento médio per-capita, nos países em desenvolvimento, aumentou para 3,4% – duas vezes a média dos países de rendimento elevado. Depois de duas décadas de declínio do rendimento médio, a África subsahariana apresentou um aumento de 1,2% ao ano, a partir de 2000⁶¹.

A África registou um crescimento de 4,6% em 2004, a taxa mais elevada durante 10 anos e um melhoramento contínuo desde 2002 (ver quadro 17)

⁶¹ Relatório de Desenvolvimento Humano (2005, p. 20),

Anos	2002	2003	2004
África	3,2	4,3	4,6
África Subsahariana	3,5	3,9	4,5
África Austral	3,3	2,5	3,5
África de Leste	3,6	2,5	5,8
África Central	4	4	7,3
África de Oeste	3,1	6,7	4,3
África do Norte	2,8	4,8	4,8

Fonte: CEA, Rapport économique sur l'Afrique 2005

Quadro 17: Evolução do PIB no Continente Africano e as seis regiões respectivas 2002 - 2004

O crescimento é muito desigual ao nível regional, com excepção da África do Oeste, foi geralmente mais forte em 2004 do que em 2002 e 2003. A África Central registou o mais forte crescimento em 2002 e em 2004. Em 2004, esteve no topo das sub-regiões com um crescimento de 7,3%, seguido da África do Leste 5,8%, a África do Norte com 4,8% e a África do Oeste 4,3%.

De acordo com o relatório, a maior parte dos países africanos não conseguirão atingir a taxa de 7% de crescimento ou mais requerido para realizar os objectivos do milénio para o desenvolvimento a saber, reduzir para metade a pobreza daqui à 2015. Só 6 países registaram um crescimento do PIB de 7% em 2004: Tchad, Guiné Equatorial Libéria, Etiópia, Angola e Moçambique. Dezassete países africanos conheceram uma expansão inferior a 4% em 2004. De 2000 a 2004, apenas 5 países registaram um crescimento de 7%, (Guiné Equatorial, Tchad, Moçambique, Angola e Sudão), com excepção de outros países, a expansão foi de 5 à 7% na (Etiópia, Ruanda, Libéria, Uganda, Burkina-Faso, Maurícias, Senegal, Tanzânia e Botswana), dois sofreram uma contracção económica (Seycheles e Zimbabué).

Na última década, o IDH tem aumentado em todas as regiões em desenvolvimento, embora as taxas variáveis, e com excepção da África sub-sahariana, dezoito países, com uma população total de 460 milhões de pessoas, registaram resultados mais baixos no IDH em 2003, do que em 1990. Os recuos têm-se concentrado em duas regiões, doze dos países com retrocesso encontram-se na África sub-sahariana. Pouco mais de um terço da população da África sub-sahariana – 240 milhões de pessoas – vive em países que sofreram um recuo do IDH⁶².

⁶² Relatório do Desenvolvimento Humano 2005, p.21.

Na África sub-sahariana, a estagnação económica, progresso lento na educação e propagação do HIV/SIDA produziram uma queda livre na classificação do IDH. A África Austral regista alguns dos declínios mais acentuados – uma queda 35 lugares na África do Sul, de 23 lugares no Zimbabué e de 21 no Botswana.

De acordo com o relatório, mais de 10 milhões de crianças morrem todos os anos antes do seu quinto aniversário. A parcela da mortalidade de crianças está a aumentar na África sub-sahariana. A região conta com 20% dos nascimentos, mas com 44% dos óbitos de crianças.

As desigualdades no acesso à educação continuam a ser grandes. Numa economia global, cada vez mais baseada no conhecimento, até o ensino primário mais básico é negado a cerca de 115 milhões de crianças. A maioria das crianças não matriculadas é da África sub-sahariana. As desigualdades de género continuam a limitar o ensino das raparigas, em média as raparigas recebem menos um ano de ensino do que os rapazes nos Estados Africanos.

A esperança de vida vem sendo condicionada devido ao HIV/SIDA, no Botswana a esperança de vida caiu 31 anos, na Zâmbia, caiu 14 anos, desde meados da década de 1980.

Olhando para o futuro, a África enfrenta os mais graves riscos para o desenvolvimento humano relacionados com o HIV/SIDA.

Em África, menos de 4% das pessoas necessitadas de tratamento anti-retroviral estão a receber medicamentos, de acordo com o relatório, há alguns casos de sucesso. Países como o Senegal e o Uganda contiveram a crise e começaram a invertê-la.

A mortalidade infantil está intimamente ligada à mortalidade materna, calcula-se que morram por ano 530.000 mulheres na gravidez ou no parto, pelo menos 8 milhões de mulheres por ano sofrem complicações na gravidez ou no parto, com graves riscos para sua saúde. Tal como acontece com a mortalidade de crianças a maior parte dos casos acontece em países em desenvolvimento, sendo na África sub-sahariana uma taxa de 920 por 100.000 nados-vivos

A saúde infantil e a saúde materna são áreas importantes para avaliar o desenvolvimento humano, só em África morrem três crianças de dois em dois minutos como resultado da malária. Muitos desses óbitos acontecem

por falta de um simples mosquiteiro tratado com insecticida. Menos de 2% das crianças que vivem em zonas infectadas com malária, dormem em mosquiteiros que as protegem dos mosquitos. A um custo médio de 3 dólares por mosquiteiro, isto poderia ser um pequeno investimento na prevenção de uma doença que rouba mais de 1 milhão de vidas por ano e responde por 1 de cada 4 óbitos de crianças em África. Todavia, é um investimento que a comunidade internacional e os governos nacionais têm sido relutantes em fazer. A despesa com a malária no âmbito do Fundo Global para Combater a Sida, a Tuberculose e a Malária é de apenas 450 milhões dólares por ano, (Ibid., p.32).

Segundo o relatório, o panorama do crescimento tem sido menos encorajador. Os rendimentos médios em África sub-sahariana são hoje mais baixos do que em 1990. A taxa de crescimento per-capita anual de 1,2%, experimentada desde de 2000, a África sub-sahariana terá de esperar até 2012 só para repor os rendimentos médios ao nível de 1980.

A democracia é outro aspecto fundamental e um meio para atingir metas mais amplas de desenvolvimento. Eleições multipartidárias são uma condição de uma boa governação, um poder judicial independente, limitações ao poder executivo, liberdade de imprensa e respeito pelos direitos humanos dão substância à escolha eleitoral. Segundo o indicador composto de democracia policy (sistema político), a parcela mundial dos países com sistemas eleitorais multipartidários que satisfazem critérios mais amplos de democracia aumentou de 39% para 55%, desde 1990. Mais de 2/3 dos africanos vivem actualmente em países com sistemas democráticos de eleições multipartidárias.

4.6 AS MUDANÇAS EFECTUADAS NA CEDEAO

Há uma relação entre a globalização e as mudanças políticas nos anos 90, ou seja, seria quase impossíveis mudanças políticas em África se não tivessem acontecido mudanças a nível mundial. A partir dos anos 90, não era apenas o Banco Mundial ou o FMI que impuseram condições havia o desejo das populações em ter mais liberdade, após três décadas de partido único (cf. Eric Edy, 2005, p. 66).

As populações africanas passaram a protestar contra a injustiça, corrupção, pobreza e abuso do poder por parte dos seus líderes. Foi assim que a partir de 1990, houve mudança política no Mali, em Cabo verde e em outros países africanos, terminando assim os regimes ditatoriais.

Neste contexto, a globalização sugere dois princípios básicos: a liberalização do mercado e abertura económica, como condições sine-qua-non para o crescimento da economia e a liberalização económica acompanhando a democracia.

Todos os empréstimos do FMI em direcção a África estão sujeitos a política de condicionalidade baseada na estabilidade política como um instrumento para se conseguir os investimentos necessários ao desenvolvimento. Os países terão dificuldade em conseguir investimentos e ajuda pública se não tiverem em conta a liberdade e eleições justas. As eleições democráticas são pré-requisitos para que haja ajudas económicas e garantia para os programas de ajustamento estrutural (Ibid., 2005, p. 78).

Os defensores da globalização sempre reivindicam que a liberalização comercial e a boa governação não podem acontecer sem a liberalização política, a partir da promoção do sistema multipartidário e das eleições com justiça e liberdade. Defendem ainda que a liberalização remediaria as crises económicas e sociais dos países africanos da sub-região. A democracia tem a função de garantir a propriedade privada, o crescimento económico e o desenvolvimento.

É preciso identificar as mudanças políticas na Comunidade através do seguimento de variáveis que consideram ser fundamentais. Essas variáveis são: nova Constituição, partidos políticos, sociedade civil organizada, eleições e imprensa livre. Estas variáveis não são exaustivas, são as mais significativas para a análise e avaliação da política dentro da Comunidade, por que os debates políticos centram-se à volta dessas variáveis e são fundamentais para a consolidação da democracia (Ibid., 2005 p. 78).

4.7 AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO

Muitas pessoas igualizam a ajuda pública à caridade – um acto de generosidade de sentido único, dirigido dos países de rendimento elevado

para os países de rendimento baixo. A ajuda deve ser encarada como um investimento e não como uma despesa – e como um investimento na segurança e prosperidade partilhadas (cf. RDH 2005), permitindo que as pessoas e os países pobres ultrapassem as barreiras da saúde, educação e recursos económicos que os mantêm na pobreza. Pode também ajudar a reduzir a pobreza maciça e a desigualdade que cada vez mais ameaçam a segurança colectiva da comunidade internacional.

As ajudas sempre foram disponibilizadas pelos parceiros internacionais, porém, alguns desses países são beneficiados em maior escala, tendo em conta o número de população que cada um dispõe. Cabo Verde recebe uma quantia inferior em milhões de dólares, em relação aos outros países da sub-região, no entanto, em termos per-capita, recebe a maior fatia, cerca de 300 dólares per-capita, devido ao número da população residente no país, cerca de 500 mil.

Uma quantia semelhante tem sido disponibilizada à Nigéria, sendo o país mais populoso da África, cabe a cada indivíduo 2 dólares per-capita dessa ajuda pública.

A Costa do Marfim é o país da Comunidade que mais ajuda pública recebeu ao longo dos anos analisados, (1998 – 2005), apesar disso, em termos per-capita, recebe em média 40 dólares por cada indivíduo.

Apesar das ajudas, os índices de desenvolvimento humano desses países ficam muito aquém do desejado. Essas ajudas deveriam servir para suprir as carências na educação, na saúde, no abastecimento de água potável, na segurança alimentar, no entanto, verifica-se que a maior parte desses países possuem níveis muito baixo em relação ao resto do mundo, com uma taxa muito baixa de alfabetizados, baixa esperança de vida à nascença, altas taxas de mortalidade infantil etc.⁶³. Os cinco países mais pobres do mundo pertencem à Comunidade, Níger, Burkina-Faso, Serra Leoa, Guiné-Bissau e Mali, sem falar na Libéria que, conseguimos dados referentes a apenas 4 anos. O quadro nº 18 é ilustrativo em relação as ajudas destinadas aos países, bem como os montantes per-capita e em milhões recebidos pelos respectivos países da CEDEAO, de 1995 a 2005.

⁶³ Ver quadros referentes a mortalidade infantil, esperança de vida à nascença, níveis de educação, na página 46 a 52..

Países	1995		1996		1997		1998		2000		2001		2002		2004		2005	
	Milhões USD	USD/Pc	Milhões USD	USD/Pc	Milhões USD	USD/Pc	Milhões USD	USD/Pc	Milhões USD	USD/Pc	Milhões USD	USD/Pc	Milhões USD	USD/Pc	Milhões USD	USD/Pc	Milhões USD	USD/Pc
Cabo Verde	116,0	313,5	118,0	313,5	111,0	292,0	120,0	316,0	129,8	314,9	136,4	318,8	94,1	220,3	92,2	203,1	143,7	305,7
Ghana	624,0	37,9	546,0	37,9	644,0	38,0	654,0	38,0	700,9	38,0	607,5	32,3	609,4	31,6	652,8	31,9	906,7	44,4
Togo	125,0	32,2	126,0	32,2	188,0	20,2	166,0	41,0	128,4	28,8	71,3	15,6	69,8	15,4	51,0	10,6	44,8	9,2
Gambia	96,0	92,1	70,0	92,1	46,0	43,0	38,0	34,0	37,8	31,1	33,1	26,5	49,1	37,7	60,5	43,6	59,8	42,1
Guiné-Conakry	420,0	66,6	360,0	66,6	392,0	62,0	295,0	45,0	359,2	50,7	237,6	32,5	152,7	18,7	249,6	29,9	237,5	30,0
Senegal	496,0	62,8	644,0	62,8	663,0	82,0	582,0	69,0	505,1	55,6	534,3	57,5	423,5	45,0	448,8	45,5	449,6	44,7
Nigéria	206,0	2,0	190,0	2,0	208,0	2,0	192,0	2,0	204,0	1,7	151,6	1,2	184,8	1,8	313,8	2,6	317,6	2,3
Benin	258,0	50,7	257,0	50,7	276,0	53,0	293,0	54,0	210,4	35,3	21,8	34,5	238,6	38,0	220,3	33,6	293,7	43,7
Costa do Marfim	840,0	63,1	1594,0	63,1	1200,0	22,0	968,0	69,0	798,3	55,1	447,0	28,8	351,8	22,0	1068,8	65,3	252,1	15,0
Guiné-Bissau	98,0	95,3	177,0	95,3	119,0	113,0	180,0	168,0	95,7	82,4	52,4	44,2	80,4	67,1	59,4	41,0	145,2	97,5
Mali	362,0	35,7	442,0	35,7	542,0	57,0	505,0	52,0	349,3	33,0	354,0	33,4	359,7	31,7	472,1	37,4	527,6	45,3
Burkina-Faso	426,0	43,6	435,0	43,6	483,0	48,0	418,0	40,0	397,5	37,0	391,1	36,2	336,0	29,1	472,7	37,4	451,1	37,3
Serra Leoa	192,0	44,7	276,0	44,7	205,0	45,0	195,0	46,0	106,3	21,9	73,5	14,9	182,4	41,4	353,4	74,2	297,4	55,7
Níger	334,0	39,1	376,0	39,1	268,0	30,0	259,0	29,0	291,4	28,7	187,1	17,8	211,0	19,5	298,5	25,9	453,3	38,5
Libéria	121,0	42,5	63,0	42,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Relatórios do Desenvolvimento Humano, 1995 - 2005

Quadro 18:

Ajuda pública ao desenvolvimento em milhões de dólares e per-capita nos países da CEDEAO, 1995 – 2005

Enquanto que o RDH 2005 vê uma ajuda como um investimento, James Shikwati, economista do Quéniano, vê essas ajudas como sendo um prejuízo ao desenvolvimento da África⁶⁴, há 40 anos. Diz ainda que, se os países industrializados querem ajudar os africanos deveriam finalmente cancelar essa terrível ajuda, por que os países que receberam mais ajuda ao desenvolvimento estão em pior situação. Apesar dos biliões que foram despejados em África, o continente continua pobre.

Justifica as suas afirmações dizendo que burocracias enormes são financiadas (com o dinheiro da ajuda), a corrupção e a complacência são promovidas, os africanos aprendem a ser mendigos e não independentes. Além disso, a ajuda ao desenvolvimento enfraquece os mercados locais em toda a parte e mina o espírito empreendedor de que tanto os africanos precisam. Por mais absurdo que possa parecer, a ajuda ao desenvolvimento é uma das causas dos problemas da África.

Apresenta como exemplo o Quénia, citando a corrupção política Diz que quando há problemas da seca, os políticos pedem ajuda aos países ricos, estes normalmente enviam o milho que é colocado nas mãos de políticos inescrupulosos, que então o distribuem em sua própria tribo para ajudar a sua próxima campanha eleitoral. Outra parte da carga termina no mercado negro, onde o milho é vendido a preços extremamente baixo. Os agricultores também podem guardar seus arados, por que ninguém consegue concorrer com o programa de alimentação da ONU. E como

⁶⁴ Economista Queniano, «entrevista no Expresso das Ilhas» 17de Agosto de 2005

os agricultores cedem diante dessa pressão, o Quênia não terá reservas a que recorrer se houver uma fome no próximo ano. Para a resolução do problema, limitaria as ajudas e seriam obrigados a estabelecer relações comerciais com os países vizinhos, Uganda ou Tanzânia e comprar alimentos deles. Esse tipo de comércio é vital para a África. Obrigaria a melhorar a nossa infra-estrutura enquanto tornaria mais permeáveis as fronteiras nacionais – traçadas pelos europeus, obrigaria a estabelecer leis favoráveis à economia do mercado.

As roupas doadas da Europa é uma outra questão analisada na entrevista. Para James, as doações de roupa só servem para enfraquecer os costureiros africanos, diz ainda que estão na mesma situação dos agricultores. Ninguém no mundo de baixos salários da África pode ser eficiente o bastante para acompanhar o ritmo de produtos doados. Em 1997, havia 137 mil trabalhadores empregados na indústria têxtil na Nigéria, em 2003 o número tinha caído para 57 mil. Os resultados são iguais em todas as outras regiões onde o excesso de ajuda e os frágeis mercados africanos entram em colisão.

A fome não deveria ser um problema na maioria dos países ao sul do sahara, se se eliminassem as ajudas, além disso, existem vastos recursos naturais: petróleo, ouro, diamantes etc.

Para Muammar Kadafi, é preciso deixar “de pedir esmola” aos países do Ocidente, porém, para muitos o pedido de perdão da dívida seria uma solução para muitos países pobres altamente endividados. Assim, na Declaração Final da Cimeira realizada na cidade de Sirte na Líbia, os líderes africanos apelaram ao G8 a eliminação total da dívida no valor de 350 bilhões, em vez dos 40 bilhões já prometidos pelos países ricos⁶⁵

Para Kofi Annan, a maioria dos países prefere fazer negociações para terminar com a pobreza e não depender de “esmolas”. O desafio, por trás da ajuda, seria o fim de embargos e subsídios para que os países africanos possam competir mais justamente.

De acordo com o relatório sobre a África 2005, a (APD), para a África, vem aumentando em relação aos anos anteriores e atinge um bom nível, tendo recebido em 2003, 26,3 bilhões de dólares contra 21 bilhões em 2002, a baixa tendência observada durante os anos 90 estão a inverter.

⁶⁵ Cimeira da União Africana realizada na cidade de Sirtre na Líbia

De acordo com o (RDH 2005 p. 96), o crescimento rápido da ajuda aumentará a parcela dos orçamentos nacionais financiados através da ajuda ao desenvolvimento. Um perigo é que isto irá institucionalizar a dependência da ajuda, tornando os orçamentos mais vulneráveis à volatilidade dos fluxos de ajuda e alterando as prioridades dos doadores. Alguns críticos argumentam que grandes fluxos de ajuda enfraquecem os incentivos dos governos para mobilizar impostos internos, minando o desenvolvimento de uma base de receitas sustentável.

4.7.1 A ajuda ligada

A ajuda ligada é uma outra modalidade que prejudica os países receptores. A ausência de concursos em mercado aberto significa que lhes é negada a oportunidade de obter os mesmos serviços e bens a um preço mais baixo em qualquer outro lugar. A ajuda ligada pode resultar em transferência de qualificações e tecnologias inadequadas. Comparações de preço concluíram que a ajuda ligada reduz o valor da ajuda de 11% a 30% e que a ajuda alimentar ligada é, em média, 40% mais cara do que as transacções no mercado aberto (cf. RDH, 2005).

Os países pobres precisam de uma ajuda prestada de modo previsível, sem demasiados condicionalismos e de forma a minimizar os custos de transacção e maximizar o seu valor. Muito frequentemente, a ajuda obtida é imprevisível, cheia de condições, desordenada e ligada a compra nos países doadores. Estimamos os custos da ajuda ligada em 2,6 mil milhões de dólares por ano para os países de rendimento baixo – um “imposto” de ajuda ligada de 8%. Só no caso de África, este imposto custa 1,6 mil milhões de dólares por ano – um enorme desvio de recursos dos investimentos na redução da pobreza⁶⁶.

Todos os doadores afirmam as virtudes da “apropriação”, dando aos receptores maior controlo sobre o modo como a ajuda é gasta. No entanto, a maioria liga a ajuda a condições restritivas. A apropriação é vista como uma condição para a utilização eficaz da ajuda, enquanto a condicionalidade é vista como um mecanismo para influenciar a mudança de

⁶⁶ Relatório do Desenvolvimento Humano (2005, P.76)

política. Em muitos casos, os dois objectivos puxam em sentidos opostos, com a condicionalidade a minar a apropriação pelo país e a aumentar a imprevisibilidade e a volatilidade da ajuda.

Desde o fim da década de 90, tem havido importantes mudanças na administração da condicionalidade. Os Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza, redigidos pelos governos nacionais, criaram novo quadro para a cooperação.

O planeamento eficaz da redução da pobreza em países de rendimento baixo exige fluxos que sejam estáveis e previsíveis. A introdução dos Documentos de Estratégias de Redução da Pobreza, em 1999, tinha o objectivo de fornecer um quadro de apoio baseado em planos nacionais, que tornassem os fluxos de ajuda mais estáveis e previsíveis, no entanto, essas esperanças não se concretizaram.

Fluxos de ajuda previsíveis são particularmente decisivos nos países de rendimento baixo, onde os fluxos de ajuda são grandes em relação às receitas e orçamentos governamentais (RDH p. 98).

A Cimeira de 2005 do grupo dos oito (G8) veio trazer um novo impulso à ajuda ao desenvolvimento, sob a forma de alívio adicional da dívida e de novos compromissos sobre a ajuda.

Se os países doadores pretenderem atacar a pobreza global, reduzir a desigualdade e garantir um futuro mais seguro e mais próspero para os seus próprios cidadãos, precisam de se fixar firmemente na meta de desembolsar 0,5% do seu rendimento nacional para ajuda até 2010 e 0,7 até 2015 (cf. RDH, 2005).

4.7.2 Ajuda orçamental

Para muitos governos a ajuda dirigida através do orçamento é mais eficiente, mais eficaz para atacar a pobreza e menos geradora de drenagem de capacidade do que a ajuda canalizada para projectos através de unidades especiais nos ministérios da área, ou de outras organizações como as não governamentais. Assim como o Burkina-Faso e Tanzânia, os parceiros bilaterais e multilaterais de Cabo Verde, nomeadamente a Holanda, Luxemburgo, Portugal, Banco Mundial, etc., vem aderindo à

modalidade de ajuda orçamental, no entanto, não existe ainda em Cabo Verde, ao contrário do Burkina-Faso e Tanzânia, uma lei que permita a coordenação entre departamentos governamentais, exigindo a todos os ministérios da área a submissão dos pedidos de empréstimos e subsídios ao Ministério das Finanças.

Estas abordagens de financiamento comum não são isentas de risco. As condições para o desembolso podem reflectir o máximo multiplicador comum entre doadores, reduzindo a flexibilidade e aumentando a possibilidade de interrupção da ajuda – especialmente quando o desembolso exige o acordo unânime de que foram atingidas as metas de desempenho. Um risco é que todos os doadores suspendam os desembolsos se o país sair do caminho no seu programa com o FMI. Outro é o tempo necessário para negociar os arranjos de fundos comuns.

Se os doadores não assegurarem um fluxo estável de ajuda, os países receptores terão que ajustar os seus orçamentos às flutuações nas transferências.

4.8 OS AJUSTAMENTOS ESTRUTURAIS DO FMI E BM

«O mandato do FMI é ajudar os países membros a corrigir desequilíbrios de curto prazo nas suas economias, em especial no que diz respeito à balança exterior corrente (conta corrente⁶⁷) e as reservas de recursos externos⁶⁸. A economia é considerada em desequilíbrio quando tem uma tendência para mudar de estado caracterizado por crescimento com estabilidade para outro geralmente caracterizado por, ou com tendências a entrar em crise. Isto é o caso, por exemplo, de uma economia que enfrenta um deficit constante da sua conta corrente e as suas reservas externas diminuem para níveis inferiores a uma certa proporção das importações do país. Neste caso a economia estará a importar mais do que é sustentável, pelo que há o perigo, ou tendência, de se gerar uma crise; de a economia se tornar

⁶⁷ A conta corrente inclui a balança comercial (transacções de bens exportados e importados), a balança de serviços (juros, fretes de transporte, royalties, etc) e a balança de transferências (transferências salariais, donativos etc).

⁶⁸ Reservas externas é um inventário de moeda externa, ouro e outros meios de reserva de valor para equilibrar a balança de pagamentos e manter a taxa de câmbio em equilíbrio

incapaz de satisfazer os seus compromissos externos; e de não conseguir manter o nível de importações e rendimento (a não ser que consiga rapidamente construir capacidade produtiva e começar a exportar). Neste caso, a economia precisa de medidas de ajustamento que a estabilizem de novo» (cf. Castel-Branco, 1999).

Tanto o FMI como o Banco Mundial foram criados durante a Segunda Guerra Mundial, após a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, realizada em Bretton Woods, New Hampshire, de 1 a 22 de Julho de 1944 nos EUA, e integrada num esforço concertado para financiar a reconstrução da Europa após a destruição provocada pela guerra e para salvar o mundo de futuras depressões económicas.

O verdadeiro nome do Banco Mundial – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – reflecte a sua missão original (cf. Stiglitz 2004, pp. 47,48). A última palavra, «desenvolvimento», foi acrescentada posteriormente, quase como se fosse o resultado de uma reflexão tardia. Nessa época, a maioria dos países em desenvolvimento ainda eram colónias, e os magros esforços no sentido de fomentar o seu desenvolvimento económico competiam alegadamente aos colonizadores europeus.

Inicialmente a função do FMI era exercer uma pressão a nível internacional para que os países adoptassem políticas económicas expansionistas – como o aumento das despesas, a redução dos impostos ou a baixa das taxas de juros para estimular a economia⁶⁹ – o mundo mudou e os objectivos do FMI mudaram, hoje em dia só se financia um país se os seus dirigentes se comprometerem com políticas como reduzir o défice, aumentar os impostos ou aumentar as taxas de juro para provocar a contracção da economia.

Depois das mudanças que o mundo viu em cinquenta anos, os objectivos do FMI permaneceram no centro da dinâmica internacional: promover a cooperação monetária internacional, facilitar a expressão equilibrada do comércio internacional, promover a estabilidade do sistema de câmbios, assistir a formação de sistema de pagamentos multilaterais, conceder créditos aos países membros, disponibilizando os recursos existentes, reduzir a duração e intensidade dos desequilíbrios das balanças de pagamentos.

⁶⁹ Economista inglês John Maynard Keynes, foi o criador da Macroeconomia e um dos mais influentes economistas do século XX. Suas ideias intervencionistas chocaram-se com as doutrinas económicas vigentes em sua época e estimularam a adopção de políticas intervencionistas sobre o funcionamento da economia.

Um outro objectivo do FMI era ajudar as potências capitalistas a ordenarem as suas políticas económicas e evitarem crises semelhantes as recessões que antecederam a guerra. Em particular, o FMI seria um instrumento dos países membros para ajudar e coordenar a reciclagem de défices e excedentes das suas balanças de pagamento, de modo a evitar incertezas, pânico e medidas unilaterais de algumas economias que prejudicassem outras. Logo na criação dessas organizações foram indicados cinco pré-requisitos para um “desenvolvimento sustentável e de alta qualidade”:

Quadro macroeconómico sólido e estável, com regime fiscal disciplinado, política monetária anti-inflacionária e anticíclica, taxas de interesse e de câmbio realistas;

Políticas estruturais capazes de contrastar baixas taxas de gastos e investimentos e de encorajar um vigoroso sector privado;

Liberalização do comércio e do curso dos câmbios;

Políticas sociais como amortização dos ajustes económicos;

Boa governação.

Para a consecução desses objectivos o FMI põe em funcionamento sua assistência financeira e técnica para aqueles países que, nas circunstâncias próprias a cada um deles, seguem uma adequada estratégia em termos fiscais, salariais, monetários e estruturais.

Com base no artigo IV do acordo que constituiu o FMI, seus funcionários encontram-se regularmente, anualmente, com representantes de governos de cada um dos Estados membros para analisar seus respectivos desenvolvimentos, políticas económicas, políticas monetárias, financeiras e fiscais e o andamento das balanças de pagamentos, dando também relevo às implicações internacionais de tais políticas. Em particular, ao impor directrizes sobre a política de câmbio dos Estados membros, exerce uma forte supervisão sobre estes, analisando todos os aspectos das políticas macroeconómicas e estruturais.

Nos anos mais recentes, a supervisão do FMI tem se voltado mais para questões sociais como a pobreza, problemas industriais, ocupacionais e ambientais.

O FMI encoraja os diversos países a adoptarem políticas económicas adequadas aos investimentos, para sustentarem um desenvolvimento económico

não inflacionário. Aparece nesse quadro a atenção dispensada às profundas alterações acontecidas na economia mundial, com rápido desenvolvimento e internacionalização dos mercados de capital privado, a maior vulnerabilidade do sistema monetário internacional em relação a desequilíbrios macroeconómicos entre os diversos países, os relevantes deslocamentos em relação à integrações monetárias e macro-regionais, as tendências neoliberalizantes e de reformas em direcção à economia de mercado.

O requisito explícito, em relação aos Estados membros, de utilizar um conjunto particular de políticas económicas é definido como “estado condicional”: a utilização de recursos do FMI é subordinada à restauração do equilíbrio da balança de pagamentos e à conquista de um desenvolvimento económico sustentável, que seja compatível com a perspectiva de desenvolvimento e com a possibilidade de obedecer ao cronograma do serviço da dívida, sem recorrer a restrições sobre o comércio e sobre pagamentos correntes, como impõe o respeito ao artigo VIII dos acordos de Bretton Woods.

Os programas de intervenção do FMI têm como referência alguns índices económicos como crédito interno, o recuo do sector público, as reservas internacionais e a dívida externa. Considerando também a evolução dos preços – das mercadorias, taxas de juros e câmbio – que estes incidem significativamente seja sobre as finanças públicas e sobre o comércio internacional do país, seja sobre a capacidade de oferta. As taxas de juros e de câmbio são particularmente importantes, pois incidem sobre as decisões de poupança e investimento e, por consequências, sobre perspectivas de desenvolvimento do país. Durante uma dada assistência financeira, o FMI controla o programa de reformas do país interessado, removendo as distorções que impedem o desenvolvimento de exportações e favorecendo a eficiência das despesas públicas.

Para os aspectos estruturais dos programas de desenvolvimento sustentados pelo FMI é particularmente importante a estreita colaboração com o BM. Os chamados programas de “ajuste” são feitos para trazer consequências relevantes sobre a distribuição de renda, ocupações e serviços. Para promover o desenvolvimento e ocupações sustentadas no tempo, verifica-se um breve período de custos sociais que recaem sobre os grupos sociais mais pobres. Para estes últimos, como forma de aliviar as

consequências negativas às reformas estruturais, o FMI, em colaboração com o BM, prevê formas de assistência social.

Os programas de ajustamento estrutural do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, visando a eliminação das medidas proteccionistas, a liberalização do comércio interno, a desvalorização do câmbio, a contracção da despesa pública, a privatização das empresas públicas, aos quais é condicionada a concessão de empréstimos a médio e longo prazo são formas vitais para os países periféricos altamente endividados (cf. Grassi, M., 2003, p.61).

O Consenso de Washington, isto é, o paradigma ideológico sobre o qual as estratégias do BM e do FMI se consubstanciam, consiste em providenciar uma fórmula técnica, universal e puramente economicista para o desenvolvimento que se apoia nas actividades do sector privado e na eficiência do mercado. Se, por um lado, o consenso de Washington teve e continua a ter uma grande importância na monitorização do processo de desenvolvimento dos países africanos, por outro lado, as reduções orçamentais afectaram gravemente sectores vitais das populações mais desfavorecidas, o estímulo às culturas tradicionais de exportação levou a um abandono das produções alimentares, aumentando a dependência externa, os cortes ao crédito afectaram sobretudo as pequenas e médias empresas, a redução do emprego no sector público fez aumentar a pobreza urbana e as privatizações descontroladas beneficiaram pequenos grupos e capitalistas estrangeiros.

O objectivo do Washington consensus era providenciar uma fórmula técnica e universal para o desenvolvimento que se apoiasse na eficiência dos mercados. Há autores, no entanto, que acham que o erro do Washington consensus está no facto de ter privilegiado a liberalização financeira antes de regulamentar os mercados e que os programas de liberalização deveriam ser considerados meios para atingir mercados mais competitivos, e não fins em si mesmos, como aliás, são considerados e postos em prática (Ibid., 2003, p. 61)⁷⁰.

Na prática e em geral, as políticas de ajustamento estrutural aplicadas na África subsahariana conduziram a um agravamento da grande maioria dos indicadores sociais (Ibid., (2003, p. 62)

⁷⁰ Apud, Stiglitz, 1998

Para confirmar o impacto negativo do ajustamento estrutural, o (RDH 2005, p. 28), afirma que em 1980, as taxas de mortalidade infantil de crianças na África sub-sahariana eram 13 vezes mais elevadas do que nos países ricos. São em 2003, 29 vezes mais elevadas. O desafio da mortalidade de crianças estende-se para além da África Sub-sahariana.

A taxa de crescimento per capita anual de 1,2% experimentada desde 2000, na África sub-sahariana terá de esperar até 2012 só para repor os rendimentos médios ao seu nível de 1980 (cf. RDH, 2005).

4.8.1 Aplicação do modelo do FMI

Ao contrário do Banco Mundial (WB), as operações do FMI com os países em desenvolvimento iniciaram-se há duas décadas, em especial na sequência da crise da dívida externa dos países latino-americanos e da estagnação e crise das economias da África Sub-sahariana na década de 1980. Nesta altura, a abordagem do FMI era de “terapia de choque”, com o objectivo de atingir uma rápida e definitiva estabilização da conta corrente das economias em crise. O FMI prestava ajuda à balança de pagamentos da economia em crise, na condição de o país aceitar a rápida desvalorização da moeda e a contracção da oferta monetária, no intuito de reduzir a inflação e a drenagem da reserva externa, e de recuperar a estabilidade da conta corrente. Estes programas tinham uma duração média de um ou dois anos e não visavam mais do que estabilizar os preços e a conta corrente.

O FMI concluiu que a estabilidade económica raramente era atingida por rápida e simplista forma de gestão económica. O FMI foi reconhecendo que os países menos avançados (LDCs) enfrentam choques súbitos e violentos nas suas economias em especial por causa da vulnerabilidade da sua base económica e institucional; e que muitos dos choques são externos (por exemplo, a crise dos preços do petróleo nos anos 70 e 80, deterioração dos termos de troca, a instabilidade dos preços internacionais das exportações básicas, o súbito e rápido aumento das taxas de juro real na economia mundial na sequência da crise dos preços do petróleo nos anos 80, o protecçãoismo por parte das economias desenvolvidas contra exportações dos países menos avançados etc.). A vulnerabilidade econó-

mica e institucional desses países impede-os de se ajustarem rapidamente, e os custos do ajustamento por vezes são tão altos que o ajustamento é adiado ou interrompido, mesmo quando iniciado.

Contra o seu mandato e vocação, o FMI acabou ficando envolvido em programas de rápida estabilização que nunca terminavam, ou que se sucediam uns aos outros nos mesmos países.

Em cada um dos mais de 30 países da África Sub-sahariana (SSA), que solicitaram e receberam apoio do FMI nas duas últimas décadas, o FMI implementou, ou tentou implementar, pelo menos três, em alguns casos mesmo dez programas sucessivas de estabilização económica (cf. Branco, C., 1999)⁷¹. Na maioria dos casos, o FMI entrou no país para ficar entre um a dois anos, e acabou por ficar dez ou mais anos, sem conseguir atingir a totalidade dos objectivos de estabilização definidos.

Esta experiência resultou em algumas transformações importantes nos programas do FMI nos países menos desenvolvidos.

Primeiro, o FMI introduziu diferentes mecanismos de apoio específicos para os países menos desenvolvidos (LDCs) e, na última década, introduziu o SAF (Structural Adjustment Facility) e o ESAF (Enhanced Structural Adjustment Facility). O SAF/ESAF é o resultado de um acordo entre o FMI e o governo receptor da ajuda, segundo o qual o FMI se compromete a fornecer recursos financeiros ao país receptor, em montantes substancialmente mais altos do que os normalmente permitidos pelos direitos de saque do país, na condição de o país implementar um conjunto de políticas económicas definidas ou aceites pelo FMI do que receberia em condições normais; mas por outro lado, estes mecanismos incorporam mais condições e condições mais restritas do que as anteriores.

Segundo, os programas do FMI, incorporados no ESAF, passaram a visar não só a estabilização da conta corrente a curto prazo, mas também passaram a incorporar outras medidas de ajustamento económico, institucional e social.

Terceiro, o FMI e o Banco Mundial (WB) têm vindo a tentar unir os seus programas, no intuito de construir um quadro conceptual para programas de estabilização e ajustamento orientados para o crescimento económico acelerado.

⁷¹ Apud, Killick (1995)

Quarto, os programas do FMI passaram a constituir uma condição obrigatória para que o país receptor possa negociar acordos concessionais com outras organizações multilaterais e com os parceiros bilaterais. Todo o processo de ajuda à reabilitação económica e social dos países menos avançados em crise passou a girar em torno de existir, ou não, um acordo com o FMI. Em outras palavras, o FMI também se transformou no instrumento operacional dos seus membros dominantes para implementação de políticas e estratégias económicas e sociais dos países em vias de desenvolvimento (Ibid., 1999).

O modelo do FMI é fundamentalmente focado no ajustamento de curto prazo para gerir constrangimentos macroeconómicos, e que este foco é sustentado por duas noções vitais. Primeiro, a curto prazo as variáveis monetárias apenas afectam outras variáveis, e não afectam, nem são afectadas pela capacidade produtiva da economia. Portanto, o foco do ajustamento e o controlo da oferta monetária para controlar a inflação e travar a deterioração das reservas externas e da conta corrente. Segundo, equilíbrio a longo prazo pressupõe equilíbrio em cada período (Ibid., 1999).

4.8.2 A condicionalidade do FMI

O FMI é a organização mais vocacionada para apoio financeiro à balança de pagamentos numa perspectiva de curto-médio prazo. Estabeleceu regras relativamente rígidas para que os seus membros possam aceder aos recursos por ela directamente disponibilizados.

A esse conjunto de regras é usual chamar-se “regras de “condicionalidade” do Fundo Monetário Internacional e constituem uma característica essencial destes programas.

Condicionalidade significa que o recurso aos fundos do FMI pelos países membros ao abrigo das tranches superiores de crédito e, principalmente, do “mecanismo alargado de crédito” e da “política de acesso alargado”, está sujeito à condição genérica de cumprimento de um programa de política económica que o fundo entenda ser susceptível de conseguir uma posição viável e duradoura da balança de pagamentos, ela própria condição para garantir o reembolso dos financiamentos concedidos.

A condicionalidade é ainda definida como corpo de políticas e de actuações programadas e flexíveis chamadas a reger a utilização dos seus recursos de uma forma que responda às preocupações dos “Estatutos” do Fundo, (cf. António M. A. Serra, 2004)⁷² ou salientando aquilo que ele considera ser a base fundamental da imposição de condições para a utilização dos seus recursos.

A condicionalidade cruzada ou dupla condicionalidade é definida por (António M. A. Serra, 2004)⁷³ como correspondendo a uma situação em que “a aceitação pelo país tomador de empréstimos das condições impostas pela agência financiadora é considerada uma pré-condição para o apoio financeiro a ser prestado por outro ou outros financiadores”. Isto significa, na prática, que quer agências bilaterais de ajuda ao desenvolvimento quer a banca comercial, impõem como condição para a concessão de novos apoios ou empréstimos o prévio estabelecimento de um acordo com o FMI.

Por outro lado, a “Policy Framework Paper” que enquadra o apoio financeiro a conceder pelo (Fundo e pelo Banco) aos países deve ser negociado conjuntamente entre estes, por um lado, e o staff do Fundo e do Banco, por outro.

Um aspecto importante a referir nesta dupla condicionalidade é a crescente proximidade entre as medidas defendidas por ambas as instituições para resolver os problemas das economias que recorrem aos seus financiamentos (Ibid., 2004).

4.8.3 A política de estabilização

Objectivos como o desenvolvimento económico não são considerados como permitindo o recurso aos meios financeiros do Fundo (cf. António M. A. Serra, 2004). Estes surgirão ligados e na dependência hierárquica do objectivo “viabilização da balança de pagamentos”. Assim, mesmo quando nos programas de ajustamento firmados com os países surgem metas para os objectivos “controlo da inflação” e “crescimento económico”, estas devem ser entendidas como sendo subordinadas ao objectivo central “equilíbrio externo”.

⁷² Apud, (vd. Manuel de Guitián, 1981, p. 1)

⁷³ Apud, Stephany GRIFFITH-JONES

Nos últimos anos tem-se preocupado com o objectivo de crescimento económico, isso fez com que se incluísse nos programas de ajustamento estrutural, apoiados pelo Banco Mundial, os projectos destinados a aliviar os efeitos sociais negativos da estabilização conjuntural, a chamada dimensão social do ajustamento, com o objectivo de “equidade social”, “redistribuição de rendimento” ou “impacto social” dos programas nesse mesmo crescimento. É inegável que, apesar de nesta fase dos programas de ajustamento estrutural se dar uma muito maior ênfase à luta contra a pobreza e de mais efeitos sociais negativos que eles têm, o peso da visão tradicional, prioridade aos problemas do equilíbrio externo, é ainda determinante.

Os objectivos mais económicos do ajustamento estrutural são definidos por António M. A. Serra⁷⁴ como sendo caracterizados por uma posição sustentável da balança corrente, uma taxa de inflação reduzida, uma taxa sustentável de crescimento económico e um nível suportável de dívida externa.

4.8.4 Medidas de estabilização e seus efeitos

Sector externo: desvalorização da taxa de cambio real; eliminação dos subsídios às importações e redução dos impostos sobre as exportações; liberalização das importações; legislação para atrair investimento estrangeiro.

Administração Central e Local: despedimentos e reforma do pessoal excedentário; contenção de salários; redução dos investimentos públicos; aumento do preço dos serviços públicos; aumento da produtividade dos funcionários e desburocratização; reforma fiscal; incentivar o investimento produtivo; alteração das prioridades orçamentais; incentivar o trabalho mais qualificado

Sector empresarial do Estado: redução dos efectivos; reforma, fecho ou privatização das empresas; aparecimento de bancos privados.

⁷⁴ Apud, Moshin Khan (técnico do FMI)

Sector financeiro: limitação do crédito ao Estado às empresas públicas e aos sectores não exportadores (política selectiva de crédito), fixação (aumento) de taxas de juro reais positivas para as operações activas e passivas; liberalização das actividades bancárias.

Preços e comércio: liberalização do comércio e dos preços; fim dos preços subsidiados.

Mercado de trabalho: liberalização da legislação dos despedimentos; supressão de qualquer tipo de indexação salarial; limitação dos aumentos salariais.

Sector Social: investimento em capital humano a nível básico; combate à pobreza, sobretudo urbana.

Sector industrial e mineiro: formação e incentivos a empresários e trabalhadores.

Sector agrícola e das pescas: aumento de preços ao produtor, sobretudo dos bens exportáveis; incentivos e apoio a estruturas privadas de escoamento da produção com preço livre.

No caso concreto da maioria das economias africanas, em que tem havido historicamente uma tendência para a sobrevalorização da taxa de câmbio, a procura de uma taxa de câmbio mais conforme com as realidades do mercado, através da desvalorização da moeda, é uma das principais medidas incluídas nos programas de estabilização conjuntural e de ajustamento estrutural.

O ajustamento ajuda a criar um quadro mais favorável para o crescimento económico; também contribui para um crescimento real, consistente, durante vários anos. Mas esta é uma tendência frágil, que pode ser interrompida pelo mau tempo, termos de troca adversas e as flutuações da assistência internacional.

Os programas têm custos sociais e, não raras vezes, políticos muito elevados, nomeadamente quanto ao aumento da pobreza entre as camadas sociais à partida mais pobres, para além dos efeitos de aumento acentuado

da diferenciação social que acompanha a execução destes programas e que se deve, em parte, à ênfase que, na prática muitos acabam por colocar nas actividades de natureza comercial, mais especulativa.

Uma outra faceta dos programas do Fundo é o carácter restritivo que assumem, podendo levar mesmo à “sobre-utilização” das políticas restritivas, gerando uma situação conhecida por Over-kill, esta gera a contracção da procura interna e uma sobre-desvalorização da moeda nacional com consequente excessiva ênfase no sector exportador em detrimento do sector produtor de bens essencialmente dirigidos para o mercado interno.

É de salientar igualmente o impacto redistributivo do rendimento (em detrimento das classes mais pobres e a favor das mais ricas) que os programas normalmente têm. Este carácter resulta, nomeadamente, da política de contenção dos salários reais e do incremento das actividades especulativas, em benefício do capital financeiro que resulta da aplicação dos programas.

Uma das facetas deste impacto é o aumento significativo da pobreza absoluta. Tendo tomado consciência desta realidade, só após vários anos de críticas que lhe foram dirigidas pelo menosprezo que mostrava em relação ao impacto social negativo dos programas que levava os países a implementarem, o FMI e, principalmente, o BM, adoptaram programas que visam reduzir aquele impacto negativo sobre as camadas mais pobres da população. Tais medidas têm-se mostrado, no entanto, de um impacto muito limitado quando comparado com os efeitos negativos que os próprios programas de ajustamento têm.

05. AS MIGRAÇÕES

Migração é o movimento populacional de um local para outro, em carácter temporário ou definitivo. Ela pode ser interna, quando a mudança de residência do indivíduo se processa dentro do próprio país, ou internacional, quando a nova residência é fixada em um país estrangeiro. Os movimentos migratórios, tanto internos como internacionais, revestem-se de grande importância (cf. Silva, A., 1988, p.150).

Os principais motivos que levam as pessoas a abandonar a sua terra natal e fixar residência no exterior, temporária ou definitivamente, são os de ordem económica e os de ordem política ou religiosa. Enquadra-se no primeiro caso aquelas que, pressionadas por dificuldades económicas e sem perspectivas de progresso, ou, incentivadas pelas possibilidades de enriquecimento no exterior, deixam a sua pátria e partem para outras nações onde esperam conseguir melhores condições económicas e aí fixam residência.

Motivos políticos ou religiosos – estão incluídos os que emigram por terem entrado em conflito com as ideias ou com o regime político de seu país e aqueles que têm dificuldades em professar o seu credo religioso em sua terra natal ou desejam propagá-lo em outras terras.

A História Antiga regista movimentos migratórios de indivíduos e de grupos. Os egípcios, os babilónios e os assírios, bem como os demais povos da Antiguidade realizavam estes movimentos que, pacíficos ou violentos, eram sempre impulsionados por motivos económicos, políticos ou religiosos. Independentes da sua motivação, tais movimentos provocaram o cruzamento de raças e culturas, lançando as bases da actual “aldeia global”.

Durante a Idade Média e a Idade Moderna, os movimentos migratórios continuaram sempre impulsionados pelas mesmas razões – económicos,

políticos e religiosos. No entanto, a partir da descoberta das Américas, ou seja, a partir do início do século XVI houve um incremento muito grande das migrações europeias visando à descoberta do Novo Mundo. (Ibid., 1988. p. 151).

São os factores económicos, sociais e políticos adversos, que obrigam a abandonar o lugar de origem e factores de natureza similar favoráveis facilitam à deslocação para outro lugar (cf. Monteiro, C., 1997, p.91). O modelo migratório tinha em linha de conta aqueles factores que afastavam as pessoas de seu local de origem e os que atraíam para outros locais. Os factores repulsivos, geralmente de natureza económica, abarcavam a falta de acesso à propriedade ou uso da terra, o desemprego, os baixos salários, as terras improdutivas, as secas e fomes e, por fim, o aumento populacional.

A emigração vem aumentando dia após dia, de África para a Europa, da América do Sul para os Estados Unidos, da Ásia rumo aos países industrializados, em busca de melhores condições de vida que os países menos avançados (sub desenvolvidos) não possuem condições para responder às ansiedades da população, principalmente no domínio da educação, saúde, transporte, segurança, formação profissional, emprego para os trabalhadores, e mesmo as condições de vida digna que um cidadão merece.

Embora Cabo Verde tenha recebido, durante as duas últimas décadas, imigrantes da costa ocidental africana (Guiné Bissau, Nigéria, Senegal, Ghana e outros), de outras nacionalidades, caso de chineses e outros, continuamos sendo um país de emigração, já que, apesar de ser um país de paz e estabilidade política, ainda não criou as condições necessárias que permitam fixar a população no território nacional, caso do desemprego, a formação, as secas frequentes e a falta de alternativa, em particular, no meio rural.

5.1 ALGUMAS DEFINIÇÕES E CONCEITOS

Através dos tempos, as migrações têm constituído um elemento de carácter permanente nas sociedades humanas e designam o deslocamento de populações de uma região para outra, particularmente das regiões rurais para as zonas urbanas.

As migrações incluem dois aspectos: a emigração, isto é, o processo mediante o qual se deixa uma área cultural para se fixar noutra lugar; e a imigração, que corresponde à entrada numa área cultural diferente daquela de origem para o estabelecimento de uma residência mais ou menos permanente.

A emigração pode ser classificada de espontânea, corrente migratória livre de quaisquer peias ou incidentes, deixada à exclusiva iniciativa particular. Nesse caso, o Estado apenas regula o fenómeno, através de legislação apropriada, sem, contudo, entravá-lo, proibi-lo ou favorecê-lo; favorecida, a que se desenrola sob a protecção e incitamento do Estado; e forçada processa-se como resultado de desequilíbrio entre produção-população, provocada por secas ou pressão demográfica.

As emigrações espontâneas subdividem-se em legalizada, quando o emigrante se desloca devidamente documentado, isto é, a coberto das formalidades oficiais; e clandestina, quando o emigrante consegue furtar-se à fiscalização, seja por as saídas estarem proibidas, no geral ou apenas para certos países, escapando à fiscalização dos agentes do serviço público. A emigração legalizada subdivide-se em completamente livre, deixada a iniciativa dos indivíduos, ou regulamentada. Esta última, por seu turno, pode ser organizada sempre que um país solicita mão-de-obra ao governo de um outro país; controlada, quando o país de chegada dos emigrantes disciplina, quase sempre unilateralmente, a quantidade e a qualidade de pessoas que podem entrar, através, por exemplo, da fixação de quotas.

Consoante o espaço geográfico mais ou menos vasto que percorre o emigrante, entre o país de partida e o de chegada, a emigração poderá ser continental (por exemplo dos países da costa ocidental africana para Cabo Verde, etc.) intercontinental ou transoceânica. Uma forma especial de emigração é a dos chamados fronteiriços que, tal como refere o nome, vivem nas imediações de outro Estado, para onde se dirige, diariamente, para trabalhar.

Quanto ao período de tempo, a emigração pode ser temporária, quando, pelo menos, da parte de quem emigra, não há intenção de estabelecimento no local para onde se emigra, a não ser por um período de tempo mais ou menos longo; ou definitiva. Outra modalidade especial de emigração temporária é aquela sazonal, quando a emigração se verifica

por um determinado número de meses para realização de mesmo tipo de trabalho. As migrações sazonais podem estender-se aproximadamente entre 3 e 7 meses e repetir-se todos os anos.

5.2 A EMIGRAÇÃO LEGAL E CLANDESTINA

Designa-se emigração legal o processo pelo qual se inicia e desenvolve um percurso emigratório individual com integral conhecimento e controlo por parte das autoridades competentes, quer do país receptor, em relação a todas as fases daquele percurso. **A emigração clandestina** verifica-se quando o pressuposto acima indicado não é, total ou parcialmente, respeitado.

Existem muitas variantes possíveis na situação de clandestinidade, sendo uma delas a transposição de uma ou mais fronteiras nacionais sem autorização ou sequer conhecimento das autoridades envolvidas. Tal é verificado ao atravessar fronteiras fora dos postos fronteiriços instalados e nas viagens marítimas ou aéreas para as quais não exista prévia autorização de embarque, de trânsito e de desembarque.

Exemplos típicos desta situação de clandestinidade ocorrem nos dias de hoje da África Ocidental para a Europa, via Cabo Verde e as ilhas Canárias, em botes de boca aberta sem nenhuma condição de segurança. Nos anos 60 e 70 do século passado, ocorreu grande onda de emigrantes clandestinos de Portugal para França, e por via marítima para o Brasil, e ainda os casos dos boat people vietnamitas e a emigração clandestina de cubanos para os Estados Unidos da América.

Situações que se tornam de clandestinidade são os casos de autorização de entrada em determinados países com visto de turismo, negócios ou visita a familiares, mas com exclusão explícita da autorização para trabalhar ou exercer uma actividade profissional, aí permanecendo; quando uma pessoa viola este preceituado, após ter legitimamente entrado no país, ou quando ultrapassa o prazo que lhe foi concedido para a estada, entra automaticamente em situação de clandestinidade.

Mesmo o trabalhador imigrado com situação totalmente conforme às leis em vigor no país de residência, pode tornar-se clandestino quando

viole um dos pressupostos da autorização de que beneficia, como sejam a obrigação de renovação regular de licenças de residência e de trabalho, a prova de possuir meios de subsistência ou emprego remunerado, ou outras relacionadas com o estrito cumprimento das leis e disposições genericamente em vigor no país.

A pena de situação de clandestinidade é, em geral, o repatriamento sumário, por parte do país receptor; a pena dependerá do ordenamento jurídico de cada país (cf. Trindade M., 1995, pp.44,45).

5.3 MOVIMENTO INTERNACIONAL DE MÃO-DE-OBRA

O problema dos movimentos migratórios internacionais dos trabalhadores deve ser vistos pelos governos como movimento de factores entre as nações e suas consequências. A formação de um trabalhador implica, de um lado, despesas necessárias ao seu desenvolvimento físico e psíquico e, de outro, investimento indispensável à sua formação profissional. Estes investimentos serão tanto mais elevados quanto mais elevada for a sua qualificação. Além da formação recebida nas escolas a todos os níveis, o trabalhador, ao desenvolver as suas actividades profissionais, vai assimilando novos conhecimentos tecnológicos e se aperfeiçoando no desempenho de suas tarefas. Baseados nesta realidade, podemos afirmar que a transferência de mão-de-obra, de um país para outro, corresponde, também, a uma transferência de investimentos em recursos humanos e tecnologia. (cf. Silva A., 1988, p. 150).

A emigração empobrece as regiões que alimentam o seu fluxo e suportam os custos de formação de uma juventude que se sente perdida no momento em que se torna potencialmente activa, e suporta ainda custos com os idosos depois do seu regresso (cf. Amin, 2005)⁷⁵ cita como exemplo o Burkina-Faso que forneceu a maior parte da sua mão-de-obra activa à Costa do Marfim. Se se tivesse considerado os dois países como, na realidade, constituindo uma única região do sistema capitalista da época, as taxas características do “milagre da Costa do Marfim” teriam de ser divididas por dois.

⁷⁵ Samir Amin, (2005, pp. 570,571), II Simpósio Internacional Amílcar Cabral

5.4 A EMIGRAÇÃO CABO-VERDIANA

Após a Conferência de Berlim (1885), os cabo-verdianos foram encorajados a emigrar para a Guiné-Bissau para lá ocuparem postos em diversos escalões, tanto que entre 1920 e 1940 mais de 70% dos empregos públicos na Guiné-Bissau eram ocupados por cabo-verdianos ou descendentes. A emigração cabo-verdiana para o Senegal ocorre na mesma época que aquela para a Guiné-Bissau e subsiste na sua forma antiga até a segunda metade do século XX com os «lusos-africanos»⁷⁶ que se moviam sobretudo na esfera do comércio (cf. Andrade, E., 1996, pp.183-184).

A emigração cabo-verdiana para Dakar teve sobretudo um carácter permanente. Mas esse país representa igualmente um local de trânsito para outras terras de acolhimento. Neste contexto, a partir de Dakar alguns partiram para a Europa, sobretudo para a França, ou outros países africanos, nomeadamente, Costa do Marfim, Gabão e Benin.

Ao mesmo tempo, a emigração para os EUA, segundo António Carreira (1977, p. 63), começa entre 1685 e 1700 com o emprego de pescadores da baleia cabo-verdianos nos baleeiros norte-americanos que acostavam inicialmente para se abastecerem. A partir do século XVIII começou-se a pescar a baleia nos mares de Cabo Verde e dos Açores.

O crescimento do fluxo de emigrantes cabo-verdianos para Portugal deve-se à centralização em Portugal dos serviços de passaporte, que obrigava os cabo-verdianos que queriam emigrar, a ir à Portugal (cf. Andrade, E., 1996, p. 188).

Em 1960 e 1970, houve uma reorientação dos fluxos. A emigração para outros países da Europa (França, Alemanha, Itália), que começou nos primeiros anos da década de 60, aumenta nos finais dessa década. Mas, a partir de 1973, o campo migratório europeu reduz-se devido a medidas de restrição implementadas pelos governos de acolhimento.

De acordo com o IC⁷⁷, a emigração cabo-verdiana no Senegal é relativamente antiga, sendo que o início da sua fixação nesse país terá começado

⁷⁶ O termo «lusos-africanos», segundo Andrade E. (p.184), indica negreiros e lançados portugueses e cabo-verdianos, mais tarde mestiços e negreiros livres ou libertos, que se juntaram a eles e se fixaram em seguida na Senegâmbia e na costa. Eram conhecidos por «luso-africanos» por se considerarem de origem portuguesa, mesmo quando eram mestiços ou negros

⁷⁷ Instituto das Comunidades

no início do século passado, através da carreira marítima, primeiro para a Gâmbia e, mais tarde, para o Senegal. A semelhança dos imigrantes da CEDEAO, que vivem e trabalham nas obras públicas em Cabo Verde, os cabo-verdianos no Senegal trabalharam nas obras públicas tendo deixado marcas na construção do Porto de Dakar, palácio da Presidência e Assembleia Nacional, construção de estradas e muitas outras obras. Hoje é uma das comunidades estrangeiras mais bem integradas no Senegal.

De acordo com os dados do consulado cabo-verdiano em Dakar, encontram-se inscritos 7.681 cabo-verdianos residentes no Senegal, porém, estima-se que o número de cabo-verdianos residentes no Senegal ronda os 35 a 40 mil pessoas. Hoje em dia, Cabo Verde recebe os frutos da integração dos emigrantes cabo-verdianos no Senegal, visto que muitos filhos de cabo-verdianos regressaram ao país de origem dos pais para ajudarem com as suas formações no desenvolvimento do país.

De acordo com a A.C.C.I.⁷⁸, os originários de cabo-verdianos na Costa do Marfim situam-se à volta de 300 pessoas.

Segundo o IC, estima-se que os cabo-verdianos residentes na Guiné-Bissau rondam os 3000, incluindo os descendentes. A comunidade cabo-verdiana residente na Guiné-Bissau é muito peculiar, pelo que não é considerada como emigrantes, visto que se deslocaram à Guiné-Bissau desde o século XIX, para desempenharem funções durante o regime colonial.

Em relação aos outros países da CEDEAO, não há registo de residentes de nacionalidade cabo-verdiana.

5.5 AS MIGRAÇÕES NA CEDEAO

Antes e durante a colonização, os motivos das migrações na sub-região oeste africana, foram essencialmente económicos, mantiveram-se os mesmos objectivos após as independências em 1960-1970. A instabilidade política e a seca na região saheliana são factores que alimentam os movimentos de populações e a instalação durável dos migrantes nos países vizinhos.

Após as independências e a intensificação do fenómeno migratório, os governos dos diferentes países tomaram a decisão de expulsar os imigran-

⁷⁸ L'Amicale des Capverdiens en Côte D'Ivoire

tes para os seus respectivos países. Assim sendo, constatou-se perseguição dirigida aos imigrantes em diversos países. Vagas sucessivas de expulsão aconteceram, nomeadamente de senegaleses na Mauritânia e Mauritânicos no Senegal, originando tensões nos arredores do Rio Senegal em 1989, expulsão dos ghaneses da Nigéria em 1983 e expulsão dos ghaneses, burkinabés e malianos da Costa do Marfim (cf. Francis Akindés)⁷⁹.

A assinatura do protocolo de 1979, sobre a livre circulação de pessoas e bens para os diferentes Estados membros da CEDEAO, não produziu os efeitos esperados, visto que os cidadãos da Comunidade desconhecem as normas estabelecidas pelas autoridades.

A falta de conhecimento das normas referentes à circulação de pessoas e bens é notório em Cabo Verde, quando se vê imigrantes da costa ocidental africana, pertencentes a CEDEAO, residindo em Cabo Verde, sem nenhuma documentação, com entrada clandestina no arquipélago. Poderiam ter entrado no território cabo-verdiano com um documento de viagem e um atestado de vacina de acordo com a cláusula da livre circulação de pessoas e bens, direito de residência e estabelecimento.

Existem várias instituições comunitárias que poderiam facilitar a integração dos países da CEDEAO, nomeadamente o Banco Central dos Estados da África do Oeste (BCEAO), a União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA), o Conselho da Aliança, a Comissão Subregional das Pescas, o Comité Inter-estados da luta Contra a Seca no Sahel (CILSS), etc. Essas instituições servem de instrumento de gestão comunitária dos acordos políticos e económicos no espaço, mas também de regulação das suas potencialidades, para além de facilitar a integração dos imigrantes nos respectivos países.

5.6 OS IMIGRANTES DA CEDEAO EM CABO VERDE

A entrada em Cabo Verde de pessoas oriundas da CEDEAO teve início nos anos 90, altura da abertura política em Cabo Verde e o despoletar de conflitos armados e guerras civis na Serra Leoa, Libéria, Guiné-Bissau, associados aos problemas económicos, étnicos e religiosos nos diversos países da região.

⁷⁹ akindes@ird.ci

A imigração é facilitada pelo acordo que estabelece a livre circulação de pessoas e bens, direito de estabelecimento e residência entre os países pertencentes à organização subregional. Neste contexto, por pertencer a Comunidade Económica da África Ocidental (CEDEAO), Cabo Verde possui disposições específicas quanto à circulação de pessoas, direito de residência e estabelecimento. Todavia, a CEDEAO deixa aos Estados membros a competência para a regulação de aspectos fundamentais quanto ao regime de entrada e permanência e a concessão do direito de residência a estrangeiros nacionais dos Estados membros, no pressuposto de que existem questões de soberania e razões de Estado que impedem a devolução à Comunidade do poder de regulação exaustiva dessa matéria⁸⁰.

Podemos constatar, através da polícia de fronteira de Cabo Verde, que existem imigrantes legais e ilegais no país, de acordo com o quadro abaixo indicado.

Quadro 19: Imigrantes da CEDEAO residentes em Cabo Verde, 2005

Países	Nº de imigrantes	Legais	Ilegais
Benin	6	2	4
Burkina-Faso	3	1	2
Costa do marfim	7	0	7
Gambia	11	3	8
Ghana	88	21	67
Guiné-Conakry	21	3	18
Guiné-Bissau	702	278	424
Libéria	1	0	1
Mali	19	8	11
Níger	0	0	0
Nigéria	321	136	185
Senegal	366	175	191
Serra Leoa	62	23	39
Togo	11	2	9
Total	1618	652	966

Fonte: Polícia de Fronteira de Cabo Verde

Os imigrantes entram em Cabo Verde por via marítima ou aérea, devido à insularidade, o arquipélago faz fronteira marítima com o Senegal e a Mauritânia.

⁸⁰Decreto legislativo nº 6/97 de 05 de Maio, I série B.O nº17

De acordo com a polícia de fronteira, encontram-se neste momento, em Cabo Verde, 1618 imigrantes da CEDEAO, sendo 652 legais e 966 ilegais, outros clandestinos por terem entrado no arquipélago sem nenhum documento de identificação válido.

Segundo ainda a polícia de fronteira de Cabo Verde, foram repatriados 110 cidadãos da CEDEAO por entrada clandestina no país, 1 cidadão por tráfico de droga e 6 por distúrbios na ilha do Sal e Santiago. De acordo com a mesma fonte, encontram-se em Cabo Verde 103 clandestinos, sendo 63 encontrados à deriva nos mares de Cabo Verde e 40 num iate na ilha do Sal.



Imagem 1: Foto de um grupo de clandestinos interceptados pelas autoridades cabo-verdianas em 2006

Fonte: Expresso das ilhas online 11 de Maio de 2006

Não havendo uma estatística oficial neste momento sobre a imigração em Cabo Verde, as estimativas não faltam em relação a esta matéria. O Jornal aSemana, estima haver cerca de cinco mil imigrantes ilegais – muitos entrados no país legalmente, mas que permanecem no país sem autorização de residência ou com vistos expirados, outros que chegaram sem qualquer documentação⁸¹. A maior parte vive nas ilhas de Santiago, Sal, Boavista e São Vicente, outros estimam haver cerca de 15 a 20 mil estrangeiros da

⁸¹ Jornal aSemana, 02 de Junho de 2006

costa ocidental africana, perspectivando neste momento, por parte da polícia de fronteiras, um inquérito para confirmar os dados.

De acordo com a polícia de fronteira, o período de estada em Cabo Verde é de 90 dias, incluindo meio de subsistência de 110 mil escudos por semana, ou seja 1.320.000 escudos por um período de três meses, para além do bilhete de passagem de chegada e regresso. De acordo com a mesma fonte, esta quantia um pouco exagerada tem por finalidade impedir a entrada dos imigrantes da Costa Ocidental em Cabo Verde.

No entanto, os imigrantes podem entrar com um documento de viagem (Bilhete de Identidade ou Passaporte) e um atestado de vacina por encontrarem-se abrangidos pelo artigo 29 do Tratado Revisto da Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) de 24 de Julho de 1993, que diz o seguinte: aos cidadãos da Comunidade têm o direito de entrada, residência e estabelecimento e os Estados Membros comprometem-se a reconhecer estes direitos aos cidadãos da Comunidade nos seus territórios respectivos em conformidade com as disposições contidas nos correspondentes protocolos.

Segundo a Polícia de Fronteira, muitos dos imigrantes da CEDEAO, que estão ilegais em Cabo Verde, procuram as autoridades para a sua legalização, porém, estes devem possuir os seguintes documentos:

Requerimento (através do impresso aprovado pela portaria nº 12/99, de 9 de Agosto);

Documento de viagem válido para entrada e saída do território Nacional com visto temporário valido;

Duas fotografias actualizadas do requerente, tipo passe e a cores;

Meios económicos adequados e suficiente;

Atestado de saúde (médico) ou equivalente;

Certificado internacional de vacina;

Documento que fundamente a qualidade do requerente e o motivo da estadia;

Certificado de registo criminal ou documento equivalente emitido no país da sua nacionalidade devidamente traduzido para a língua portuguesa e visado pelos serviços consulares de Cabo Verde;

Certificado de registo criminal de Cabo Verde se se encontra há mais de 6 meses no país;

Documentos comprovativos das condições de alojamento em Cabo Verde (contrato de arrendamento de casa válido);

Outros documentos exigidos pelos serviços de fronteira.

Esses documentos exigidos criam constrangimentos à legalização dos imigrantes da CEDEAO, visto que muitos deles entram no país de forma clandestina, não possuindo desta forma, nem visto de entrada, nem outros documentos exigidos pelas autoridades cabo-verdianas.

A instrução dos imigrantes foi também analisada através de quadro referente ao censo 2000, efectuado pelo INE.

Países	Pré-escolar	Alfabetização	EBI	Secundário	Curso Médio	Curso Sup	Sem Instrução	NR	Total
Benin	0	0	1	1	0	0	0	0	2
Burkina-Faso	0	1	2	2	0	0	0	0	5
Costa do Marfim	0	0	4	3	0	1	0	0	8
Gambia	1	0	5	2	0	2	2	1	13
Ghana	0	0	16	57	5	8	1	6	93
Guiné-Conakry	1	0	34	36	1	3	9	8	91
Guiné-Bissau	9	6	265	388	42	80	65	19	874
Libéria	0	0	4	2	0	1	0	0	7
Mali	0	0	1	8	1	1	2	1	14
Niger	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nigéria	3	1	43	64	10	12	5	9	147
Senegal	5	2	182	139	14	56	60	16	474
Serra Leoa	0	1	8	22	0	2	1	1	35
Togo	1	0	0	3	0	1	0	0	5
Total	20	11	565	727	73	167	145	61	1768

Fonte: Censo 2000, INE

O quadro acima reflecte o nível de instrução e o número de imigrantes oriundos da costa ocidental africana (CEDEAO). De acordo com o censo 2000, constatamos que o Senegal e a Guiné-Bissau são os países da sub-região que têm maior número de pessoas com formação média e superior residindo em Cabo Verde. A Guiné-Bissau conta com 42 pessoas com formação média e 80 com formação superior enquanto que Senegal conta com 14 com formação média e 56 com formação superior. Estes dois países destacam-se também com o maior número de imigrantes com o ensino secundário e o ensino básico integrado.

A Nigéria é o país que vêm a seguir, contribuindo com 10 e 12 indivíduos com cursos médios e superior respectivamente, seguido do Ghana com 5 e 8 indivíduos com cursos médio e superior respectivamente.

Quadro 20: Nível de Instrução dos Imigrantes da CEDEAO residentes em Cabo Verde, 2000

A situação maioritária da Guiné-Bissau e do Senegal, em termos de números de imigrantes e números de indivíduos com formação média e superior, deve-se à guerra civil despoletada na Guiné-Bissau, nos finais dos anos 90, aos baixos salários praticados pela função pública guineense e pela facilidade em termos de integração, devido à língua comum ser o português. Para o Senegal, é preciso ter em conta a excelente integração da imigração cabo-verdiana no Senegal, que neste momento produz os seus frutos, através da boa formação dos jovens da segunda geração que escolhem o país dos seus pais para trabalharem como técnicos médios e superiores em diversas instituições cabo-verdianas.

De acordo com os dados do Censo 2000, apesar de todos os imigrantes da costa ocidental não terem formação superior, média ou secundário, na sua generalidade, contribuem de uma ou de outra forma para o desenvolvimento de Cabo Verde, tanto nas obras públicas, no comércio e nas instituições públicas ou privadas com as suas formações.

5.6.1 Motivo da imigração

Está na origem da imigração dos cidadãos da costa ocidental africana⁸² um elevado número de desemprego registado nos países africanos de origem, instabilidade política, problemas económicos e sociais, pobreza, seca, aumento da densidade demográfica e falta de formação profissional.

Outra razão da imigração é que na maioria desses países africanos há conflitos armados, em que os cidadãos procuram alternativa de uma vida melhor em outros países.

A escolha de Cabo Verde por parte dos imigrantes dos países da CE-DEAO deve-se ao facto de o país ter estabilidade política, não registar conflitos armados nem raciais, existir amabilidade da população, e possuir uma língua facilmente assimilável e de se lhes permitir maior facilidade na actividade comercial.

⁸² Grupo de trabalho intitulado (Terceira Sessão), que fez um estudo sobre a imigração da costa ocidental africana em Cabo Verde, http://www.ifwea.or/isc/iw-isc/portuguese/ccsl_3_portugues.html 08-12-2005

Os conflitos armados geram crises económicas e sociais profundas e frequentes, originando um crescimento desigual que assola a vida de milhares de africanos, todos esses factores fizeram com que se aumentassem os fluxos migratórios de pessoas em busca de melhores condições de vida. Muitos desses imigrantes escolhem Cabo Verde como destino porque nos últimos anos o país tornou-se atractivo não só como rota para os grupos migratórios atingirem a Europa ou a América do Norte, mas também como destino por se tratar de um país sem conflito e economicamente promissor.

A maioria dos imigrantes entrevistados garantiram de facto que em Cabo Verde há maior facilidade de se obter um visto para os países da Europa e a América do Norte. De acordo com o grupo de trabalho que fez o estudo junto dos imigrantes da CEDEAO, esta imigração traz algumas dificuldades ao país que não possui condições necessárias para albergar os imigrantes. Falta de habitação, aumento do número de desempregados, falta de formação profissional. Por outro lado, reconhece que existem diferentes formas de vida culturais desses imigrantes, cada grupo com a sua religião, língua e maneira de viver.

5.6.2 A inserção social dos imigrantes

A integração dos imigrantes na sociedade deve ser plena e acompanhada de políticas públicas que favoreçam o bem-estar daqueles que conseguirem a legalização e escolherem Cabo Verde para viver. É preciso que haja vontade para ajudar na integração desses cidadãos. Esta integração passa pela parceria e envolvimento do país de origem e o de acolhimento do imigrante, na resolução dos seus problemas, através de projectos de inclusão social.

Os ilegais, com entrada clandestina, sem nenhuma documentação e que violam as leis da República, esses deveriam ser repatriados para os seus países de origem. Para que isso aconteça é preciso que o Estado tenha em mente quantos imigrantes estão em Cabo Verde e onde estão, é preciso inquiri-los, saber a nacionalidade de cada um deles, tendo ou não documento válido de entrada, ou seja, o cadastro desses imigrantes é muito importante para a planificação.

É preciso uma política de imigração que cria as condições morais, de justiça social, de igualdade e de cidadania cívica e integrativa. À semelhança da Europa, a maioria dos Estados quer uma política implícita de imigração, onde a integração social não é visível. Uma forma de integração dos imigrantes na Comunidade seria o direito de voto nas eleições municipais. Poder-se-ia também permitir-lhes participar na tomada de decisões a nível local. Encorajá-los a participar nas Associações, seria um outro meio de transformar o espaço de proximidade repartido em instrumento político de integração.

Para conter a onda de emigração clandestina, seria necessário um forte investimento nos países de origem na luta contra a exclusão social, na criação de empregos, na melhoria das condições de saúde, educação e segurança dos cidadãos. Nesta óptica, tendo em conta que o destino final desses emigrantes clandestinos é a Europa, a União Europeia, poderia desempenhar uma função importante na resolução desse tipo de problema, através de investimentos na luta contra a pobreza, envolvendo a cooperação existente entre os ACP-UE e outras modalidades de cooperação a criar para o efeito.

Tendo em conta o número de imigrantes estabelecidos em Cabo Verde, há já vários anos, o Estado deveria avaliar quantos cidadãos comunitários já preenchem os requisitos, com vista a facultar-lhes a nacionalidade cabo-verdiana; flexibilizar a concessão de autorização de residência permanente; incentivar as famílias que têm crianças para que utilizem os estabelecimentos oficiais de ensino para a educação dos mesmos; dar oportunidade de reunificação familiar; criar um organismo estatal de aconselhamento e protecção dos seus direitos; analisar a questão de visto de permanência e de trabalho, bem como o visto para trabalho temporário, tendo em conta as necessidades de mão-de-obra de que o país carece neste momento. Seriam algumas medidas de integração social dos imigrantes que provavelmente agradariam tanto os países de origem como algumas instituições de defesa dessas minorias.

O COMÉRCIO 06.

O comércio baseia-se na troca voluntária de produtos. As trocas podem ter lugar entre dois parceiros (comércio bilateral) ou entre mais do que dois parceiros (comércio multilateral). Na sua forma original, o comércio fazia-se por troca directa de produtos de valor reconhecido como diferente pelos dois parceiros, cada um valorizando mais o produto do outro. Os comerciantes modernos costumam negociar com um meio de troca indirecta, o dinheiro. É raro fazer-se troca directa hoje em dia, principalmente nos países industrializados. Como consequência, hoje podemos separar a compra da venda. A invenção do dinheiro (e subsequentemente do crédito, papel moeda e dinheiro não-físico) contribuiu para a simplificação e promoção do desenvolvimento do comércio.

Muitos aceitam a teoria, que não é óbvia, de que o comércio beneficia ambos os parceiros, porque se um não fosse beneficiado ele não participaria da troca, e rejeitam a noção de que toda a troca tem implícita a exploração de uma das partes. O comércio, entre locais, existe principalmente porque há diferenças no custo da produção de um determinado produto comerciável em locais diferentes. Como tal, uma troca aos preços de mercado entre dois locais beneficia a ambos.

Na actualidade, o comércio mundial é regulamentado pela (OMC) Organização Mundial do Comércio.

O comércio pode estar relacionado com a economia formal, legalmente estabelecido, com firma registada, dentro da lei e pagando impostos, ou pode ainda estar relacionado com a economia informal, que são as actividades à margem da formalidade, sem firma registada, sem emitir notas fiscais, sem pagar impostos⁸³.

⁸³ <http://pt.wikipedia.org/wiki/Com%C3%A9rcio>, 18-09-06

6.1 O COMÉRCIO INTERNACIONAL

O comércio internacional evoluiu ao longo do tempo, desde do Egipto à Mesopotâmia, passando pelos Fenícios, Gregos e Romanos.

O comércio internacional permite superar a «escassez do mercado» e leva à divisão do trabalho ao «grau máximo de perfeição em todos os sectores da produção», aumentando, desta maneira, a produtividade e riqueza, Smith (Grassi, M., 2003, p. 40).

A ideia das vantagens comparativas que a inserção na rede mundial das trocas traz a todos os que nela participam, é aperfeiçoada por David Ricardo, com a sua teoria das vantagens comparativas, segundo a qual, num sistema de absoluta liberdade de troca, cada nação emprega de maneira evidente o próprio capital e o próprio trabalho nas utilizações que resultam mais vantagens para a própria nação e esta procura de uma vantagem individual adequa-se perfeitamente à vantagem geral, (Marzia Grassi. 2003, p. 40).

Por seu lado, John Stuart Mill, (Grassi, M., 2003, p. 40) afirma que, ao considerarmos um povo que se encontra num estado de atraso cultural, de paragem, a instauração do comércio internacional (dando-lhe a conhecer novos objectivos ou induzindo-o a adquirir bens que nunca tinha pensado poder obter) provoca às vezes uma espécie de revolução industrial, originando maior trabalho, poupança e acumulação.

Para Karl Marx (Grassi, M., 2003, pp. 40,41) o mercado mundial é uma das características fundamentais do sistema capitalista e que a sua formação se interliga com o processo de desenvolvimento do novo modo de produção. E, como este, na Europa, é o resultado de lutas violentas entre classes, de leis repressivas, de empobrecimento de populações inteiras, também a formação de relações económicas com países extra-europeus não é o resultado espontâneo de critérios de racionalidade económica ou da influência pacífica das ideias e das práticas dos povos mais evoluídos sobre os mais atrasados.

6.2 O COMÉRCIO NA ANTIGUIDADE

A história ensina-nos que a civilização egípcia se desenvolveu a partir do IV milénio a.C., sendo portanto uma das mais antigas que se conhece.

Segundo os historiadores, o Egipto possuía um comércio externo inexpressivo, representado por artigos de luxo – para uso nos palácios e nos templos – e alimentos. O comércio internacional da Mesopotâmia já foi mais avançado. Os mesopotâmios chegaram mesmo a estabelecer-se no exterior a fim de activar as trocas, ao mesmo tempo que expedições com finalidades comerciais visitavam países estrangeiros. Os fenícios, por sua vez, desenvolveram sua economia visando evitar a concorrência externa e tornaram-se simultaneamente grandes navegadores, dominando o comércio marítimo de sua época. Os gregos, apesar de desenvolverem uma economia mais ou menos complexa, não dispunham de suficiente abastecimento de alimentos, o que os obrigava a adquirir no exterior parte de seu consumo, pagando suas compras com a exportação de azeite, vinho e produtos de sua indústria. Concluimos, pois, que, na Antiguidade, o comércio internacional visava apenas a obtenção de alimentos, quando necessários, e de artigos de luxo para uso das classes privilegiadas.

No início da era cristã, as trocas internacionais já eram mais prósperas. O Império Romano buscava na Índia, na China e no Sudeste Asiático artigos considerados de luxo, tais como pedras preciosas, ouro, seda e especiarias. A importância dos artigos de luxo, por parte dos romanos, levou Tibério a denunciar no Senado “a voga das sedas e das pedrarias em troca das quais se desviaram os tesouros do império para populações estranhas ou inimigas».

Essas condições do comércio continuaram até o final da Idade Média. Embora nesta época já houvesse desenvolvido uma classe de mercadores, muitos dos quais bastante famosos, o comércio ainda era realizado tendo como base a troca de artigos de luxo, para uso de uma minoria privilegiada, e de alimentos, quando a necessidade urgia. (cf. Silva, A., 1988, pp. 27,28).

6.3 O COMÉRCIO A PARTIR DO SÉCULO XVI

No início do século XVI, a população da Europa Ocidental era de aproximadamente 60 milhões, dos quais mais de 80% viviam na zona rural. Os restantes nas cidades, compunham-se de artesões, pequenos comerciantes, empregados diversos e de uma minoria representada por nobres, alto

clero e ricos comerciantes. Essa minoria desfrutava de grandes rendas e detinha o poder político.

Na época, a produção não agrícola era artesanal, e apenas na manufatura de tecidos de lã o “sistema artesanal corporativo” havia dado lugar ao “sistema distributivo”, em que o comerciante capitalista comprava a lã crua e a entregava nas casas dos fiandeiros e tecelões para que estes a transformassem em tecido. O comércio interno era limitado a uma minoria privilegiada, já que a população em geral não dispunha de recursos senão para sobreviver. O comércio externo era, portanto, como já vimos, limitado a satisfazer o luxo dos ricos.

A partir daí, houve uma revolução no comércio, provocada em grande parte pelo aumento populacional, pelas cruzadas e pelas descobertas geográficas. A descoberta das Américas criou novos mercados, ao mesmo tempo que gerou fontes adicionais de ouro e prata para seus colonizadores. O comércio tornava-se cada vez mais lucrativo, pois os preços dos produtos aumentavam enquanto os salários se mantinha estacionários. Os lucros tanto no mercado interno como no externo, alimentaram a formação de fortunas individuais e seus detentores tornaram-se poderosos nos negócios económicos e políticos.

A ascensão da classe dos comerciantes foi uma decorrência natural do incremento de suas actividades, através das quais se introduziram novos produtos no mercado, se activaram as trocas com o exterior e se expandiram os sistemas de produção. O comerciante capitalista conseguiu posição de importância “tanto como investidor e empresário quanto como financiador e conselheiro de reis e príncipes”

Ao mesmo tempo que o comércio se expandia e os comerciantes passavam a ter posição de destaque na sociedade, surgiam na Europa poderosas Nações-Estados: Inglaterra, Espanha, França e Holanda. Os governos centrais, com a arrecadação de impostos, deixavam de depender dos nobres para a sua defesa e se fortificavam, adquirindo armas e contratando mercenários para formar seus exércitos.

A expansão económica, o aparecimento da classe capitalista, o nascimento de Estados-nacionais e o desejo do poder por parte do Estado gerou a doutrina e a prática mercantilista. O mercantilismo pregava que o Estado deveria ser forte e, deveria possuir um exército e uma armada

que garantissem os transportes marítimos e protegessem as colónias. Por sua vez, a manutenção dessas forças militares requeria grandes gastos e, o ouro era considerado o principal fundamento do poder nacional.

Se dentro do espírito da doutrina mercantilista, o Estado deveria ser forte, o governo para manter esta posição precisava controlar toda a actividade económica a fim de assegurar o incremento da riqueza. Dentro deste contexto, formulou-se a **Teoria da Balança Comercial** que pode ser assim resumida: uma nação somente poderá lucrar com o comércio exterior se este apresentar saldo favorável, ou seja, um excedente do valor das exportações sobre a das importações. Esta doutrina era plenamente justificável se nos lembrarmos de que, para os mercantilistas, os metais preciosos – ouro e prata – constituíam a principal riqueza e que, para os países que não possuíam minas desses metais, o único meio de obtê-los era recebê-los como pagamento das exportações líquidas.

O Mercantilismo predominou no período que vai de 1500 a 1750. Entretanto, nesse período processava-se uma revolução cultural, religiosa, política, social e económica que culminou com a vitória das doutrinas liberais e, conseqüentemente, com o predomínio do liberalismo a partir da segunda metade do século XVIII.

No início do século XVIII, os comerciantes já constituíam uma classe poderosa, com grande influência junto dos governos. A eles, comerciantes, se juntaram industriais, banqueiros e armadores. A corporação foi sendo substituída pelo negociante individual que, a esta altura, percebeu que a liberdade permitiria o aumento de seus ganhos, uma vez que um mercado livre oferecia melhores oportunidades para a iniciativa individual. Este ponto de vista aumentou os pronunciamentos contra a intervenção do Estado na economia. Assim, a crescente repulsa pela regulamentação do comércio foi sendo reforçada. Diante dessa situação, os governos foram obrigados a reduzir o controle sobre a actividade económica e permitir o desenvolvimento do liberalismo.

Em meados do século XVIII, na Inglaterra e na Holanda, a revolução comercial e política já havia terminado a sua obra e uma sociedade agrária simples tinha-se transformado numa economia complexa com indústria e comércio florescentes. O sistema de produção era predominantemente capitalista e o comércio, de apenas local, tornou-se mundial. A actividade

económica não estava mais sujeita ao controle da corporação, do Estado, ou da Igreja. As decisões económicas eram agora tomadas pelos empresários individuais que abasteciam um mercado em expansão.

A esta altura dos acontecimentos, Adam Smith veio consolidar a liberdade individual no campo económico, ao formular a seguinte filosofia económica: ao procurar o seu próprio interesse o indivíduo promove o interesse da sociedade mais do que se realmente procurasse promovê-lo. Em favor da liberdade de comércio e, portanto, do liberalismo, Adam Smith afirmou, ainda, que “a importação de ouro e prata não é o principal e muito menos o único benefício que uma nação obtém com seu comércio exterior. Todos os países que praticam o comércio exterior obtêm duas vantagens distintas: eles exportam a superprodução de sua terra e de seu trabalho, para a qual não há procura interna, e obtêm em troca alguma coisa para a qual existe procura. Eles dão valor ao que sobra trocando por aquilo que possa satisfazer às necessidades e aumentar o bem-estar” (Silva, A., pp. 28,29,30)

A Revolução Industrial, ocorrida a partir de fins do século XVIII, veio libertar totalmente as energias individuais e permitir que o individualismo predominasse em todos os campos da actividade humana. Desta forma, o mercantilismo deu lugar ao liberalismo que predominou até o início do século XX.

6.4 O COMÉRCIO NA ACTUALIDADE

A Revolução Industrial, caracterizada por uma série de invenções inter-relacionadas e a sua aplicação na indústria – inovações –, mudou completamente as estruturas da época. Desta revolução, destacamos dois elementos muito importantes: a fábrica e a liderança industrial.

A fábrica significa uma verdadeira revolução económica, social e técnica. O trabalho artesanal, desenvolvido no lar, foi substituído pelo trabalho na fábrica. O trabalho divorciou-se do capital criando-se duas novas classes sociais distintas: a dos empresários – capitalistas – e a dos operários – assalariados. Simultaneamente, o emprego de novas técnicas, isto é, o uso de novas máquinas, permitiu grande aumento da produção.

A liderança industrial, por sua vez, foi representada pelos empresários inovadores que, obtendo capital, empregando novas técnicas e ampliando os mercados, iniciaram o sistema actual de produção.

Com base nas condições acima, processou-se (e ainda se processa) o crescimento económico mundial. Embora Nações ainda permaneçam subdesenvolvidas e durante séculos tenham relegado o desenvolvimento para o segundo plano, hoje todos os povos desejam progredir economicamente e atingir um grau de industrialização compatível com o das nações mais adiantadas. Para se desenvolverem, as Nações mantêm determinados controlos sobre o comércio exterior, visando proteger a sua industrialização e defender seus mercados e suas reservas de matérias-primas. Mesmo os países mais adiantados, quando se vêem prejudicados pelos princípios do liberalismo, lançam mão de controlos sobre o seu comércio para salvaguardar seus interesses.

6.5 O COMÉRCIO EM ÁFRICA

No período pré-colonial os povos africanos já tinham consciência da sua diversidade do meio ambiente, tanto do ponto de vista dos recursos naturais como nos aspectos culturais. O que caracteriza a História de África são os grandes movimentos de populações e a sua interpenetração resultante do comércio de “longa distância”, características que se mantiveram mesmo com as fronteiras traçadas pela colonização a partir dos fins do século XIX, Coquery – Vidrovitch (Torres, A., 1999, p. 124).

A economia africana era caracterizada por uma agricultura sobretudo de subsistência e por um comércio local a longa distância, (Grassi, M., 2003. p. 55)⁸⁴. O comércio de longa distância e regional era feito por grupos particulares que no caso do comércio regional, correspondiam a uma divisão do trabalho, subordinada à estrutura social da aldeia, baseada na linhagem. Nas sociedades de linhagem, segmentárias, (cf. Grassi, M., 2003. p.55)⁸⁵, a circulação dos bens efectuava-se sob a forma de prestação dos mais jovens aos mais anciãos e de redistribuição dos anciãos aos

⁸⁴ Apud. , Evans Pritchard

⁸⁵ Apud, Pouillon

mais jovens e era organizada segundo as regras do parentesco conforme Meillassoux, Balandier e Rey (Grassi M., 2003, p. 55). No caso do comércio à longa distância, tratava-se de grupos cujo poder coexistia com o poder do chefe da aldeia e dos mais velhos. Nos lugares onde o comércio era mais intenso, apareciam estruturas políticas centralizadas e complexas a que Evans Pritchard (Grassi, M., 2003), chama «sociedades estatizadas» - , com a própria aristocracia, o próprio exército e onde se realizavam lucros importantes através do comércio (de ouro de cola e escravos).

Já no período pré-colonial, 1250 a 1850, uma importante rede de mercadores foi constituída a partir de três principais bacias de produção: a zona saheliana pelo sal, a borracha arábica, o ouro, o cobre, o perfume a tinta; a zona sudanesa pelo anil, manteiga de Karité, os tecidos e o ferro; a zona guineense pelo sal de mar, o ouro, o marfim, a cola. Os principais actores dessas trocas, ao longo dos tempos, foram os Mandé, compostos por nacionalidades dioula (Cote d'ivoire, Mali, Guiné, Burkina-faso), wangara (Ghana, Togo) e dendi (Benin, Níger); haoussa Kanuri dispersos entre o Níger, a Nigéria, o Togo e o Ghana; yoruba éparpillés entre o sul da Nigéria, o Benin, o Togo e o Ghana. Essas trocas mercantis facilitaram o desenvolvimento das vilas entrepostos ao contacto da floresta e da savana. Os fluxos comerciais passavam às fronteiras desses espaços para atingir a bacia mediterrânica. A dinâmica dessas redes mercantis favorecia igualmente o encontro de culturas e de nacionalidades. De 1850 à 1960, a colonização reconfigurou as direcções dos fluxos à volta de produtos de rendimento estratégico, tais como o amendoim, o azeite de palma, o cacau, o café. A partir daí, duas bacias urbanas emergem: o eixo Cabo Verde/ Lago Tchad e as cidades costeiras, portas abertas para o exterior. Esses novos eixos não afectaram as redes mercantis pré-coloniais que adaptaram aos novos circuitos, paralelos aos colonizadores (cf. Akindès, F.,)

Durante séculos, as grandes migrações estiveram na base do desenvolvimento das trocas regionais, como o comércio da cola, do gado, do peixe seco e fumado, entre os países sahelianos e os países costeiros. Foi a partir dessas trocas que se desenvolveram, na região ocidental, políticas económicas baseadas na existência de várias moedas locais peças de tecido, moedas regionais (cauris), moedas internacionais (ouro) (cf. Torres, A.,

1999, p.124). Na época medieval europeia, grandes formações políticas africanas deram origem a impérios: Mali, Ghana, Songai, Ashanti etc.

Apesar do desaparecimento desses impérios, ficou uma forte tradição de contactos intra e inter-regionais, como a prova a existência de grandes famílias hoje espalhadas por toda a África ocidental, em verdadeiras confrarias mercantis, cujos laços passam facilmente por cima das fronteiras políticas e barreiras alfandegárias nacionais ou regionais (Ibid., p124).

Sucedeu-se ainda no período pré-colonial, a multiplicação de “micro-Estados”. A formação desses “micro-Estados” favoreceu o sistema de caravanas na África Ocidental e conduziu ao aparecimento de “mercados-etapas” no comércio de longa distância. Os chefes dos “micro-Estados” viviam dos tributos dos viajantes, os quais eram regulares e suficientemente importantes para sustentarem as cortes com desafogo.

É nesse sistema, onde a interpenetração informal é vincada, que surge a “era colonial”. Numa primeira fase, com as feitorias comerciais e a economia do tráfico, associado aos chefes locais e a sua gestão económica. O papel dos chefes locais como intermediários não mudou substancialmente com a aparição das colónias e a criação dos Estados modernos, sendo ainda hoje muito fortes os laços existentes entre as elites modernas e os poderes “tradicionais”. Igue (cf. Torres, A., 1999. p.125).

6.6 AS DESIGUALDADES NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Os custos e benefícios do comércio tem sido desigualmente distribuídos entre e dentro dos países, perpetuando um padrão de globalização que cria prosperidade para uns, no meio da pobreza maciça, e desigualdade crescente para outros.

Os países pobres têm dificuldade em contornar a situação, visto que os países ricos criam todos os mecanismos de bloqueio aos mais pobres, da mesma forma que salienta as virtudes dos mercados abertos, dos terrenos nivelados e do comércio livre, especialmente nas suas prescrições para os países pobres, esses mesmos governos mantêm as barreiras proteccionistas contra os países em desenvolvimento. Também gastam milhões de dólares em subsídios.

As negociações da Ronda de Doha da Organização Mundial do Comércio foram classificadas como “ronda do desenvolvimento”. Os países ricos prometeram medidas práticas para alcançar uma distribuição mais justa dos benefícios da globalização (RDH, 2005 p.113). No entanto, quatro anos depois, nada de substancial foi alcançado. As barreiras comerciais permanecem intactas, os subsídios agrícolas têm sido aumentados e os países ricos têm prosseguido, agressivamente, com regras sobre investimento, serviços e propriedade intelectual que ameaçam reforçar as desigualdades mundiais. O prolongado declínio dos preços dos produtos primários – quase não figuram na agenda do comércio internacional.

O crescimento económico sustentado requer que os países pobres aumentem as suas exportações para os países ricos, conseguindo assim divisas para importar bens de capital, (Sachs, J., 2006, pp.411,412). No entanto as barreiras comerciais desses países atrasam o crescimento das exportações. A África beneficiaria, sem dúvida, com a liberalização do comércio em produtos tropicais como o algodão, o açúcar, a banana), por que a liberalização de uma forma geral só beneficiará grandes exportadores de alimentos como os Estados Unidos, o Canadá, o Brasil e a Austrália (Ibid., 2006).

Hoje em dia a prosperidade de qualquer país no sistema de comércio mundial está cada vez mais dependente da prosperidade de outros. É verdade que a interdependência é assimétrica: os países em desenvolvimento continuam a ser mais dependentes dos países industrializados como mercado de exportação, do que os países industrializados estão dos países em desenvolvimento.

Segundo o (RDH, 2005), as exportações de manufacturas têm sido o catalizador da integração, conduzida pelo comércio de produtos de alta tecnologia (tais como electrónica e equipamento informático) e de produtos de tecnologia intermédia (tais como componentes de automóveis). O comércio de serviços também tem vindo a aumentar e representa actualmente um quarto do comércio mundial. Entretanto, a parcela da agricultura e produtos primários no valor do comércio mundial tem revelado um declínio constante, caindo de 15% para 10% do total, desde de 1980. Segundo o Relatório, um dos desenvolvimentos mais importantes

tem sido o rápido crescimento do comércio entre os países em desenvolvimento. Mais de 40% das exportações dos países em desenvolvimento destinam-se agora a outros países em desenvolvimento.

O crescimento das exportações dos países em desenvolvimento ultrapassou o crescimento dos países industrializados em todos os sectores tecnológicos – mas de forma mais espectacular na alta tecnologia. Só na agricultura, uma área em que os países em desenvolvimento têm uma óbvia vantagem comparativa, é que os países industrializados evitaram perder quota de mercado – um testemunho do poder do proteccionismo e dos subsídios agrícolas.

A Ásia oriental mais do que duplicou a sua quota das exportações mundiais de produtos manufacturados, passando para 18% do total. A China tem duplicado a sua quota de comércio mundial praticamente de cinco em cinco anos. Actualmente, a China oferece um quinto das exportações mundiais de vestuário e um terço dos telemóveis e é o maior exportador mundial de electrodomésticos, brinquedos e electrónica de computadores. O México também tem vindo a aumentar a sua quota do comércio mundial. Apenas sete países em desenvolvimento representam mais de 70% das exportações de baixa tecnologia e 80% das exportações de alta tecnologia (cf. RDH, 2005).

Excluindo o México, a presença da América Latina nos mercados mundiais de exportação de produtos manufacturados é limitada e está a diminuir. O México já representa mais de metade das exportações de produtos manufacturados da região. A quota da Ásia do sul está a subir, conduzida pelas exportações da Índia. Contudo a África sub-sahariana continua marginalizada. Embora o comércio tenha aumentado como parcela do PIB – de 40% para 55%, desde 1990 – a quota da região (excluindo a África do Sul) nas exportações mundiais caiu para 0,3%.

Os países de rendimento elevado, que representam 15% da população mundial, continuam a responder por três quartos das exportações mundiais. Embora a Índia seja uma das economias com maior crescimento do mundo, com as exportações a crescerem mais de 10% ao ano, desde de 1990, representa ainda apenas 0,7% das exportações mundiais.

6.7 OS FLUXOS COMERCIAIS DA CEDEAO

As vantagens comerciais na sub-região poderiam ser óptimas se os países efectivassem as regras estabelecidas de uma união aduaneira, segundo as propostas de Viner, ou seja, adoptassem a forma de **criação de comércio**, que corresponderia à substituição de produção interna por importações, a preço inferior, provenientes do parceiro na união. No outro caso, poderia adoptar aquilo que é chamado de **desvio do comércio**, atitude proteccionista que representa a substituição de uma fonte de abastecimento externa mais barata (de produção mais eficiente) por importações provenientes do parceiro (menos eficiente) que, apesar de terem um preço mais elevado, chegam ao consumidor a um preço inferior, devido ao facto de beneficiarem da isenção de direitos que incidem sobre os não membros da união (supondo que esta isenção é suficiente para compensar o excesso de custo). Esta forma seria ideal para que os países da CEDEAO aumentassem os fluxos comerciais na sub-região, permitissem desenvolver as indústrias e criassem os empregos com vista à resolução da pobreza extrema que afecta toda a região oeste africana.

Quadro 21: Comércio (importação) em milhões de ECV com os países da CEDEAO, 1990 -2005

Anos	Unidade	Gâmbia	Guiné Conakry	Gana	Costa do Marfim	Benin	Nigéria	Guiné Bissau	Libéria	Senegal	Togo	Serra Leoa	Mali	CEDEAO
1990	valor	0,0	0,0	0,0	164,4	0,0	73,2	5,8	0,1	14,8	13,5	0,5	0,0	272,3
1991	valor	7,7	0,0	0,0	387,8	0,0	51,8	5,8	0,0	34,8	13,7	0,0	0,0	501,6
1992	valor	19,2	0,0	0,0	323,7	10,8	109,3	27,8	0,7	55,8	64,2	0,0	0,0	611,5
1993	valor	53,4	1,3	0,0	325,0	0,0	38,4	36,6	0,0	89,3	23,8	0,0	0,0	567,8
1994	valor	46,1	11,1	0,0	182,1	0,0	3,9	16,1	0,0	78,7	6,6	0,0	0,0	344,6
1995	valor	62,5	17,2	0,0	262,2	18,3	29,3	12,5	0,6	109,6	56,9	0,0	0,0	569,1
1996	valor	57,5	2,3	0,0	211,7	0,0	181,0	8,1	0,0	137,3	0,0	0,0	0,0	597,9
1997	valor	36,7	7,1	0,0	135,6	0,0	0,0	16,1	0,0	275,8	0,0	0,0	0,0	471,3
1998	valor	19,6	21,5	0,1	157,5	0,5	37,3	4,6	0,0	173,2	0,1	0,0	0,0	414,4
1999	valor	3,5	9,3	0,0	212,3	0,0	0,0	0,2	34,3	173,3	0,0	0,0	0,0	432,9
2000	valor	4,4	0,0	0,0	162,8	0,0	0,0	1,0	0,0	176,7	0,0	0,0	0,0	344,9
2001	valor	5,3	0,0	3,0	243,8	0,0	0,0	5,3	0,0	151,6	0,0	0,0	0,0	409,0
2002	valor	2,2	1,0	0,5	201,1	31,3	0,0	6,1	0,0	314,6	0,0	0,0	0,1	556,9
2003	valor	1,3	0,0	47,1	907,0	0,0	0,0	2,5	50,2	428,6	0,0	0,0	0,0	1436,7
2004	valor	0,0	0,0	60,6	327,3	0,0	0,0	11,6	0,0	288,1	1,1	0,0	0,0	688,7
2005	valor	0,0	23,5	75,5	302,9	38,7	0,0	4,1	161,8	151,8	0,0	0,0	0,1	758,4
Total		319,4	94	187	4.507,2	100	524	164	248	2.654	180	1	0	8978,0

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas

Em relação a Cabo Verde, de 1990 à 2005, houve um fraco afluxo comercial dos países da CEDEAO, com maior destaque para a Costa do

Marfim, 4507,2 milhões de escudos, o Senegal 2652 milhões de escudos e a Gambia, 319,4 milhões de escudos. O Mali foi o único país da Comunidade que não exportou para Cabo Verde, embora a Serra Leoa tenha exportado apenas 1 milhão de escudos cabo-verdiano. As exportações provenientes dos países da CEDEAO foram de 8978,0 milhões de escudos cabo-verdianos.

Anos	Unidade	Gâmbia	Guiné Conakry	Gana	Costa do Marfim	Benin	Nigéria	Guiné Bissau	Libéria	Senegal	Togo	Serra Leoa	Mali	CEDEAO
1990	valor	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1991	valor	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8	0,2	0,0	0,0	0,0	1,0
1992	valor	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1993	valor	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	2,8
1994	valor	0,0	2,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,1	0,4	0,0	0,2	0,0	3,6
1995	valor	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	1,6	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	2,4
1996	valor	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	4,9	0,0	0,0	0,0	5,4
1997	valor	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,1
1998	valor	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1999	valor	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	24,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	24,9
2000	valor	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,9	0,0	3,3	0,0	0,0	0,0	8,2
2001	valor	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7,3	0,0	0,0	0,0	7,3
2002	valor	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,3	0,0	14,9	0,0	0,0	0,0	22,2
2003	valor	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	4,6	0,0	0,0	0,0	5,1
2004	valor	0,0	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	7,8	0,0	3,2	0,0	0,0	0,0	12,5
2005	valor	0,5	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7,1
Total		0,5	11,5	0,0	0,0	0,0	0,0	52,0	1,0	39,4	0,0	0,2	0,0	104,6

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas

Os países membros da CEDEAO, que não foram referenciados no estudo, foram o Níger e o Burkina-Faso, esses países são considerados os mais pobres do mundo, com carências em termos de produção industrial, produção alimentar, tendo sido assolados pela seca e a desertificação durante dezenas de anos, (Ver quadro 21).

A exportação de produtos de origem cabo-verdiana, para os países da sub-região oeste africana, de 1990 à 2005, está patente no quadro nº 22, e mostra o fraco fluxo de mercadorias efectuado ao longo desses anos. Podemos verificar que, de 1990 a 1992 as exportações foram fracas, embora tenha havido uma tímida relação comercial com a Guiné-Bissau, o Senegal e a Guiné Conakry, 52,0, 39,4 e 11,5 milhões de escudos cabo-verdianos, respectivamente. As exportações de produtos de Cabo Verde para o mer-

Quadro 22: Comércio (exportação), para os países da CEDEAO em milhões de ECV, 1990 - 2005

cado da CEDEAO foram de 104,6 milhões de escudos cabo-verdianos, reflectindo, por um lado, a incapacidade produtiva de Cabo Verde e, por outro, a fraca integração da região em matéria comercial.

Comércio	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
	imp.	imp.	imp.	imp.	imp.	imp.	imp.	imp.	imp.	imp.	imp.	imp.	imp.	imp.	imp.	imp.
CEDEAO	2,9	4,9	5,0	4,6	2,0	2,9	3,1	2,1	1,8	1,7	1,3	1,4	1,7	4,2	2,0	1,9

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas

Quadro 23:

Participação da CEDEAO no comércio externo de Cabo Verde, (%) 1990 – 2005

As importações da CEDEAO não ultrapassam os 5%, ou seja, a maior taxa ocorreu em 1992, 5,0%, 1991, 4,9% e 2003, 4,2% a menor taxa, ocorreu em 2000, 1,3% e 2001, 1,4%. Isso demonstra a fraca participação da CEDEAO no comércio externo de Cabo Verde, (quadro 21)

As exportações de Cabo Verde para os países da CEDEAO não ultrapassam os 3,8%, ou seja, a maior taxa ocorreu em 2002, 3,8% e 1999, 2,1%, em 1998 as exportações foram 0,0%. Cabo Verde continua com uma balança comercial deficitário em termos globais e na CEDEAO, em particular (ver quadro nº22).

Comércio	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
	exp.	exp.	exp.	exp.	exp.	exp.	exp.	exp.	exp.	exp.	imp.	exp.	exp.	exp.	exp.	exp.
CEDEAO	0,1	0,2	0,0	0,9	0,9	0,4	0,5	0,2	0,0	2,1	0,6	1,2	3,8	1,4	0,9	0,5

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas

Quadro 24:

Participação dos países da CEDEAO no comércio externo de Cabo Verde, (%) 1990 - 2005

O comércio entre os países da CEDEAO é estimado em 11% do comércio total com os países terceiros⁸⁶, a Nigéria representa mais de 68% de toda a comunidade, e três países apenas (Nigéria, Costa do Marfim e Senegal) atingem 84% do comércio total da CEDEAO, o que dá uma ideia do desequilíbrio entre os 15 países membros deste agrupamento regional (cf., Torres A. p. 184).

Nos anos 70 -80, a média anual do comércio (importações mais exportações) dos países da CEDEAO com o mundo foi de 40529,5 milhões de USD, enquanto o comércio intra-regional atingiu somente 1714,4 milhões de USD, ou seja 4,2% daquele montante. Essas percentagens mantiveram-se nos anos 90 (Ibid., p. 184).

⁸⁶ Secretariado Executivo da CEDEAO

No caso dos países de língua oficial portuguesa da CEDEAO, Cabo Verde e Guiné Bissau, estes têm uma percentagem muito fraca no comércio total com a região, facto que contribui, sem dúvida, para explicar as tentativas para reforçar as ligações com países fora do continente africano.

Os resultados acima apontados são considerados muito abaixo das expectativas da integração. Nessa perspectiva, é necessário e urgente a implementação da Tarifa Externa Comum (TEC). Uma Tarifa Externa Comum significa que todas as mercadorias que entrarem no território aduaneiro de qualquer país membro da CEDEAO serão sujeitas as mesmas tarifas aduaneiras. Em conjunto com a Área de Comércio Livre, uma Tarifa Externa Comum oferece várias e importantes vantagens para os importadores e exportadores da CEDEAO:

- Um mercado alargado constituído por todos os 15 Estados membros;
- Exactidão de custos para os comerciantes;
- Níveis de tarifas razoáveis;
- Modernização do sistema de colectar impostos, tornando-o cada vez mais transparente;
- Aumento da integração do sector informal no sector formal;
- Concretização da integração regional.

A Tarifa Externa Comum e a Área de Comércio Livre, as duas partes constituintes de uma União Aduaneira, foram ambas acordadas pelos Chefes de Estado da CEDEAO no Tratado da CEDEAO de 1975 e novamente no Tratado da CEDEAO revisto em 1993. Para revigorar o processo, e face à necessidade de integrar o relacionamento da EU/ACP com a Organização Mundial do Comércio (OMC), os Chefes de Estado e de Governo acordaram em Dezembro de 2000 que a Tarifa Externa Comum e a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), constituirão a base da Tarifa Externa Comum da CEDEAO. Assim, os sete países não membros da UEMOA (Cabo Verde, Gambia, Ghana, Guiné Conakry, Libéria, Nigéria, Serra Leoa), deverão trabalhar visando a harmonização da Tarifa Externa Comum, através de negociações com os respectivos estados membros da CEDEAO. Provavelmente, a adopção do franco CFA pelos países pertencen-

centes a UEMOA funcionará como um constrangimento à harmonização se tivermos em conta que os países anglófonos da sub-região não adoptaram o franco CFA como moeda nacional.

A solução deve passar pela criação de um sistema monetário único ligado à moeda europeia, conciliando ao mesmo tempo, a possibilidade de uma mais estreita ligação com o mercado europeu e o benefício dos mecanismos de funcionamento de um mercado único. Desta forma resolver-se-ia os conflitos de interesse existentes entre os diversos países falantes do inglês, francês e português

CONCLUSÃO 07.

Após a tentativa de resposta às duas perguntas (Qual é o nível de integração existente na sub-região Oeste africana, (CEDEAO)? e Que impacte a livre circulação de pessoas e bens no espaço da CEDEAO terá para Cabo Verde?), propostas para o desenvolvimento do trabalho, cujo tema, «A inserção de Cabo Verde na CEDEAO» o comércio e as migrações, diria que não há uma integração de facto, visto que não existe uma harmonia nas políticas socio-económicas. As disparidades são grandes nos diversos países da sub-região, há circulação de pessoas, porém, não há circulação de bens, ou seja, apenas 11% do comércio é transaccionado entre os diversos países. A emigração clandestina prolifera nos diversos países da sub-região e, hoje, mais do que nunca, Cabo Verde é o país que mais sofre com essa imigração clandestina. Muitos foram os barcos intersectados, alguns com cadáveres, outros com indivíduos famintos, vindos de diversos países da CEDEAO, em busca de uma vida melhor noutras paragens, fugindo da fome da miséria, da perseguição político-religiosa e da exclusão social.

A existência de inúmeras comunidades económicas na sub-região oeste africana constitui um outro constrangimento à harmonização de políticas socio-económicas, à semelhança da Europa que possui no seu seio apenas uma comunidade económica, a União Europeia.

A integração regional plena deverá passar pelo lançamento dos planos plurianuais de desenvolvimento nacionais dos países na mesma altura, servindo de prelúdio útil a tentativas de coordenação do planeamento. Instituições de investigação económica dos países-membros poderão apoiar esses esforços, elaborando modelos macroeconómicos regionais ou aperfeiçoando os já existentes; esses modelos poderão proporcionar uma base para a avaliação dos planos, para a integração do comércio e para a harmonização da produção.

O objectivo último deverá ser um certo grau de harmonização dos planos, para assegurar que as políticas nacionais não entrem em conflito e que as capacidades de produção se reforcem mutuamente, tendo em vista o fortalecimento da economia da região no seu todo.

É preciso que haja ligações mais estreitas entre os diversos esquemas cooperativos, dentro da mesma região e numa base inter-regional, e que estes constituam uma necessidade imperativa. Dispositivos que possibilitem e fomentem as consultas regulares, a interacção, a permuta de experiências e a assistência técnica mútua entre todos os envolvidos em esquemas de cooperação e integração (governos, secretariados, empresas, bancos, etc.), serão certamente benéficos para todos. Dentro da organização, deverá ser estabelecido um gabinete especial que assegure os contactos e as relações com as outras organizações intervenientes na cooperação Sul-Sul, que acompanhe as actividades relevantes regionalmente e à escala mundial e que detecte oportunidades de incremento das ligações e da cooperação.

A concretização de um grau de coerência entre as políticas económicas da organização, depende principalmente do comportamento dos países membros maiores (Nigéria) e mais avançados (Ghana, Senegal e talvez Cabo Verde). O empenho desses países na cooperação regional e numa distribuição justa dos seus frutos, em que seja dada particular atenção às necessidades dos países membros menos desenvolvidos, é crucial para o sucesso da cooperação. Uma abertura gradual dos seus mercados aos países associados acarretará resultados significativos para o comércio regional. A sua vontade de assumir um certo grau de responsabilidade no funcionamento dos países membros mais pequenos e menos desenvolvidos proporcionará um estímulo acrescido à cooperação regional.

A existência de programas de avaliação e planeamento permitirá avaliar as políticas macroeconómicas dos seus membros, (políticas fiscais, de inflação, de emprego e cambial). É preciso uma boa organização na sub-região, para isso há que haver discussões regulares entre os funcionários relevantes e intercâmbio de documentação, visando uma integração de sucesso.

É preciso que a participação nas reuniões de alto nível tenha a participação activa dos dirigentes dos diferentes países, Presidente da República,

Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros. Só assim, cada país estará a par dos acontecimentos e influenciará de forma positiva as políticas da região, independentemente do tamanho ou do grau de desenvolvimento de cada país.

08. BIBLIOGRAFIA

- AKINDÈS, Francis, Migrations, politiques Publiques de l'étranger et citoyenneté en Afrique de l'Oeste, Université de Bouaké (Cote d'Ivoire) akindes@ird.ci.
- AMIN, S. (2000), Os Desafios da Mundialização, edições Dinossauros, Lisboa.
- ANDOH, Kobina, N. (1999), The Impact of structural Adjustment on Regional Integration in Sub-Saharan Africa: The Case Study of the Economic Community of West African states and the Southern Africa Development Community, Doctor of Philosophy, Howard University, Washington, DC.
- ANDRADE Silva, E. (1995), As Ilhas de Cabo Verde da «Descoberta à Independência Nacional» (1460-1975), Paris, L'Harmattan.
- CABRAL no Cruzamento de Épocas (Setembro, 2005), Comunicações e Discursos Produzidos no II Simpósio Amílcar Cabral, Editora Alfa comunicações, Praia, Cabo Verde.
- CARNEIRO, Emanuel M. (2004), Especialização Rendeira e Extroversão na África Sub-sahariana, caracterização e consequências, 1ª edição, Principia, Publicações Universitárias e Científicas.
- CARREIRA, A. (1977), Classes Sociais, Estruturas Familiares e Emigração em Cabo Verde, Lisboa, Ulmeiros.
- CASTEL-BRANCO, Carlos N. (1999), FMI, ESAF e desenvolvimento: reflexões críticas, s.l. (Londres e Maputo) ISEG/UTL/Portugal.
- CASELLA, Paulo B. (1994), A Integração Económica e seu Tratamento Constitucional, "in Mercosul Desafios a Vencer" São Paulo.
- CHABAL, Patrick, King's College London, The New Partnership for Africa's Development (NEPAD): Origins Modalidade e Finalidade.
- COMMISSION Economique pour l'Afrique, Rapport économique sur l'Afrique (Dezembro de 2005), Addis-Abeba, Etiópia
- CEDEAO (2001), Communauté Economique des Etats de L'Afrique de L'Ouest, Comptes Nationaux de la CEDEAO.
- CEDEAO (2001), Communauté Economique Des Etats de L'Afrique de L'Ouest, Manuel de Commerce International de la CEDEAO.
- CEDEAO (2001), Communauté Economique Des Etats de L'Afrique de L'Ouest, Indicateurs Socio-économiques de la CEDEAO.

- CORREIA, Francisco M. (2004), A Comunidade Económica da África Ocidental (CEDEAO), in Revista Africana, Número Especial 2.
- DIALLO, M. L., (1996), Les Africains sauveront-ils l'Afrique?, karthala.
- DIOUF, Makhtar (2001), Integração Económica (Conceitos, Tipos, Níveis e Teorias), Fórum Parlamentar: «O Desafio da Integração na África Ocidental» 7 e 8 de Novembro, Assembleia Nacional de Cabo Verde.
- DIOUF, Makhtar (1985), Intégration économique, perspectives africaines, préface de Cheikh Anta Diop, Paris publisud, Dakar, NEA.
- DIOUF, Makhtar (Aout 2002), Mondialisme et Régionalisme, Le Nouveau Régionalisme en Afrique, IFAN, Université C.A. Diop, Dakar.
- ELLIS Stephen e FAURÉ Yves-A (2000), Empresas e Empresários em África, Editora Vulgata.
- ERIC Edi, (May-2005), África and Globalization: the Case of Ecowas, Dissertation Submitted to Temple University Graduate Board.
- FLORIANO, P. A. (2004), A Desindustrialização da África Sub-sahariana e o Impacto dos Programas de Estabilização e Ajustamento Estrutural: o Caso dos PALOP's (<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Aur%e9lioFloriano.pdf>).
- FÓRUM Parlamentar (2001), «O Desafio da Integração na África Ocidental» 7 e 8 de Novembro, Assembleia Nacional de Cabo Verde.
- GRASSI, M. (2003), Rabidantes; Comércio Espontâneo Transnacional em Cabo Verde, Imprensa de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Spleen Edições
- HUGON, Philippe (1999), Economia de África, Editora Vulgata.
- JR. Paulo, N. Batista (1997), Mitos da "Globalização", Universidade de São Paulo.
- «Livro Verde» sobre as Relações entre a União Europeia e os ACP no Limiar do Século XXI, (desafios e opções para uma nova parceria), Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1997.
- MEDEIROS, R. Eduardo (1998), Blocos Regionais de Integração Económica no Mundo, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.
- MERCOSUL: Desafios a Vencer (Julho de 1994), Conselho Brasileiro de Relações Internacionais (CBRI), São Paulo.
- MONTEIRO; A. César (1997), Comunidade Emigrada Visão Sociológica o Caso da Itália, Gráfica do Mindelo, São Vicente, LDA.
- MONTEIRO, Fernando, A. (1990), Em torno do Pan-Africanismo, Revista «AFRICANA» Número 06-Março, Universidade Portucalense.
- O DESAFIO ao Sul (1990), Relatório da Comissão Sul – Editora Afrontamento.
- O PERFIL da Pobreza em Cabo Verde, IDRF 2001/2002.
- PEREIRA, Daniel (2002), Revista «Africana» nº 24, Cabo Verde e o Mecanismo de Prevenção e Resolução de Conflitos da CEDEAO.
- PIMENTA, C. (2004), Globalização – produção, capital fictício e redistribuição, 1ª edição, Lisboa, campo da comunicação.
- PLANO Estratégico para a Educação (Fevereiro de 2003), PROMEF/ Ministério da Educação e valorização dos Recursos Humanos.

- PORTES, Alejandro (1999), Migrações Internacionais, (origens, tipos e métodos de incorporação). Celta Editora.
- Relatório do Desenvolvimento Humano 1990 à 2005.
- Revista «Africana» nº 24 (2002), Universidade Portucalense, Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde.
- Revista «AFRICANA» Número especial 2-Março (1994), Universidade Portucalense, Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde.
- RIMMER, D. «Lerning about Economic Development from África», *Áfrican Affairs*, vol.102, nº408, July, 2003.
- SACHS, D. Jeffrey (2006), O Fim da Pobreza, Casa das letras/Editorial Notícias, 1ª edição.
- SERRA A. M. de Almeida (1998-2004), Os programas de ajustamento, características, resultados e críticas, ISEG/UTL/Portugal.
- SILVA, Aristides (1988), Economia Internacional, Uma Introdução. São Paulo, Editora Atlas S.A.
- STEPHEN, Ellis (1995), (dir.), *Karthaca, L' Afrique Maintenant*, Paris.
- STIGLITZ E. Joseph (2002), Globalização, A grande Desilusão, 3ª edição portuguesa (revisita), Terramar, Outubro de 2004.
- TRATADO Revisto da CEDEAO, Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental em 1993.
- TORRES, A. (1999), Horizontes do Desenvolvimento Africano No Limiar do Século XXI, Lisboa, Ed. Veja, 2ª edição.
- TRINDADE, M. B. Rocha (1995), Sociologia das Migrações, Universidade Aberta, Lisboa.
- TRINDADE, P. J. Augusto (2006), Desenvolvimento Económico Integração Regional e Ajuda Externa em África, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa 2006.
- WALTZ N. Kenneth, (2002), Teoria das Relações Internacionais, 1ª edição portuguesa, editora Gradativa.
- INTERNET
- <http://www.codesria.org/archives/pastevents/ilo/mondialisme.htm>; 07 de Março de 2006.
- <http://www.ecowas.int/>.
- <http://www.sec.ecowas.int/>.
- http://www.ifwea.or/isc/iw-isc/portuguese/ccsl_3_portugues.html; 08 de Dezembro de 2005.
- <http://www.iseg.utl.pt/disciplinas/mestrados/dci/dcipedcap9.htm>; 16 de Maio de 2006.
- <http://www.iseg.utl.pt/disciplinas/mestrados/dicnesaf.htm>; 16 de Maio de 2006.
- <http://www.gouv.sn/integration/cedeo.html>; 02 de Março de 2006.
- <http://www.sommetjohannesburg.rg/institutions/cedeo.html>; 02 de Março de 2006.
- <http://www.afristat.org/>.
- <http://www.ecostat.org/>

ANEXOS 09.

ANEXO 1

A vinculação de Cabo Verde ao Tratado de Lagos e os primórdios do Protocolo sobre a Livre Circulação de Pessoas, o Direito de Residência e de Estabelecimento

Os representantes dos Estados signatários do Tratado da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), referimo-nos aos que originariamente o assinaram, tinham estabelecido e institucionalizado, ad placitum, uma Comunidade Económica e afirmavam que “o objectivo final dos seus esforços é o desenvolvimento económico acelerado e com alicerces sólidos dos seus Estados bem como a criação duma sociedade homogénea, tendente à unidade dos países da África Ocidental, nomeadamente pela eliminação dos obstáculos de todo o género à livre circulação de bens, dos capitais e das pessoas”⁸⁷.

Cabo Verde, ao aderir ao Tratado, nas condições estabelecidas pela conferência que instituiu a CEDEAO, através da Decisão com força de Lei nº 2/81, de 11 de Fevereiro, tinha reconhecido e aceite, tal como os outros Estados partes, que uma das condições “sine qua non” para a integração seria a supressão, entre os Estados Membros, de obstáculos à livre circulação das pessoas, dos serviços e dos capitais (al.d do nº 2 do artº 2º do tratado da CEDEAO). O cenário e a mentalidade políticos da época justificava, de facto, uma adesão ao Tratado de Lagos, aliás, saídos de uma longa e sanguinária luta armada, os Governantes procuraram nas raízes africanas os padrões da vida e de conforto. Assim, sem uma filosofia assente em princípios que traduzam as “especificidades categóricas” da

⁸⁷ Penúltimo parágrafo do preâmbulo do Tratado da CEDEAO.

personalidade do povo cabo-verdiano ou fragilidade e natureza insular do país que o alberga, admitiu paulatinamente, na ordem jurídica interna, os sucessivos e, nem sempre bem estudados, Protocolos sobre a Livre Circulação de Pessoas, Bens e Capitais.

Se o parágrafo 2 da al.d) do Tratado da Comunidade Económica dos Estados da Africa Ocidental estabelecia que os Estados membros devem proceder-se por etapas à abolição dos obstáculos à livre circulação das pessoas, dos serviços e dos capitais, os parágrafos 1 e 2 do artigo 27º do mesmo Tratado vem, na mesma lógica, reafirmá-lo, atribuindo aos cidadãos dos Estados Membros da CEDEAO o status de “Cidadãos da Comunidade” e, ao mesmo tempo, estatui que todos os obstáculos que se oponham à sua livre circulação e residência no interior da Comunidade devem ser abolidos, pelo que, entre os Estados partes, se impunha acordos de isenção de formalidades de vistos turísticos e de autorização de residência que permitissem aos cidadãos da Comunidade trabalhar e exercer actividades comerciais e industriais nos seus territórios.

Conscientes das aspirações consignadas no Tratado acima referenciados, no que tange à livre Circulação de Pessoas, dos Bens e dos Capitais, como é obvio, os 16 Estados Membros da CEDEAO, em 29 de Maio de 1979, em Dakar, se fizeram representar ao mais alto nível e, convictos de que era imperiosa a definição, em actos normativos, das diferentes etapas por que deveria passar o processo de liberdade de circulação num espaço livre prevista no parágrafo 2 da al. d) artigo 27º do Tratado, assinaram:

1. Protocolo sobre a Livre Circulação de Pessoas, o Direito de Residência e de Estabelecimento da Comunidade Económica dos Estados da Africa Ocidental.

O Protocolo sobre a Livre Circulação de Pessoas, o Direito de Residência e de Estabelecimento **entrou definitivamente na ordem jurídica interna do Estado de Cabo Verde, em 07 de Maio de 1982** e provisoriamente tinha-o sido mesmo durante o período do *vacatio legis*. Com a entrada em vigor desse Protocolo, os cidadãos da CEDEAO adquiriram o direito de entrar, de residir e de estabelecer no território do nosso país.

2. Evolução do Protocolo sobre a Livre Circulação de Pessoas, o Direito de residência e de Estabelecimento na Comunidade Económica dos Estados da Africa Ocidental.

O Protocolo, na sua essência, define os princípios gerais sobre a circulação de pessoas e do direito de residência e de estabelecimento. Tal como os outros Estados signatários e, vigorando o Protocolo definitivamente em Cabo Verde, as autoridades nacionais, num período máximo de 15 anos, deve efectivar progressivamente estes direitos, mediante a eliminação de quaisquer obstáculos que se apresentassem aos cidadãos da CEDEAO (n.ºs. 1 e 2 do art.2º).

O direito de entrada, de residência e de estabelecimento efectivar-se-ia em três etapas:

- Direito de entrada e abolição de visto;
- Direito de residência;
- Direito de estabelecimento.

Com a execução da primeira etapa, foram abolidos os vistos, e consequentemente, aos cidadãos de outros países da CEDEAO que pretendessem entrar em Cabo Verde passaram a ser exigidos apenas um documento de viagem e certificados internacionais de vacinas válidos (n.1do art. 3º) desde que a sua permanência no território nacional não ultrapassasse os noventa (noventa) dias, pois, se desejassem prolongar a sua estadia para além desse período, ser-lhe-ia exigido, para o efeito, uma autorização emitida pelas autoridades competentes (n. 2 do art.3º). Contudo tais regras, de modo algum, obrigariam o Estado a aceitar a entrada no seu território de cidadãos inadmissíveis da Comunidade (art. 4º)

Executada a primeira etapa, isto é, a do direito de entrada e abolição de visto, a Comissão do Comércio, das Alfândegas, da Imigração, das Questões monetárias e dos Pagamentos instituída pelo artigo 9º do Tratado teria um período máximo de cinco (5) anos, a contar da data que o Protocolo entrou definitivamente em vigor, para fazer propostas ao Conselho de Ministros da CEDEAO para uma maior liberalização nas etapas posteriores (direito de residência, direito de estabelecimento) e

as quais seriam objectos de outros documentos anexos ao Protocolo. As propostas seriam apresentadas com base na experiência adquirida durante a primeira etapa (n.4 do artº2º).

Qualquer diferendo entre os Estados membros que aparecer na sequência da interpretação ou aplicação do Protocolo, será resolvido por comum acordo. Sempre que não for possível o consenso, uma das partes submeteria ao diferendo ao Tribunal da Comunidade, cuja decisão é irrecurável (art.7º).

O Protocolo prevê ainda a possibilidade a qualquer Estado membro de apresentar propostas de emenda ou de revisão as quais deverão ser submetidas ao Secretariado Executivo que as comunicará aos Estados Membros durante o período máximo de trinta dias após a sua recepção (ns.1 e 2 do art. 8º). Todavia não é possível qualquer emenda caso não haja acordo de todos os Estados Membros (n.3 do art. 8º).

Os artigos 11º e 13º referem-se, respectivamente, aos casos de expulsão, repatriamento e os mecanismos de entrada do Protocolo na ordem jurídica interna dos Estados Membros.

O Protocolo não prevê casos de reserva, figura jurídica do Direito dos Tratados, admissível apenas nos tratados multilaterais e que significa “declaração feita por um Estado no momento da sua vinculação a uma convenção, da sua vontade de se eximir de certas obrigações dela resultantes ou de definir o entendimento que dá a certas, ou a todas, dessas obrigações”⁸⁸. Aliás, esta figura prevista na Convenção de Viena de 1969 sobre o Direito dos Tratados normalmente não se admite em tratados multilaterais que instituem organizações internacionais, pois, a reserva de um Estado Membro pode ser susceptível de afectar as suas regras substanciais e violadora de um dos princípios fundamentais do raciocínio correcto, a regra de não contradição. Ou se é membro e o Estado aceita a totalidade dos artigos do tratado que institui a organização ou se não o é, portanto, não é parte do tratado.

⁸⁸ André Gonçalves Pereira e Fausto de Quadros, Manual de Direito Internacional Público, 3ª edição, Coimbra, 1997.

3. Protocolo relativo ao Código de Cidadania da Comunidade

Em 29 de Maio de 1982 foi assinado, em Cotonou, o protocolo relativo ao Código da Cidadania da Comunidade que regula a aquisição, perda, privação, retirada e reaquisição da Cidadania da Comunidade. O protocolo nasceu da continuidade lógica do estatuído no artigo 27 do Tratado da CEDEAO, segundo o qual os Cidadãos da Comunidade são cidadãos dos Estados Membros que preencham as condições a definir num protocolo relativo ao código de cidadania da Comunidade. O protocolo relativo ao Código de Cidadania da Comunidade foi ratificado pelo Estado de Cabo Verde e entrou na sua ordem interna através da Lei nº 60/II/85, de 22 de Junho 1985. Reconhece que os Estados membros continuam a exercer o direito soberano para a concessão da sua nacionalidade e que as condições requeridas para a aquisição, perda, privação e reaquisição da cidadania da Comunidade não são necessariamente as mesmas que as dos Estados membros.

4. A/SP2/7/85 - Protocolo Adicional relativo ao Código de Conduta para Aplicação do Protocolo sobre a Livre Circulação de Pessoas e o Direito de residência e de Estabelecimento da CEDEAO.

Ratificado pela Lei nº31/IV/91, de 30 de Dezembro, o Protocolo propõe uma cooperação estreita entre os Estados da CEDEAO, na base de uma assistência mútua no domínio da Livre Circulação de pessoas, de bens, de Serviços e de Capitais. Estabelece o papel e as obrigações dos Estados membros, país de origem e de acolhimento dos Migrantes e a Cooperação necessária entre as administrações dos Estados Membros. As Partes obrigaram-se a salvaguardar os bens regularmente adquiridos pelos migrantes, cidadãos da comunidade.

Estatuíram-se os direitos e as obrigações dos migrantes no país de acolhimento e as condições e os processos de expulsão. As partes obrigaram-se a fornecer informações ao Secretariado Executivo e aos outros Estados em caso do fecho de fronteiras por um entre eles.

5. A/SP. 1/89 Protocolo Adicional Modificando e Completando as Disposições do artigo 7 do Protocolo sobre a Livre Circulação de Pessoas, Direito de Residência e de estabelecimento.

De carácter adjectivo, isto é, processual, o protocolo impõe um acordo consensual e directo para a resolução de eventuais diferendos que possam surgir sobre a interpretação

6. Do Protocolo de 1979 sobre a Livre Circulação de Pessoas, o Direito de residência e de Estabelecimentos.

Na falta de solução amigável e perante a queixa de um Estado membro, o presidente da Conferência pode pedir ao Secretariado executivo de proceder ao envio aos Estados membros envolvidos de uma comissão de inquérito para instruir a queixa e redigir um relatório que será submetido pelo Secretariado executivo ao Presidente da Conferência bem como aos Governos dos Estados membros com vista a encontrarem uma solução para os problemas identificados.

Entrou na ordem jurídica interna de Cabo Verde através da Lei nº34/IV/91, de 30 de Dezembro.

7. Protocolo Adicional A/SP.2/5/90 relativo à Execução da Terceira Etapa (Direito de Estabelecimento) do Protocolo sobre a Livre Circulação de Pessoas, o Direito de Residência e de Estabelecimento.

As autoridades dos Estados partes do Tratado de Lagos conscientes da necessidade imperiosa da passagem à Terceira Etapa (Direito de Estabelecimento) do Protocolo sobre a Livre Circulação das Pessoas, o Direito de Residência e de Estabelecimento na medida em que a aplicação homogénea, por todos os Estados Membros, das disposições dos Textos da CEDEAO sobre a Livre Circulação de pessoas, bens, Serviços e Capitais constitui uma base fundamental da edificação da Comunidade e condiciona o desenvolvimento harmonioso das actividades económicas, sociais e culturais dos Estados Membros da Sub-Região para o bem - estar das

suas populações, resolveram, na base de acordo de vontades, estabelecer o Protocolo acima identificado o qual prevê:

- Estabelecimento ou acesso à actividade Económica;
- Disposições relativas aos sectores Económicos cujo exercício é submetido a medidas especiais ou particulares para os cidadãos não nacionais;
- Promoção e protecção dos investimentos a realizar ou realizados no quadro da constituição de empresas ou de acesso à actividade económica;
- Disposições relativas aos movimentos dos capitais ligados aos investimentos e aos pagamentos correntes;
- Cooperação entre as Administrações competentes dos Estados Membros.

Assinado em Banjul, a 28 de Maio de 1990, entrou em vigor na ordem jurídica interna de Cabo Verde em 30 de Dezembro de 1991, através da Lei nº35/IV/91, de 30 de Dezembro.

8. Estado da Implementação do Protocolo relativo a livre Circulação de Pessoas, ao Direito de residência e de estabelecimento

Na sequência da reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros, realizada em 09 de Janeiro de 2006, o Secretariado Executivo elaborou o seguinte Memorando que resume o estado de implementação do Protocolo Relativo à Livre Circulação de Pessoas, ao Direito de Residência e Estabelecimento que passamos a traduzir:

A livre circulação de pessoas, o direito de residência e de estabelecimento constituem os aspectos fundamentais do processo de integração regional da CEDEAO.

A fim de promover a liberdade de circular sem entraves e de reforçar o sentimento dos cidadãos dos Estados membros de pertencer a uma mesma comunidade, os Chefes de Estados e do Governo reunidos em 28 e 29 de Maio de 2000, em Abuja (Nigéria), decidiram instituir um passaporte

CEDEAO. Fixaram igualmente, a contar de 29 de Maio de 2000, um período transitório de cinco (5) anos no decorrer do qual, este documento poderá continuar a ser emitido e posto em circulação ao lado do nacional.

8.1 Estado de implementação da decisão relativa ao passaporte CEDEAO.

Até este momento, apenas o Benin, o Senegal e a Guiné imprimiram, efectivamente, e puseram em circulação o passaporte CEDEAO, conforme a decisão da 23ª Sessão da Conferência dos Chefes de Estado e do Governo.

A maioria esmagadora dos Estados Membros ainda não pôs em circulação o passaporte CEDEAO por diversas razões mormente a existência de stocks importantes de passaportes nacionais, a falta de seguimento da implementação dessa decisão ao nível dos Estados membros e a falta de peritos e de materiais técnicos apropriados ao nível nacional.

A data limite de 31 de Dezembro de 2005 não pôde, portanto, ser respeitada.

Por permitir a implementação efectiva das decisões acima citadas, é necessária desde agora realizar as acções seguintes:

8.2 Acções a serem tomadas:

O Secretariado Executivo da CEDEAO notificará de novo os Estados Membros da decisão relativa à impressão e de fazer circular o passaporte CEDEAO

O Secretariado Executivo da CEDEAO se porá em sintonia com os Ministérios implicados no processo de impressão e circulação do passaporte CEDEAO a fim de os ajudar a suprimir todos os obstáculos à sua implementação

O Secretariado Executivo da CEDEAO, solicitará a assistência dos parceiros ao desenvolvimento com vista a ajudar os Estados Membros no reforço das suas capacidades em matéria de segurança do passaporte CEDEAO e da aquisição de materiais técnicos.

Os diferentes Ministérios implicados no processo de impressão e circulação do passaporte CEDEAO coordenarão seus esforços sob a direcção

do Ministério que se ocupa da segurança com vista à aplicação efectiva das decisões.

As acções acima enumeradas deverão ser rapidamente implementadas a fim de os Estados membros que ainda o não fizeram, possam expedir, seguindo as características definidas na decisão A/DEC 1/5/2000, o passaporte CEDEAO, a mais tardar, durante os dois (2) próximos anos.

8.3 Estado implementação da caderneta de viagem da CEDEAO

Instituído através da decisão 2/7/85, a caderneta de viagem CEDEAO é um documento diferente do passaporte nacional e se apresenta sob a forma de um livrete de formato (12, 5 cm x 8,5 cm), de cobertura rígida, de cor azul claro, com emblema da Comunidade. Deve ser baixo e acessível a todos os cidadãos.

Até agora, somente o Benin, o Burkina-Faso, a Gambia, o Ghana, a Guiné, o Níger, a Nigéria, a Serra Leoa, o Togo e a Costa de Marfim puseram efectivamente em circulação a caderneta de viagem CEDEAO.

Por outro lado, tratando-se de um Protocolo relativo ao Direito de Residência e de Estabelecimento assim como a supressão barreira/impedimento/obstrução/embarço roteiros, o Secretariado Executivo da CEDEAO enviou a todos os Estados membros os questionários relativos ao estado da implementação e aos quais eles devem responder. Uma missão de avaliação do Secretariado Executivo se desloca igualmente aos Estados membros a fim de recolher e analisar as informações sobre o estado da implementação do Protocolo. A próxima reunião da Comissão de Imigração prevista em 2006 examinará as respostas dos Ministros responsáveis pela Segurança e Negócios Estrangeiros com à supressão efectiva dos entraves livre circulação das pessoas no espaço CEDEAO.

8.4 Estado do Avanço dos Programas Prioritários da CEDEAO relativamente à Circulação de Pessoas

8.4.1 Abolição de vistos e permissão de Entrada

Todos os cidadãos da CEDEAO, excepto os que se encontrem em situação de emigrante inadmissíveis nos termos das leis e regulamentos

em vigor no país, desejando permanecer no território de um Estado Membro por período máximo de noventa (90) dias, poderão entrar sem ter de apresentar um visto. Ao cidadão da Comunidade bastar-lhe-á estar na posse de um documento de viagem e do certificado internacional de vacinação.

Presentemente todos os Estados membros da CEDEAO aboliram vistos e permissão de entrada. Entretanto na maioria desses países existe, numerosos postos de controlo e os cidadãos da Comunidades são vítimas atitudes administrativas que se manifestam mais frequentemente pela extorsão de fundos:

8.4.2 Instituição da caderneta de viagem

A Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, com vista a facilitar e simplificar as formalidades de movimento de pessoas na passagem das fronteiras, instituiu uma caderneta de viagem para os Estados Membros da CEDEAO. O Cidadão na posse deste documento ou de um passaporte, fica dispensado de preencher o formulário de emigração dos Estados Membros. Burkina-Faso, Gambia, Ghana, Guiné, Níger, Nigéria e Serra Leoa foram os únicos que o puseram em circulação.

O Secretariado Executivo solicitou assistência financeira à Comissão Europeia e ao BID para imprimir as cadernetas a fim de reduzir os custos ao cargo dos Estados Membros e de unificar a sua apresentação.

8.5 Instituição de um formulário harmonizado de Imigração e Emigração

O formulário apresenta-se sob a forma de um rectângulo medindo 15 cm x 9 cm e engloba várias cópias. É utilizado somente em casos excepcionais. Até hoje nenhum Estado Membro o instituiu. A Reunião dos Responsáveis das Células nacionais realizada em Abuja, de 5 a 6 de Junho de 1998, recomendou ao Conselho de Ministros a convocação de uma reunião especial dos Ministros de Interior e Segurança a fim de examinar todos os problemas que se apresentarem à instituição da caderneta de viagem da CEDEAO e do formulário harmonizado da imigração e outros problemas conexos do programa da imigração da CEDEAO.

8.6 Criação dos Comitês Nacionais de acompanhamento dos Programas da CEDEAO sobre a Livre Circulação de Pessoas e Transportes

No quadro da livre circulação de bens e pessoas e da melhoria do sistema de transportes terrestres, a conferência dos Chefes de Estado e de Governo adoptou uma decisão relativa à criação de comités nacionais de acompanhamento e aplicação das decisões e protocolos da CEDEAO sobre a Livre Circulação de Pessoas e Transportes. Em cada comité nacional deveria integrar:

- Um Director dos Transportes terrestres: Presidente
- Um Director da Segurança Rodoviária: membro
- Um representante da Policia: membro
- Um representante da agência nacional de “carte brune da CEDEAO”: membro
- Um representante da policia da guarda nacional: membro
- Um representante da Presidência: membro
- Um representante da Direcção Nacional das alfandegas: membro
- Um representante da União dos transportes rodoviários (UTRAO): membro
- Um representante da célula nacional CEDEAO: membro
- O comité foi instituído pelos seguintes Estados: Benin, Burkina-Faso, Guiné, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

